

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NA MÍDIA:
A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS SIMBÓLICAS**

Zilda Martins Barbosa

Rio de Janeiro

2011

Zilda Martins Barbosa

**AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NA MÍDIA:
A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS SIMBÓLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araujo Cabral

Rio de Janeiro
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

MARTINS, Zilda.

Ações Afirmativas e cotas na mídia: A construção de fronteiras simbólicas.
Zilda Martins Barbosa. Rio de Janeiro, 2011.

126 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2011.

Orientador: Muniz Sodré.

1. Ação Afirmativa. 2. Cotas. 3. Discurso midiático. 4. Bios Midiático. 5. Alteridade. 6. Desigualdade. I. Muniz Sodré (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Zilda Martins Barbosa

AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NA MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS SIMBÓLICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2011

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araujo Cabral
Professor Titular – PPGCOM
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Dra. Raquel Paiva de Araujo Soares
Professora Associada – PPGCOM
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão
Professor Adjunto – Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A todos que acreditam na luta por direitos iguais de oportunidade,
no poder transformador da educação, da crítica, do pensamento.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, João e Maria – *in memoriam* –, pela crença na educação como degrau para a autonomia, a despeito das adversidades da vida;

Às minhas filhas, Carolina e Camila, pela compreensão durante a difícil tarefa de pesquisa; pelo carinho nas horas mais difíceis, pelo chocolate no café da tarde; agradecimento especial à Carolina Barbosa de Souza, pela revisão dos capítulos, crítica e elogios;

Às minhas irmãs e irmãos, pelo apoio e por entenderem as minhas constantes ausências nos chopos noturnos, passeios, festas e bate-papos;

Ao grande mestre, Muniz Sodré, pela honra de tê-lo como orientador; agradeço pelo incentivo nos momentos de insegurança, pela crítica e, principalmente, por acreditar no meu trabalho, confiar e me apoiar. Aprendi com seus ensinamentos, mas também aprendi com sua afetividade, sinceridade e simplicidade, que só os sábios sabem ter; Obrigada pela sua obra, pelas suas aulas, pelos momentos de reflexão.

À mestra querida, Raquel Paiva, por momentos ímpares durante suas aulas de incentivo ao pensamento, à crítica; pela confiança, carinho, aposta e exigências por um trabalho melhor;

Ao querido mestre, Marcelo Paixão, pelas brilhantes aulas sobre os intérpretes do Brasil, que tanto me ajudaram a pensar as relações raciais e as relações de poder no país, pelas importantes dicas de pesquisa, pelo carinho e apoio;

Ao querido mestre, Eduardo Coutinho, pela ajuda em concatenar as idéias, atenção e incentivo;

Ao professor Joel Rufino, pela contribuição a esse trabalho, por sua obra, pela atenção;

Aos professores do PPGCOM da ECO/UFRJ, pelos instigantes ensinamentos, e em especial ao professor João Freire Filho, pela confiança, incentivo e apoio;

Aos pesquisadores do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária – LECC (professores e alunos) pelas tardes de proveitosos debates e leituras críticas, que tanto contribuíram para a tarefa de construção do pensamento nos momentos de escrita;

Aos colegas do mestrado e doutorado do PPGCOM da ECO/UFRJ, pelos dois anos de compartilhamento do aprendizado, crítica, transformações, risos, angústias, expectativas e alegrias; pela amizade, estímulo e cumplicidade de Marcelo Gabbay e Priscila Vieira; pelo carinho e atenção de Celso Gayoso, Pablo Laignier, Ricardo de Moraes, Thiago Ansel, Felipe Stevanim, Renata Sousa, Douglas Martins, Valdimir Santafé, Pedro Barreto e outros tantos não citados, mas igualmente queridos;

Aos funcionários do PPGCOM da ECO/UFRJ, em especial a Jorgina Silva; Marlene Cardoso e Thiago Couto, pelo cuidado, informações e prestativas ajudas;

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca do CBPF, das Bibliotecas da UFRJ – CFCH/ECO, CCJE/Eugênio Gudín, Pedro Calmon –, pelo atendimento, zelo e pelas tardes de silêncio;

Aos moderadores e participantes do Grupo de Discriminação Racial, pelas trocas de mensagens, que tanto contribuíram para perceber a importância da negritude, a dimensão das questões raciais e de suas demandas na sociedade;

À coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Beatriz Resende, pelo apoio e força, indispensáveis para seguir em frente e enfrentar o período do curso;

À equipe de jornalismo do Fórum, Rafael Barcelos e bolsistas, que conduziu tão bem as tarefas cotidianas, diante da minha presença ou ausência; atenção ou silêncio;

À Angélica Basthi, Waldelice Souza (Wal) e Rosane Oliveira, que viram o projeto de pesquisa tomar forma, confiaram, contribuíram, estimularam; ao irmão de Wal, professor da Facom/UFBA, Washington José de Souza Filho, que me deu toda a atenção e ainda disponibilizou sua dissertação como fonte de pesquisa;

À Vanessa Rocha e Antonio Oswaldo Cruz, pelas produtivas conversas, nas folgas do trabalho, com importantes dicas durante a fase de pesquisa e elaboração de artigos para participação em congressos;

Ao Zé Antonio, pela força, amizade e paciência de me ouvir durante os almoços no Campus da Praia Vermelha; À Maria, pelo carinho e incentivo, ao Bira, Everaldo, Denilson, Clécia, Adolfo, Josinaldo, Rosângela, Eliza, Magali, Beths, Arllen, Lila, André, Júlio, Lícia, Augusto, Sandra, Caetano, Heliane, Fernando, Bianca, Rose, Ciléia, Cida, Solange, Cezar, Valternei, Olinda, PC, Antonio Marcos, Braga, Jorge, Vânia, Eustáquio, Alex e a todos os demais colegas de trabalho do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ pela crença, afeto e compreensão nessa fase de solidão necessária;

Agradecimento especial ao bolsista João Gustavo Cha Cha, pela colaboração nas pesquisas durante o levantamento de dados na Biblioteca Nacional;

À mestra Adriana Mograbi, orientadora de curso de especialização na Universidade Cândido Mendes, pela aposta em uma caminhada mais longa, confiança e força;

Por fim, agradeço aos amigos da vida, por compartilharem sonhos e compreenderem que o afastamento compulsório por vezes é cruel, mas necessário, transformador, e não larápio do carinho, da amizade, das conversas fiadas e do riso nos momentos de (re) encontro.

Aqueles que não citei, quer por omissão ou lapso de memória, mas se sabem queridos, creiam que a visibilidade, às vezes, é vazia e o silêncio atravessado de sentidos. A vocês, dedico meu pensamento e agradeço por se deixarem esquecer, ainda que provisoriamente.

É sobre a diferença de valor entre o bem e o mal que será estabelecida a dominação moral... Edificam-se a partir daí todos os poderes. É talvez utópico pretender ir além do valor, mas é uma utopia operacional, uma tentativa no sentido de pensar um funcionamento mais radical das coisas. É bem verdade que o estudo do valor é complexo: se o valor de mercado é passível de ser apreendido, o valor signo, ao contrário, é fugitivo e movente – em dado momento, ele se esgota e se dispersa na valorização que lhe é dada. Se tudo se alterna com base em uma convenção, estamos ainda no mundo do valor ou em sua simulação?
(Baudrillard, *O Valor*, em *Senhas*, 2007)

Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Essa dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária.
(Bakhtin, *A relação entre a infraestrutura e a superestrutura*, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 2010)

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.
(Bakhtin, *Filosofia da linguagem e psicologia objetiva*, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 2010)

RESUMO

MARTINS, Zilda. **Ações Afirmativas e cotas na mídia:** A construção de fronteiras simbólicas. Orientador: Muniz Sodré de Araujo Cabral. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Este trabalho investiga o discurso da mídia impressa acerca das políticas públicas de ações afirmativas para ingresso de negros/as no ensino público superior e problematiza as fronteiras simbólicas concebidas sobre classe e raça. Analisa como atores sociais – jornalistas e não jornalistas – constroem discursos de produção e recepção de verdade acerca das cotas raciais, publicados nos cadernos de opinião dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Dia*. Tendo como base estudos teóricos, históricos e midiáticos, conceitos de representação social, alteridade, bios midiático, genealogia da cultura e hegemonia ajudam a compreender a relação da mídia impressa com a população negra, como um exercício de resistência à mudança, de caráter passional e maniqueísta. Apesar da retórica do dissenso midiático contra as cotas, estas já são uma realidade, vislumbradas como um contradiscurso.

PALAVRAS-CHAVES: Ação afirmativa; Cotas; Discurso midiático; Bios midiático; Alteridade.

ABSTRACT

MARTINS, Zilda. **Ações Afirmativas e cotas na mídia:** A construção de fronteiras simbólicas. Orientador: Muniz Sodré de Araujo Cabral. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

This dissertation highlights the press media discourse about public policies of affirmative actions for the entry of black people in public universities, and discusses about the symbolic borders constructed about social class and race. Furthermore, it analyses how social actors – journalists and not journalists – construct truth discourses of production and reception, published in editorials of Folha de São Paulo, O Globo e O Dia, regarding racial quotas. It also has as basis theoretical, historic and media studies, social representation concepts, alterity, mediatic bios, culture's genealogy, and hegemony, which help to perceive the relation between press media and black people, as a resistant exercise of changes, with a passionate character and Manichean. About the rhetoric of media's dissent against quotas, it is a reality, grasped as a counter discourse.

KEY WORDS: Affirmative Action; Quotas; Media discourses, Mediatic bios, Alterity

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Cotas em debate: Cartas de Leitor da Folha.....	79
QUADRO 2 – Cotas em debate: Artigos de colaboradores de <i>O Globo</i>	86
QUADRO 3 – Comparação do discurso de cotas em cartas.....	106
QUADRO 4 – Comparação do discurso de cotas em editoriais, colunas, artigos e cartas.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. AÇÕES AFIRMATIVAS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	21
1.1. MÍDIA, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E ALTERIDADE.....	21
1.2. A GÊNESE POLÍTICA DA NOMEAÇÃO DO OUTRO.....	23
1.3. RAÇA OU CLASSE?	29
1.4. INTELECTUAL E OS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO CULTURAL....	31
1.5. MÍDIA, INTELECTUAL E TENSÕES SOCIAIS.....	34
1.6. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MÍDIA E RELAÇÕES DE PODER.....	38
1.7. MEMÓRIA E NARRATIVA.....	42
1.8. COMUNICAÇÃO SIMBÓLICA DO SILÊNCIO.....	46
2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	49
2.1. BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL.....	49
2.2. AÇÕES AFIRMATIVAS, COTAS E MÍDIA: PORTAIS CAPES E IBICT....	55
2.3. DISSERTAÇÕES.....	56
2.4. TESES.....	66
3. OPINIÃO PUBLICADA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS / COTAS.....	70
3.1. DINÂMICA DA PESQUISA.....	70
3.2. COTAS NA OPINIÃO DA FOLHA.....	72
3.2.1. Editoriais e colunas.....	73
3.2.2. Artigos e cartas.....	76
3.3. COTAS NA OPINIÃO DE O GLOBO.....	81
3.3.1. Editoriais e colunas.....	82
3.3.2. Artigos e cartas.....	86
3.4. COTAS NA OPINIÃO DE O DIA.....	102
3.4.1. Editoriais e colunas.....	103

3.4.2. Artigos e cartas.....	104
3.5. ANÁLISE COMPARADA: JORNAIS FOLHA, O GLOBO E O DIA.....	108
4. CONCLUSÃO.....	110
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

INTRODUÇÃO

*Me basta mesmo
essa coragem suicida
de erguer a cabeça
e ser negro
vinte e quatro horas por dia
(Diariamente, José Carlos Limeira, 2010¹)*

Antes de entrar no objeto propriamente dito, situamos as ações afirmativas no Brasil e isso implica observar como são feitas as mediações das relações sociais, considerando as narrativas midiáticas hegemônicas presentes em uma sociedade globalizada, e, ao mesmo tempo, marcada por fronteiras simbólicas. Nesse cenário, o local e o global se confrontam do mesmo modo que os paradigmas do sistema de ensino são colocados em xeque. O mecanismo de ingresso universalizante no ensino superior é questionado, já não atende as necessidades de diversificação cultural e reclama vagas para outros alunos, como negros e indígenas, base da formação brasileira.

Desde a Conferência de Durban, em 2001, quando o país assumiu o racismo, prometeu medidas de combate às desigualdades por meio de políticas públicas, como ações afirmativas, o tema foi polarizado na mídia por meio de relação dual (contrários e favoráveis). A repercussão aumentou em 2002, com a adoção do sistema de cotas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, e provocou na mídia um discurso controverso, com reações imediatas ao ingresso de negros em universidades federais e estaduais. O tema adquiriu uma dimensão para além do debate pragmático, da possibilidade de mobilidade social, assumindo caráter passional e maniqueísta.

São do final da década de 90 e início de 2000 os projetos de leis que tratam do assunto, como o PL 73/1999 (ainda em tramitação) e o então PL 3.198/2000 (aprovado em 2010, sem as cotas). Apesar da polêmica midiática em torno da chamada “lei das cotas”, é possível visualizar o começo de uma mudança na esfera pública: as certezas foram abaladas, o discurso acadêmico foi deslocado do interior das cátedras universitárias e tensionado pela prática das cotas, que colocou as minorias em pauta.

¹ Ver: Negro Homem, Negra Poesia: José Carlos Limeira. In: <http://www.overmundo.com.br/overblog/negro-homem-negra-poesia-jose-carlos-limeira>. Acesso em 08.02.2011.

Desse modo, independente de leis que circulam no Congresso Nacional, as ações afirmativas mexeram com a consciência e a propalada democracia racial volta à cena. A partir das rupturas – do silêncio e da naturalização da diferença –, vêem-se emergir o debate sobre um dos temas mais complexos da contemporaneidade, o da desigualdade racial, que Muniz Sodré chama de mal-estar da sociedade, numa referência ao mal-estar da civilização, de Freud.

E é da observação desse fenômeno que nasce esta dissertação: uma tentativa de compreender as fronteiras simbólicas midiáticas entre o social e o racial. Para tanto, é objeto de estudo o discurso midiático acerca das Ações Afirmativas, das quais o sistema de cotas faz parte, publicado nos cadernos de opinião dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Dia*, considerando editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores. A escolha dos jornais levou em conta a representação dos mesmos na sociedade. A *Folha*, de acordo com o IVC – Instituto Verificador de Circulação, é considerado o maior jornal do Brasil, com circulação diária (2008) de 311.287 exemplares. *O Globo*, no mesmo ano, vem em quarto lugar, com 281.407 exemplares. Já *O Dia* registrou tiragem diária (2008) de 105.084 exemplares e, na relação entre os demais jornais, situa-se abaixo dos dez maiores do país.

O recorte temporal é o período de janeiro a dezembro de 2008, ano de eleições municipais no Brasil, presidenciais nos Estados Unidos, e de comemorações, como os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 20 anos da Constituição Cidadã e cinco anos da implantação de cotas na primeira universidade pública do Brasil, a UERJ. Partimos de algumas perguntas simples: O que essas datas têm em comum? Como a mídia imprime sentido a esses acontecimentos? Seria possível a Obama vencer as eleições sem as ações afirmativas, adotadas naquele país? Mesmo diante do brilho pessoal, qual seria o seu espelho, sua referência na Universidade por onde passou? Por que os cinco anos de implantação das cotas na UERJ não geraram pauta? Por que a mídia é tão incisiva no *não* às cotas raciais? Por que a raça é negada, na mídia, para as ações afirmativas e, nesse mesmo espaço midiático, é confirmada para as manchetes do crime? A mídia tem compromisso com grandes questões sociais?

O objetivo deste trabalho é tentar compreender como a mídia impressa constrói o discurso das cotas e porque o tema gera tensão. Que tipo de mediação faz, como faz, e se leva em conta a opinião pública em geral, e a do sujeito afetado, em particular; ou se

orienta a pauta e estereotipa o debate. A proposta também é refletir sobre a produção desse discurso, observar de que modo a mídia impressa potencializa a manifestação de reações às cotas raciais, e tentar esclarecer a “zona enevoadá” que existe entre o sim e o não, tendo em mente a própria história do negro na sociedade brasileira, ou o apagamento dessa memória. Dessa forma, trabalhamos com conceitos de *cultura e bios midiático* (Sodré, 2005, 2002); da *construção do outro / alteridade* (Sodré, 2005; Todorov, 2003; Jodelet, 2001); de *representação social e identidade* (Jodelet, 2001; Brubaker, 2001); e de *memória* (Bergson, 2006; Halbwachs, 2006; Ricoeur, 2007; Todorov, 1995; Pollak, 1992).

Apresentamos como problema central a seguinte questão: como os atores sociais (jornalistas e não jornalistas) participam da construção discursiva das cotas pela mídia? Nossa hipótese é a de que há uma retórica do dissenso em torno das cotas no discurso midiático. Para testar essa hipótese, partimos de três evidências: o diálogo de teóricos entre si e com o objeto, o real histórico da população negra na sociedade brasileira, e a agenda midiática sobre ações afirmativas/cotas, construída pelo discurso de atores sociais, convidados a escrever editoriais, colunas, artigos e cartas, nos cadernos de opinião dos jornais acima citados.

Para dar conta da pesquisa, aplicamos a metodologia de estudo de caso, tecnicamente realizado como um processo (Neto, 2009), ou uma imbricação entre análise empírica e teórica, de modo a ampliar a visão do todo, sem perder o olhar crítico das partes. Fizemos um trabalho de enfrentamento do objeto em busca de respostas e, para tanto, nos valem dos conceitos acima citados em diálogo com outros teóricos, dentre eles Foucault, Paiva, Santos, Paixão, Gramsci. Ancoramos também a base metodológica da análise ao modelo proposto por Aldé (2003) e procuramos examinar, separadamente, como o discurso dos atores sociais está impregnado ou não de influências pré-concebidas.

Durante seis meses, de maio a outubro, realizamos, na Biblioteca Nacional, a investigação empírica, com o levantamento de dados nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Dia*. Foram mapeados os editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores, publicados no Caderno de Opinião desses veículos. O recorte temporal considerado foi o período de janeiro a dezembro de 2008. A busca levou em conta palavras-chaves, como ações afirmativas, cotas, reserva de vagas e políticas públicas para o ensino

superior. A pesquisa foi possível graças à contribuição do bolsista João Gustavo Chá Chá, estudante de História do IFICS, que participou de parte do mapeamento dos temas. Em cada jornal, localizamos o total de publicações, diversas e específicas, e fizemos uma comparação entre as abordagens, quando o assunto era ações afirmativas ou cotas.

Separamos a dissertação em três partes, como considerações teóricas, revisão de literatura e investigação empírica. O primeiro capítulo procura situar as ações afirmativas diante das discussões teóricas de autores como Sodré, Todorov, Jodelet, Brubaker, Gramsci e outros, numa tentativa de trabalhar o pensamento crítico empiricamente. Abordamos a representação social (Jodelet, 2001), por meio do conceito de alteridade e da construção do outro (Jodelet, 2001; Sodré, 2005; Todorov, 2003), tendo como foco o discurso midiático (Sodré, 2000, 2002) e a luta do negro pelo reconhecimento na esfera pública (Santos, 2010; Sodré, 2000; Carvalho, 2006).

Compartilhamos com esses teóricos a busca da compreensão por um novo modo de estar no mundo, considerando a sociedade contemporânea, mundializada, e os processos de inclusão, identificação e de exclusão sociais. Apresentamos a teoria do *bios midiático*, desenvolvida por Sodré, como a esfera existencial, regida pela lógica de mercado, portanto, comprometida com o mundo da imagem, da tecnologia e da informação. Também chamada de *quarto bios*, em referência aos três bios anteriores desenvolvidos por Aristóteles, essa teoria percebe a mídia como o centro da vida, e nesse jogo de disputa de poder ganham o espetáculo, a imagem, o mercado.

O próprio autor ressalta que a orientação de pauta focada nessa nova lógica (a da tecnologia a serviço do capital) esvazia o espaço do questionamento das causas públicas, das tensões plurais, dos valores éticos, e trabalha numa perspectiva dual, declaratória e de senso comum. Desse modo, e considerando outros teóricos que mostram a construção social do outro, distante do eu, como discurso de verdade ou a fixidez da representação social por grupos hegemônicos, tentamos contextualizar as cotas no cenário midiático, social e político.

Ainda no primeiro capítulo problematizamos a tentativa midiática de desuso da palavra *raça* para validar a *classe* quando o debate é cota. Questionamos o que representa a palavra *raça* na contemporaneidade e observamos a incoerência no sentido de que se, de um lado, ela não existe para as ações afirmativas, como apregoam seus opositores municiados de teoria científica, do outro, a *raça* está presente no cotidiano

mediático na imagem do crime, do suspeito, ou do bandido. Desse modo, que teoria daria conta de conceituar a *raça*, fora da crise das certezas? Consideramos que a resistência em assumir a responsabilidade pela inclusão de negros e negras nas universidades públicas brasileiras não é algo novo, tendo em vista o universo da educação no país de histórica desigualdade.

No segundo capítulo, tratamos da revisão de literatura ou *estado da arte*. Embora haja uma ampla literatura sobre ações afirmativas, cotas, negros, discriminação racial, nos detemos mais na produção acadêmica (teses e dissertações), sem a pretensão de esgotar o assunto. Nosso foco é a abordagem relacionada às ações afirmativas ou às cotas que estabeleça algum diálogo com a mídia, impressa ou não. Encontramos trabalhos com esse perfil em áreas afins, como Sociologia (UFSC, 2005, 2009); Educação (Uneb/2007); Antropologia (UnB, 2007); Sociologia e Antropologia (UFRJ, 2009); Comunicação (UFRJ, 2006); e Letras (UFMG, 2007).

A investigação se deu por meio eletrônico, em consulta aos sites da Capes e do Ibict. Levamos em conta o período de 2003 a 2009, considerando que o debate sobre as ações afirmativas começou com a conferência de Durban, em 2001, e se intensificou a partir da implantação de cotas na UERJ, em 2002. As palavras-chave utilizadas foram: *cotas*, *ações afirmativas*, *mídia* e *imprensa*, separadas por grupos. Quando a busca incluiu o grupo de palavras-chave “Ações Afirmativas e Cotas”, isoladamente, na Capes, foram levantados 86 trabalhos (76 dissertações e 10 teses), e no Ibict, 53.

Ao formar os grupos “Ações Afirmativas, Cotas e Mídia” ou “Ações Afirmativas, Cotas e Imprensa”, o resultado foi bem diferente. Identificamos apenas sete trabalhos com este perfil: Cinco dissertações (três na base de dados da Capes e duas na base Ibict) e duas teses (uma na Capes e uma no Ibict). Uma dissertação estava duplicada nas duas bases.

O capítulo três, “Opinião publicada sobre ações afirmativas e cotas” dedica-se a pesquisa empírica. Como já dito acima, o levantamento de dados foi realizado nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Dia*. Depois disso, procedemos à análise individual e comparativa entre eles.

Na *Folha*, foram analisados 728 editoriais; 1.464 colunas; 732 artigos e 3.339 cartas. As ações afirmativas/cotas estiveram presentes em quatro editoriais (0,55%); uma coluna (0,06%); oito artigos (1,09%); 17 cartas (0,50%). No *Globo*, investigamos

720 editoriais; 323 colunas; 1.111 artigos e 8.368 cartas. Verificamos que as ações afirmativas/cotas foram abordadas em 16 editoriais (2,22%); duas colunas (0,61%); 20 artigos (1,80%); 57 cartas (0,68%). Já no *Dia*, examinamos 366 editoriais; 732 artigos; 3.972 cartas. O tema foi pauta de quatro editoriais (1,09%); 11 artigos (1,5%); nove cartas (0,22%).

Em análise comparativa da narrativa midiática acerca das ações afirmativas/cotas, identificamos diferença quantitativa significativa no discurso (ou na ausência deste) publicado nos editoriais, artigos, colunas e cartas dos três jornais. No primeiro caso, o dos editoriais, a *Folha* aborda as cotas em apenas 0,55% do total das publicações. Isso representa quatro vezes menos espaço que o *Globo* (2,22%) e duas vezes menos que o *Dia* (1,09%). Nos artigos, a *Folha* também oferece menos espaço (1,09%) que os outros dois jornais (*O Globo*, 1,80%, e *O Dia*, 1,50%) que, entre si, tiveram pouca diferença. Nas colunas, a diferença entre a *Folha* e o *Globo* é bastante acentuada. O espaço destinado às cotas, no primeiro jornal (0,06%), é dez vezes menor que o oferecido pelo segundo (0,61%). No *Dia* não há colunas. Já nas cartas, a diferença é pequena entre os espaços oferecidos pelo *Globo* (0,68%) e pela *Folha* (0,50%), se acentuando mais no *Dia*, que dedica menos espaço ao assunto, apenas 0,22% do total.

Quando passamos para a análise qualitativa, observamos que nos três jornais, há também uma diferença de linguagem, que converge para o mesmo conteúdo: o não às cotas raciais e certa tolerância, no caso de inevitabilidade, às cotas sociais. O destaque é para a agressividade do *Globo*, particularmente expressa nos artigos de colaboradores. Apesar do número menor de abordagens sobre a temática na *Folha*, este surpreende, ao apresentar, nos artigos, uma opinião de maioria favorável às ações afirmativas, ou senão, pelo menos sensível à causa. Nos outros dois jornais analisados, os autores apresentam o discurso da miscigenação como um impeditivo de identificação de quem é, ou não, negro no Brasil.

CAPÍTULO 1. AÇÕES AFIRMATIVAS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. MÍDIA, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E ALTERIDADE

Este capítulo pretende trabalhar a representação social, a partir do conceito de alteridade, tendo como foco o discurso midiático e a luta do negro pelo reconhecimento na esfera pública. Para isso, recorreremos a Jodelet (2001), Todorov (2003), e Sodré (2002, 2005), dentre outros teóricos, que buscam dar conta dos novos modos de estar no mundo, considerando a sociedade contemporânea, mundializada, e os processos de inclusão, identificação e exclusão sociais. Desse modo, serão analisados a gênese do *Outro* diferente do *Eu* e a teoria do *bios midiático* na esfera da visibilidade social.

As considerações teóricas têm como pano de fundo a tentativa de compreender a luta de representação dos negros (pelos sujeitos singulares e pela mídia) para validação ou não das ações afirmativas, nas quais o sistema de cotas está inserido. Observamos também como as fronteiras entre os discursos sobre raça e classe se constroem na mídia.

Até a segunda metade do século XX, o conceito de raça era usado antropologicamente para classificar populações por características físicas e biológicas. Com o desenvolvimento da genética, caiu a crença nas diferenças biológicas entre os seres humanos e o uso da palavra tornou-se controverso, apontado, por muitos, como inadequado. No entanto, social, cultural, política e historicamente o termo continua em questão e é aplicado para abordar diferenças construídas por meio de relações de poder.

Dessa forma, esse estudo tenta compreender como a discussão em torno das ações afirmativas, particularmente das cotas raciais, está permeada de busca de sentidos para a construção de novos discursos teóricos sobre raça, ora alargando, ora estreitando os limites entre os efeitos social, racial e cultural. Como esses discursos constroem fronteiras de ambos os lados? Por que não reconhecer as desigualdades raciais? E qual o papel do intelectual, diante das diferenças de oportunidades que impedem a mobilidade social da população negra, são algumas entre outras questões apresentadas.

Antes de falar de ações afirmativas, situamos o negro brasileiro na sociedade contemporânea à luz da teoria da representação social, estudada por Jodelet (2001) e da questão do ‘outro’ levantada pela mesma autora, por Sodré (2005) e por Todorov (2003). Considerando que a Abolição da Escravatura ocorreu há mais de 120 anos e desde então o governo não adotou nenhuma medida política de reparação, formou-se

um contingente de negros de cerca de 50% da população, segundo dados de estatísticas oficiais, fora das esferas de destaque no mercado de trabalho e na academia. Esse dado de realidade vem promovendo discursos, criando novos sentidos e gerando inquietação, que tanto pode possibilitar mudanças como novas formas de silêncio.

No estudo da representação social, Jodelet (2001) leva em conta a contextualização e os aspectos comunicacionais da representação, como o corpo que fala. Esse caráter narrativo também está em Milton Santos e é chamado de ‘corporeidade’, ou seja, a cor da pele como cartão de visita, independente do pertencimento social. Muniz Sodré diz que a cor da pele virou uma espécie de “patrimônio pessoal”. A corporeidade está, assim, associada ao conceito de alteridade, proposto por Jodelet (2001), não apenas na relação do *eu* com o *outro*, que se dá na construção social, mas como um modo duplo de construção e de exclusão social.

O primeiro processo (construção social) diz respeito à luta do negro pelo reconhecimento enquanto “sujeito singular” (HABERMAS, 1997), considerando a subjetividade e os processos simbólicos. Nessa esfera, destaca-se a peleja deste pelo ingresso nas universidades públicas por meio de cotas, gerando o compartilhamento nas relações de “saber e poder”. (FOUCAULT, 2007). Já o segundo processo (o da exclusão social) está relacionado à imagem estereotipada do negro, enquanto ladrão ou suspeito em primeiro lugar, o que gera baixa autoestima e menos valia em todas as relações sociais. Logo, estabelece-se uma crise de pertencimento, colocando o sujeito, desde sempre, em constante estado de tensão e na ordem do *entre*.

Para Jodelet (2001), a duplicidade (construção e exclusão) é intrínseca uma a outra e mantém a unidade por meio do sistema de representações. Nessa perspectiva, a alteridade não existe fora das relações sociais. Ou seja, passa a ser uma qualificação do exterior dada a um indivíduo numa determinada relação social. As representações sociais, de acordo com a autora (JODELET, 2001, p. 22), “[...] são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Fazendo um recorte para milhares de jovens em idade escolar, observamos que, em um determinado momento de suas vidas, muitos desejam uma vaga na universidade pública e, para isso, enfrentam o vestibular, sonham com uma profissão, com uma carreira, um futuro. Eles parecem pertencer a uma mesma realidade, a um sistema

universal. No entanto, quando se levanta a questão ‘cor da pele’, logo são formados dois grupos separados, e se estabelece um sistema de representação. Isso, em uma sociedade cujo discurso midiático, em larga escala, é o de que no Brasil não há racismo e ainda era crível até bem pouco tempo a propalada democracia racial.

Jodelet (2001) traz no conceito de alteridade uma explicação para a diferença entre os grupos, e faz distinção entre alteridade de fora e alteridade de dentro. O primeiro caso, diz respeito aos povos, a países, a grupos situados longe no tempo, a algo distante do cotidiano. Já o segundo caso – a alteridade de dentro – refere-se àqueles que são marcados por uma diferença, mas que estão no mesmo grupo social. Questionamos se o olhar que identifica *o outro* diferente (alteridade de dentro) seria o responsável pela negação da raça e pela naturalização das diferenças, ou, ao contrário, reforçaria a diferença e tensionaria uma solução?

Segundo Jodelet (2001), das tensões emergem as representações sociais. Considerando que não há dinâmica social sem conflito, a solução para reduzir as diferenças de oportunidades entre os grupos socialmente em desvantagem não seria precisamente a aplicação das controversas cotas? Stuart Hall (2003) questiona se “pode um conceito que significa tantas coisas diferentes e que tão efetivamente acirra os ânimos de inimigos tão diversos e contraditórios, realmente ter algo a dizer? Por outro lado, sua condição contestada não constitui precisamente o seu valor?” (HALL, 2003, p. 54). E é exatamente o sentido da contestação das cotas raciais o que tentamos compreender.

1.2. A GÊNESE POLÍTICA DA NOMEAÇÃO DO OUTRO

A questão da alteridade atravessa as ciências humanas em áreas como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Comunicação, e está aberta a novas concepções. Hoje, o conceito sustenta a reivindicação das diferenças. Para Jodelet (2001) é difícil falar do outro, sem correr o risco de apresentar formas vazias. Assim, a autora prefere falar de alteridade como processo de construção do outro (*mise en'alterité*). Já Todorov (2003) vai às raízes da questão, e apresenta *A conquista da América* como a descoberta do outro.

Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu.

Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos (TODOROV, 2003, p.3).

Desse modo, a “[...] descoberta que o eu faz do outro”, apresentada pelo autor (2003), traz uma gênese política do outro, historicamente marcada pelo processo de legitimação de narrativas e valores morais. Revela como a construção do não eu tem como pano de fundo a predominância simbólica do eu europeu, (superior, mais inteligente, dominante) diante do outro (submisso, intelectualmente menos capaz, dominado).

Todorov (2003) mostra como os parâmetros tribais tinham processos de valores e modos de vida diferentes do parâmetro mercantil dos descobridores. A configuração de um sistema de trocas, diferente daquele praticado pelo europeu, representava para Colombo a ausência de qualquer sistema; mostrava o “caráter bestial dos índios”. (TODOROV, 2003 p, 53). O autor (idem) ressalta que Colombo mudava o tratamento em relação aos índios de “bom selvagem” para “selvagem violento”, de acordo com os interesses, o que gerava produção e recepção do discurso de verdade.

A centralidade do processo dominante acontece primeiro com o índio e, logo, ganha força com o tráfico de milhões de negros, em um período de três séculos e meio. Os escravos trazidos para as Américas estavam inseridos na idéia de progresso, de capitalismo, de civilização, de moderna cultura ocidental. “Os 20 milhões de negros exilados da África para as Américas foram imprescindíveis à acumulação primitiva do capital europeu. Isso encontrava sua legitimação nos imperativos de Verdade produzida pela cultura, ‘invenção’ exportada da Europa para as elites coloniais a partir do fim do século XVIII” (SODRÉ, 2005, p.7).

A cultura é então “discursivamente universalizada”, apesar da elasticidade do conceito. Segundo Sodré (2005), os antropólogos Kroeber e Kluckhohn catalogaram mais de 150 definições para o termo, mas este é adotado como modelo, tanto na Europa como no Brasil. Destarte, “cultura passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica

de sua invenção”. (SODRÉ, 2005, p.8). Um exemplo é a democracia racial, cultura brasileira que avançou em outros espaços territoriais, durante décadas, sustentando a ideia de modelo de tolerância e de harmonia, diante de uma população negra, oprimida e fora de todas as esferas sociais, políticas e do conhecimento.

As narrativas acerca da descoberta dos processos de dominação, tanto em Todorov (2003) como em Sodré (2005), estão permeadas de parâmetros comunicacionais de produção de discurso verossímil e de recepção do discurso como verdade, ainda que o fato não seja real. A nomeação dos colonizadores aparece relacionada à posse e à incapacidade dos índios de compreensão simbólica. A diferença de um em relação ao outro logo se transforma em vantagem e desvantagem, surgindo assim o grupo dos dominados.

Estes têm sido objeto de estudo em larga escala (Marx, Freud, Nietzsche, Foucault). Enquanto o outro lado, os sujeitos do grupo dominante, como diz Lorenzi-Cioldi (2002), concedem a cada um dos seus membros atributos de sua personalidade, disseminam sentimento de liberdade diante da estrutura social e não se assumem como grupo. O autor (idem) afirma que os grupos dominantes exercem atração sobre todos os grupos sociais. Ele critica a reação dos grupos dominados ao dizer que todo efeito de contracultura se apaga a partir de práticas e de representações que imitam, e mal, a cultura dominante.

Na análise de Bourdieu (2008), as representações sociais são determinadas pelos interesses dos grupos e suas práticas sociais.

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental [...], em uma relação de causa e efeito, de condicionante e condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (BOURDIEU, 2008, p.101).

Dessa maneira, as escolhas são distinções de diferentes escolhas feitas por atores de diferentes classes sociais. O estudo do autor (2008) revela que o mundo social está atravessado por relações de poder, e funciona como um sistema simbólico, em que distinções de gosto se tornam a base do julgamento social, conforme observação:

Para Bourdieu o ‘espaço social’ é hierarquizado pela desigual distribuição de diferentes capitais, e a descrição da sociedade em termos de ‘espaço social’ permite enfatizar a dimensão relacional das posições sociais. Deste modo, as diferentes formas de capital que permitem estruturar o espaço social e que definem as oportunidades na vida são o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico. (CAVALCANTI, 2010)².

No Brasil, a distribuição dos diferentes capitais leva em conta uma cultura eurocêntrica, de pele branca, que está no topo do “espaço social”, ocupada por atores, historicamente, ligados ao grupo dominante da sociedade. Para a consolidação desse espaço, predomina o discurso do universalismo, embora este seja cada vez mais questionado como não sendo capaz de responder as questões. Todorov (2003) propõe este como um caminho, não como um fim, algo a se atingir.

O conceito de universalismo, de acordo com o dicionário Aurélio, é uma “Doutrina que considera a realidade como um todo único, válido para os homens em geral”. No entanto, no “mundo da vida” (Arendt, 1991), o que vale para o cotidiano de alguns não vale para o cotidiano de todos. Esse cenário é camuflado pelo que Sodré (2002) chama de processo de midiaticização, que dificulta novas possibilidades, uma vez que opera na esfera do consumo, do capital. Para o autor, midiaticização é algo da

[...] ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium. (SODRÉ, 2002, p.190).

Com a midiaticização, o direito de representar o mundo é tomado para si, pela mídia, e essa representação se dá em todas as esferas e está de tal forma imbricada nas relações sociais e culturais, que, em última instância, tudo se transforma em mediação tecnológica. Ou como diz Debord (2006), tudo se transforma em espetáculo. Fica até difícil imaginar o mundo hoje sem televisão, internet, celular, iPone, iPod, pendrive, e outros apetrechos tecnológicos. Obviamente, são equipamentos e mecanismos instrumentalizadores do mundo dos negócios, da dependência tecnológica e da imagem.

O conceito para esse novo modo de vida está na teoria do “bios midiático”, desenvolvida por SODRÉ (2002), inspirada em Aristóteles e seus três bios: *bios apolaustikos* (esfera dos sentidos, dos prazeres); *bios theoretikos* (esfera do

² Ver em CAVALCANTI, José Carlos. *Gosto não se discute?* Disponível in: <http://www.creativante.com.br/download/Gosto3.pdf>. Acesso em 07/01/2010.

conhecimento); e *bios politikos* (esfera da política, das relações sociais). É o *quarto bios*, um complemento dos outros três, que, juntos, se movem na contemporaneidade como esferas socializantes. No novo *bios*, a mídia é o centro, é a esfera existencial, regida pela economia monetária, constituindo a existência humana, uma nova forma de viver a realidade, uma relação com a informação e o mercado.

A orientação de pauta focada nessa nova lógica (a da tecnologia a serviço do capital), como observa Sodré (2002), esvazia o espaço do questionamento das causas públicas, das tensões plurais, dos valores éticos, e trabalha numa perspectiva dual, declaratória e de senso comum. Considerando essa lógica tecno-informacional, qual a alternativa para aprofundamento de questões como a superação das desigualdades raciais? Do racismo?

No cenário imagético contemporâneo, “a mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz estrutura na corroboração de valores e na função de agenciadora do senso comum”. (PAIVA, 2008, p. 19). A autora (idem) vai a Richard Rorty para explicar o sentido do senso comum:

Para ele, trata-se de uma idéia imobilizadora, na medida em que congela conceitos e propostas, impossibilitando a adoção de busca coletiva em direção a novas posturas, inclusive àquelas mais socialmente inclusivas, porque capazes de reinterpretar valores, ideologias e proposições. (PAIVA, 2008, p. 20).

Desse modo, acrescenta, “narrativas fincadas em estratégias do senso comum funcionam com o propósito de reforçar as idéias concebidas e vigentes hegemonicamente na sociedade”. (PAIVA, 2008, p. 20). São mecanismos simbólicos de dominação social e que dificultam a percepção do reconhecimento diante das lutas de minorias, quer sejam negros, mulheres, portadores de deficiências, homossexuais. Esses mecanismos são respaldados por “[...] uma retórica certamente bastante assimilável, porque reconhecida com facilidade, carregada de pressuposições e prejulgamentos com enfoque arraigado e incrustado psíquica e socialmente”. (PAIVA, Idem). A retórica faz parte da rotina midiática, como uma

[...] prática viva nos dias atuais, sugere que o jornalismo encontre nela uma genuína forma de ação incorporada às suas dinâmicas de dizer/fazer para seduzir, gerar convencimento e exercer poder. Falar de ação jornalística é necessariamente tratar do poder do discurso, o poder que uma fala tem de ocupar um certo lugar na sociedade, de exercer um dado efeito sobre o público, de ser esperado ou desejado. (LOPES, 2009, p. 245).

Além do discurso midiático como imperativo de verdade, e por isso mesmo, há de se ressaltar novas inquietações nas práticas cotidianas, que dificultam as lutas das minorias e dos movimentos sociais. Até a identidade, tão reivindicada na modernidade, quer seja como produto de ação social ou política, de fenômeno coletivo ou fundadora, já não dá conta das incertezas epistemológicas.

No final do século XX, com a fragmentação própria da pós-modernidade e o deslocamento do sujeito do seu lugar no mundo, tanto social quanto cultural (Hall, 2006), é estabelecida uma crise, que o autor chama de “crise da identidade”. Essa crise constitui um processo de mudanças profundas na esfera social, com o deslocamento das certezas culturais de classe, sexo, raça, religião e as incertezas de definições e localizações dos sujeitos na esfera social. Fim da história? Fim das narrativas?

Para Brubaker (2001) há novas formas de tratar a questão da identidade, como “imagem social” e “identificação”. O primeiro caso se refere à produção discursiva (olhar estereotipado sobre determinada questão e reelaboração do discurso), e o segundo caso, diz respeito a processos. O autor apresenta “a auto-identificação” (ou pertencimento) e a “hetero-identificação” (ou nomeação), e afirma que os atos de identificação estão ligados à vida cotidiana e ao contexto social. De acordo com Brubaker (idem), a “identificação” é um processo de interações sociais diretas entre categorias pré-existentes, como raça, sexo e Estado, num determinado contexto.

A fim de entender o que seja “imagem social”, no conceito do autor (2001), pensemos nas narrativas da grande mídia, que seguem a lógica do jornalismo declaratório, de interesses mercantis, atravessadas por estereótipos e preconceitos raciais. Um exemplo recorrente é o discurso estereotipado sobre o risco de as cotas, uma vez estabelecidas, provocarem ódio racial.

Como reação, o grupo afetado (o dos cotistas) se apropriou desse discurso e mostrou que este não se sustenta, invertendo sua lógica num processo de reelaboração. Ou seja, há quase uma década de implantação de cotas na Uerj³, não houve conflito

³ O sistema de cotas na Uerj foi implantado em 2002, com a reserva de 50% para estudantes de escolas públicas. No mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Rio aprovou lei que estipulava 40% das vagas das universidades do Estado para alunos negros. Em 2003, a Uerj propôs mudanças e a reserva de cotas passou a ser 20% para estudantes das escolas públicas, 20% para alunos negros e 5% para portadores de deficiência física e minorias étnicas. Os candidatos só concorriam por uma das modalidades e tinham que comprovar carência financeira. Para o vestibular de 2006, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa

racial, os cotistas se articulam entre si e entre os não cotistas num mesmo ambiente acadêmico. Além disso, pesquisas⁴ mostram que não há diferença, significativa, de notas entre os dois grupos, anulando o que diziam os opositores das cotas que haveria declínio na excelência do ensino. Esses são exemplos de imagem social distorcida e de reapropriação do discurso para revelar uma nova identificação, um novo cenário, que promoveu um deslocamento do lugar de pertencimento na esfera social.

1.3. RAÇA OU CLASSE?

A narrativa midiática tenta uma classificação do negro em torno da classe social, polemizando posição contrária, como veremos no Capítulo 3. Vale lembrar que há duas visões de classes sociais a considerar: a marxista ou Teoria Crítica e a liberal. A primeira apresenta a sociedade de classes: dominante ou detentora dos bens de produção, e dominada, que vende sua força de trabalho para garantir o sustento. A Escola de Frankfurt, mais precisamente, o Instituto de Pesquisas Sociais, se destaca pelos estudos da Teoria Crítica.

A tarefa de revigorar a teoria marxista foi assumida pelos jovens do instituto, que trabalharam

[...] pela integração da filosofia à análise social. Interessaram-se também pelo método dialético concebido por Hegel [...] e, tal como muitos hegelianos de esquerda, interessaram-se particularmente em explorar a possibilidade de a práxis humana transformar a ordem social. (JAY, 2008, p. 85).

Um dos principais objetivos do Instituto era o de explicar, historicamente, como se dava a organização e a consciência dos trabalhadores. A Escola de Frankfurt examinou a experiência da União Soviética e acompanhou mudanças vitais nas

e Extensão da Uerj estabeleceu nota mínima de 20 pontos em 100 pontos tanto para cotistas como não cotistas. A medida continua em vigor.

⁴ Entre 2003 e 2006, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) verificou que os estudantes cotistas tiveram médias superiores em 29 dos 48 cursos, quando comparadas às médias gerais dos cursos. Os estudantes que não ingressaram pelo regime de cotas tiveram notas superiores à média em 17 dos cursos. Na Unicamp, entre 2005 e 2006, os cotistas obtiveram maior média de rendimento em 31 dos 55 cursos. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2005, registrou que em 56% de seus cursos o número de estudantes cotistas aprovados foi maior do que o de não cotistas, incluindo os cursos mais concorridos como Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Direito e Jornalismo.

condições sociais, econômicas e políticas, que levaram ao enfraquecimento das lutas dos trabalhadores. Os estudos da Escola se estenderam a outras áreas, dentre elas, Direito (rompe com a racionalidade e reconhece a contradição como parte do conhecimento), Psicologia (Erich Fromm procura relacionar a Psicanálise de Freud às idéias marxistas), Sociologia (integração da teoria filosófica com a Sociologia - Habermas), Antropologia e Comunicação (indústria cultural, cultura de massa).

De acordo com o olhar liberal de classe social, as divisões de classe na sociedade se dão tendo em vista o perfil socioeconômico dos sujeitos. Com isso, a estratificação social passa a ser denominada de classe alta, média e baixa, além de subdivisões. A classe alta é identificada pelos que têm alto poder aquisitivo. A média é identificada por aqueles que recebem salários razoáveis, com relativo poder de compra, enquanto a classe baixa é identificada junto aos que não têm condições e recebem baixos salários ou pequenos ganhos.

O posicionamento em torno da classe ou da raça, em voga na questão das ações afirmativas, atravessa a teoria e coexiste na mídia e nos debates informais. Nessa perspectiva, a raça humana, quando definida socialmente e respaldada pela ciência, representava a expressão da verdade amplamente referida. E sem o aval da ciência, mas ancorada na política, o que representa, na contemporaneidade? Se, de um lado, a raça não existe para as ações afirmativas, como apregoam seus opositores municiados de teoria científica, do outro, a raça está presente no cotidiano midiático na imagem do crime, do suspeito, do bandido. Desse modo, que teoria daria conta de conceituar a raça pelo consenso, fora da crise das certezas?

Enquanto a inquietação invade o cotidiano dos pesquisadores, e independente da posição de contrários ou favoráveis às cotas raciais para ingressos de negros na universidade, o fato é que essa população continua fora do lugar. A resistência em assumir a responsabilidade pela inclusão de negros e negras nas universidades públicas brasileiras não é algo novo, considerando o universo da educação no país. Dados estatísticos do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil revelam disparidade desde a alfabetização e mostram que nas cinco regiões do país a diferença da escolaridade é baseada na cor da pele:

[...] em 2006, no contingente branco acima de 15 anos de idade, a maior taxa de alfabetização foi observada no Sudeste (95,6%) e a menor, no Nordeste (83,4%). No caso do grupo de pretos & pardos, a maior e a menor taxa de

alfabetização foram, mais uma vez, no Sudeste (91,6%) e no Nordeste (77,5%), respectivamente. (PAIXÃO, 2008, p. 68).

O Relatório também revela uma redução gradual da diferença de crescimento na taxa média do número de anos de escolaridade entre os dois grupos. Os técnicos tomaram como referência o intervalo entre os anos de 1995 a 2006 e constataram que, nesse período, na população maior de 15 anos, ocorreu um aumento de 1,6 anos de estudos entre os brancos, passando de 6,4 para 8,0. Já entre os pretos e pardos o aumento foi maior: 1,9 anos de estudo, subindo de 4,3 para 6,2. Ainda assim, diz o Relatório, “a queda nas diferenças entre os dois grupos vem ocorrendo a passos muito lentos. Mantido esse ritmo, as desigualdades nos anos de escolaridade dos dois grupos não cessariam em menos de 17 anos” (PAIXÃO, 2008, p. 69).

Nesse cenário, poderá o sistema de cotas representar uma luta contra-hegemônica? Considerando o recorte racial, a presença de negros na universidade e posteriormente no mercado de trabalho será suficiente para combater o preconceito e o racismo? São muitas questões e o desafio pode estar em mudar a relação de poder entre negros e não negros, bem como alterar a hetero-identificação de naturalização do sujeito fora de lugar, em estabelecer uma relação de alteridade (construção do outro, diferente do eu, porém como parte intrínseca do eu).

1.4. INTELECTUAL E OS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO CULTURAL

A fim de compreender as representações midiáticas e as relações de poder, analisamos os atores sociais que produzem discursos no cotidiano. Esses atores atuam no interior da sociedade, quer seja de modelo colonial, imperial, moderna ou pós-moderna, e são conhecidos como intelectuais. De que modo as tensões sociais serviram ou servem de base para suas reflexões, e de que forma trabalham a diversidade? O que é ser intelectual? De acordo com definição dicionarizada, a palavra intelectual tem origem no latim, *intellectuale*, e está relacionada ao intelecto, a dotes de inteligência e de espírito. No entanto, empiricamente, o que significa? Qual o papel desse sujeito na sociedade?

Em *A ideologia alemã*, MARX e ENGELS (2007, p.XXIX) declaram que o trabalho intelectual, quando separado do trabalho manual, “[...] passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar”. Por um

lado, explicam, acontece um enaltecimento da tarefa exclusiva de pensar; por outro, o trabalho braçal, aquele que exige esforço físico, passa a ser desvalorizado, secundarizado e relegado aos indivíduos de classe social dominada e explorada.

Essa definição é contestada por Gramsci (2001), que considera intelectual qualquer sujeito com capacidade criativa; o que muda, para ele, são as atividades e as relações sociais, ou seja, “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. (GRAMSCI, 2001, p.18). Para distinguir as diferenças, inclusive entre os sujeitos letrados, o autor apresenta dois tipos de intelectuais: o orgânico – qualquer líder, mas que esteja envolvido com determinada causa e que luta para formar consciência – e o tradicional – aquele que pensa as questões em estudo, mas não está diretamente envolvido.

Não importa o nível de pertencimento e reconhecimento social do sujeito, mas sim o tipo de trabalho que ele desenvolve, ou seja, podemos dizer que em todas as organizações sociais há intelectuais orgânicos e tradicionais. Por exemplo, se considerarmos uma grande empresa de comunicação, com todo o seu aparato mercantil, a própria dinâmica necessária para o funcionamento da empresa e a lógica do capital, pedem o envolvimento de ambos os intelectuais. Não basta a força do trabalho, é necessário pensar estrategicamente, para fazer valer a hegemonia.

Mas, e se pensarmos em organizações que se propõem a ser contra-hegemônicas? Ainda assim, haverá os dois tipos de intelectuais, porque eles não se ocuparão o tempo inteiro em liderar grupos e em formar consciência, em apresentar uma realidade diferente, utópica, ainda que seja esse o principal objetivo. A suposição leva em conta as diferentes habilidades humanas, os diferentes desejos e sonhos, e ressalta que há pessoas mais habilitadas a um tipo de liderança e outras, mais habilitadas a outras atividades menos dinâmicas.

Qual o lugar desse intelectual na sociedade contemporânea? Consideramos que todo intelectual está ligado, de alguma forma, a quem exerce o poder, ainda que se coloque como deslocado da esfera dominante e se diga autônomo. Muniz Sodré conta, em artigo, uma anedota que ilustra bem esse envolvimento do intelectual com o meio de produção. Diz ele:

[...] Ao encontrar em Paris um amigo [...] reconhecido por muitos como um dos pensadores marcantes da contemporaneidade, eu lhe disse que acabara

de ver os seus livros expostos na vitrine numa das grandes livrarias do Quartier Latin e que, além disso, um livrinho destinado a estudantes de liceu o apontava como um dos principais filósofos franceses. Em meio-tom de auto-ironia e amargura, ele me respondeu: ‘É... entrei na cultura...’ (SODRÉ, 2008, p.27).

Sem citar o nome do filósofo, o autor explica que o desconforto que o pensador demonstrou ao se perceber inserido no sistema de cultura dominante é justificado pelo fato de ter sido, no passado, um dos protagonistas do Maio de 68⁵, e um “hábil desconstrutor da fórmula de pensar” que acabou por “[...] ser recuperado pelo mesmo sistema que termina por recuperar para o pólo hegemônico dos discursos sociais qualquer fermento subversivo, de Lenin a Che Guevara – a cultura” (SODRÉ, 2008, pp. 27-28).

O intelectual da anedota acima faz parte do sistema dominante, está comprometido com ele, depende dele para produzir, dar continuidade e visibilidade ao seu trabalho, no entanto, pode não estar a serviço desse sistema, não ter sido cooptado. Sua ferramenta de trabalho – uso e desenvolvimento das ideias, reflexões – podem propor ou apresentar alternativas de contra-hegemonia nessa turbulência cultural contemporânea.

Para entender a relação do intelectual na sociedade, é necessário buscar, à luz da teoria gramsciana, o conceito de sociedade civil. Enquanto para Marx, o estado é composto de classe politicamente dominante, teoria da qual justifica a coerção como elemento para se obter algo, Gramsci percebe que o desenvolvimento do capitalismo faz surgir uma nova esfera social: a chamada sociedade civil. Essa nova esfera é “[...]”

⁵ Movimento que começou na Universidade de Nanterre, periferia de Paris, em abril de 68, com protestos de estudantes contra o fechamento da universidade, seguiu para a Capital e reuniu no início de maio, no Quartier Latin, cerca de 10 mil estudantes em protesto contra o fechamento de outra universidade, a Sorbonne. Houve barricadas, enfrentamentos com a polícia, adesão do Partido Comunista Francês, de sindicatos e de trabalhadores, que organizaram uma greve geral. Dia 20 de maio cerca de seis milhões de grevistas, em protesto contra as políticas trabalhista e educacional do governo do general De Gaulle, fecharam serviços públicos e ocuparam as fábricas. O movimento ganhou dimensões revolucionárias, quebrou paradigmas, conquistando transformações sociais que já ocorriam nos Estados Unidos e em outros países da Europa. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396741.shtml>. Acesso: 11/08/2010.

dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas e – o que nem sempre é observado – de uma dimensão material própria”, observa. (COUTINHO, 1990, p. 14).

Essa percepção faz ampliar a teoria do Estado e desloca para o plano do privado as instâncias ideológicas, ou seja, a sociedade civil passa a ser caracterizada pelo conjunto de aparelhos privados de ideologia, tornando independente o que antes era público, como igrejas, escolas, universidades. Isso significa que a sociedade civil incorpora outros valores que vão além da proposição marxista de relações de produção e luta de classe. E é no interior dessa sociedade civil que as lutas hegemônicas e contra-hegemônicas vão se dar; no entanto, elas não estão deslocadas do Estado, mas em um plano que, aparentemente, parecem autônomas.

Existem no interior da sociedade, mecanismos de forças simbólicas que atravessam a organização cultural e que assumem outro tipo de hegemonia, o que Gramsci chama de hegemonia pelo consenso. Essas forças estão além das relações de produção baseadas nas condições de exploração, e da organização de Estado e seus aparelhos policial-militares repressores. “O que especifica essa sociedade civil é o fato de, através dela, ocorrerem relações sociais de direção político-ideológica, de hegemonia, que – por assim dizer – “completam” a dominação estatal, a coerção, assegurando também o consenso dos dominados” (COUTINHO, 1990).

Nesse sentido, o conceito gramsciano de sociedade civil, é analisado como um mérito por ter ampliado a teoria marxista do Estado, que tem como foco central as relações de produção baseadas na economia. Coutinho (1990) acrescenta que não existe sociedade civil no sentido gramsciano sem uma ‘organização da cultura’. E isso acontece por meio do surgimento de novos aparelhos ideológicos como sindicatos, ONGs, associações de classe, partidos, mídia, onde se constitui um novo cenário de lutas hegemônicas, bem como lutas contra-hegemônicas.

1.5. MÍDIA, INTELLECTUAL E TENSÕES SOCIAIS

Para compreender a atividade do intelectual é preciso saber o tipo de relação que este tem com a sociedade a qual pertence, com o mundo, ou pelo menos conhecer seu pensamento a respeito das relações sociais de uma dada sociedade. Carlos Nelson Coutinho (1990) traça um perfil histórico do intelectual brasileiro, situando sua performance na sociedade pré-industrial e na contemporaneidade. Ele aborda, por

exemplo, a participação do sujeito do saber formal – ou a ausência de participação – na questão da escravidão – questão que revela a cegueira dos intelectuais com a tensão vivida pelos negros brasileiros, que minimiza o conflito e torna natural o que era “escandaloso e imoral”.

O autor lembra que no Brasil Colônia, havia intelectuais que eram contra o regime escravista, havia os que eram simpáticos ao regime e aqueles que justificavam a necessidade de trabalho escravo para a produção pré-industrial. Coutinho ressalta o caráter de favor pessoal e, portanto, de cooptação de intelectuais, o que fazia com que estes não interferissem nos conflitos, e embora não tivessem necessariamente que fazer apologia ao regime social que os mantinham ou ao Estado, o fato é que viviam uma situação de “isolamento em face dos problemas do ‘povo-nação’” (idem, 1990, p. 21). O autor acrescenta:

‘A torre de marfim’ voluntária ou involuntária em que é lançado pela situação de cooptação (e pela ausência da sociedade civil), faz com que essa cultura elaborada pelos intelectuais ‘cooptados’ evite tratar dos problemas explosivos da sociedade, evite pôr em discussão as relações sociais de poder vigentes, com as quais estão direta ou indiretamente comprometidos. (COUTINHO, 1990, p. 21).

Joel Rufino (2004) dialoga com Coutinho (1990) e, como este, apresenta diferentes tipos de intelectuais: pedantes (a serviço da sociedade escravista); classistas (servem à sociedade de classes); compassivos (um tipo de enobrecimento da pobreza); e intelectual dos pobres (este, em oposição ao intelectual para os pobres). Nessa última classificação, o autor aponta a criatividade cultural e artística de autores pobres que “dialogam com a sociedade a partir de um saber específico” (RUFINO, 2004, p.135).

Rufino chama a atenção para a importância das rebeliões coloniais, que foram incorporando diferentes elementos “numa progressão do puramente econômico para o predominantemente social”. E dá o exemplo da Conjuração Baiana (1798), que “fincava pé numa ‘república igualitária’ a ser implantada revolucionariamente por negros, pardos e brancos bem-intencionados” (RUFINO, 2004, p.81).

Com isso, o autor introduz o/a negro/a como intelectual orgânico em uma sociedade que, por meio de seus mecanismos ideológicos – incluindo os intelectuais cooptados –, nega o negro como sujeito, da mesma maneira que na contemporaneidade nega a existência da diferença, colocando-os ‘universalmente’ no mesmo nível de

direitos, embora a realidade, provada e comprovada, por meio de estatísticas, diga outra coisa.

Rufino (2004) ressalta que as condições de trabalho escravo por mais de 300 anos, seus conflitos e a negação do sujeito social foram os responsáveis pela difusão negativa da imagem do negro no Brasil. Desde cedo, o Estado, com respaldo da sociedade, criou e consolidou uma mentalidade escravocrata no imaginário popular, negando um olhar sobre as habilidades do negro que a história oficial não conta, como o domínio das técnicas de plantio e irrigação de canais, construção de ferramentas, arquitetura, artes plásticas, música, culinária e outros saberes. Ou seja, enquanto o negro ajudava a construir o Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural, prevalecia o pensamento único de intelectuais brasileiros na negação desses atores sociais.

Considerando a transição do Brasil entre uma economia agrária -, baseada nas relações de exploração da mão de obra escrava, vozes dissonantes reprimidas, portanto incapazes de promover mudanças -, e uma sociedade industrial, com o surgimento da imprensa, das leis trabalhistas, dos sindicatos e das manifestações culturais, vemos mudança dos parâmetros sociais. No entanto, os mecanismos de funcionamento dos novos aparelhos ideológicos garantem o que Eduardo Coutinho (2008) chama de ‘transformações pelo alto’ entre as velhas e as novas classes dominantes.

Com isso, diz ele,

A velha estratégia de repressão física às manifestações políticas e culturais [...] foi cedendo lugar a um projeto que tinha como objetivo integrá-las à visão de mundo oficial, reinterpretando suas práticas e signos e descartando toda a tendência rebelde, explosiva, incontrolável. (COUTINHO, E., 2008, p.71).

O autor dá como exemplo a repressão sofrida pelos sambistas e blocos de carnaval, que eram rejeitados pela sociedade, colocados à margem, e reprimidos pelas forças policiais. Ou seja, as mudanças e aceitação dos blocos não foram simplesmente para atender às reivindicações populares, mas se deram como uma estratégia de assimilação dos grupos subalternos ao Estado. Isso demonstra a dominação pelo consenso e a resignificação dos valores sociais, tendo em vista que o carnaval foi incorporado às manifestações culturais, e, hoje, faz parte do calendário oficial de programação de eventos do país e tem forte apelo midiático.

Podemos pensar que o mesmo ocorre com o/a negro/a. Evidentemente, não há mais castigos físicos, repressão pela força, no entanto, a dominação simbólica veio substituir o castigo. Já se passaram mais de 120 anos da Abolição, contudo, as tensões e as lutas por direitos, desde então, apenas se deslocaram. As diferenças se tornaram invisíveis, é como se o negro não existisse, não como um sujeito social, um cidadão. O ‘não sujeito’ naturalizado, assimilado, faz com que as relações se mantenham iguais, ou seja, aqueles que dominam continuam na mesma posição, essa, sim, com visibilidade. A análise justifica o retrato social que identifica o/a negro/a vivendo as piores condições sociais, políticas, e de educação⁶, embora isso não faça eco e prevaleça o discurso dominante, mesmo o informal.

[...] pode-se admitir que, de uma maneira geral, grande parte do fluxo discursivo existente na atualidade se torna responsável pela permanência de estruturas sociais nas quais o preconceito e a exclusão consolidam-se como regra. Dentre as práticas agenciadoras dessa estrutura, encontram-se as piadas, os chistes populares e as anedotas, mas também, e de maneira extremamente mais consolidadora, porque massiva, as mensagens difundidas pela mídia. (PAIVA, 2008, p. 20).

De fato, o século XXI traz problemas não resolvidos dos séculos XX, XIX; apenas encapsulados pelos mecanismos simbólicos. Haja vista que nesse período, o negro ganhou data oficial de comemoração pela Abolição, discurso político, monumento, e parte da sua cultura foi incorporada aos costumes nacionais, principalmente a culinária, mas ainda é motivo de estranhamento quando visto “fora do lugar” (a exemplo das propostas de estarem nos campi como os brancos).

A religião de matriz africana até hoje sofre manifestações de preconceito, com registros de invasões em terreiros por parte do poder público e de membros da sociedade. É importante refletir acerca do papel de atores como o intelectual que, mesmo vivendo na propalada “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”⁷, prossegue míope, incapaz de perceber e reconhecer o/a negro/a como

⁶ Ver “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007 – 2008”, de Paixão, Marcelo e Carvano, Luz M. (Orgs.).

⁷ Ver Crawford (1994), que coloca o intelectual como base da sociedade do conhecimento, diferente da informação que “[...] torna-se inútil sem o conhecimento do ser humano para aplicá-la produtivamente”. Ver também Sodré (2002) para quem a Sociedade da informação é “um slogan tecnicista, manejado por industriais e políticos”.

parte integrante da sociedade, incapaz de compartilhar saberes, de viver a pluralidade. O que nos diz a comunicação?

1.6. REPRESENTAÇÃO DA MÍDIA E RELAÇÕES DE PODER

Para pensar a questão colocada acima, primeiro precisamos saber que papel ocupa o sujeito da mídia nesse cenário. São intelectuais orgânicos ou tradicionais? Se recorrermos ao conceito de intelectual orgânico em Gramsci, podemos afirmar que os jornalistas da grande mídia, em suas atividades cotidianas, estão inseridos nessa categoria, uma vez que organizam e trabalham para a formação da consciência de grupo. Os grandes donos dos meios de comunicação vivem do poder simbólico da mídia – construído cotidianamente pelos jornalistas –, da veiculação do sonho por meio da publicidade, das relações mercantis, do espetáculo e da ilusão da celebridade. De acordo com a teoria do enquadramento, que veremos no Capítulo 2, as ideias dos intelectuais da mídia não são neutras, estão carregadas de força política, atendem a determinadas organizações e exercem enorme influência no cotidiano das pessoas.

A mídia é um exemplo de hegemonia construída a partir de alianças com grupos econômicos, blocos de poder, aparelhos de Estado, bem como sustentada pela cooptação de técnicos e intelectuais do setor. Todo esse poder funciona para o bem e para o mal, conforme os interesses envolvidos, mas de olho no consenso, como dito acima. Ou seja, a representação social é feita por meio da lógica da mercadoria, da lógica do espetáculo, e o “espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que ele se torna imagem” (DEBORD, 2006, p. 25).

São as condições modernas de produção, baseadas não só no consenso e na abstração, mas na fragmentação do todo produzido, que favorecem as relações de poder midiático. Esse poder é sustentado principalmente pelas relações simbólicas de promessas de felicidade, tendo como pano de fundo os interesses mercantis, políticos, culturais. É como se a compensação pela forma do trabalho isolado do todo fosse o resultado final da imagem, do sonho de um dia de glória, sonho esse compartilhado tanto pelo produtor como pelo consumidor, isolado em frente à televisão ou ao computador.

Os intelectuais da mídia que atuam nas esferas social, política e cultural, estão, freneticamente, promovendo alguma coisa. Mas o que isso representa para os sujeitos

singulares? De que forma essa produção midiática afeta ou modifica o cotidiano das pessoas? Embora compreenda a mídia como uma forma de dominação social, Sodré acredita que “[...] a própria mídia, especialmente a sua nova configuração de plena realidade virtual, já é uma nova forma de consciência coletiva, com um modo específico de produzir efeitos” (SODRÉ, 2002, p. 28). O autor vislumbra novas possibilidades, como o surgimento de um espaço de criatividade e liberdade ou até mesmo uma nova forma de cidadania a partir da interação do sujeito com a mídia.

Nesse sentido, não podemos descartar a importância da pressão popular, feita nas sociedades complexas a partir de meios midiáticos contra-hegemônicos, movimentos sociais, associações de classe, sindicatos e outros grupos de minoria, que interferem e contribuem para uma reorientação de pauta na mídia. No entanto, a despeito da força reivindicatória, as deliberações permanecem nas esferas do poder, na centralidade das decisões midiáticas. Com a globalização, o enfraquecimento dos sindicatos e o descrédito popular nos partidos políticos, restou à mídia um poder de liderança ainda maior. Mas para alguns segmentos, as portas permanecem fechadas.

Questionamos, por exemplo, a visibilidade do/a negro/a na sociedade como sujeito de direito. E essa é uma das questões, dentre outras, que saltam aos olhos perceber o quanto a população negra está fora dos esquemas de poder no Brasil, quer seja político, midiático ou mesmo das instituições do saber, como as universidades. Numa sociedade em que cerca de 50% da população são negros, qual a justificativa para que esses sujeitos não estejam representados - na mesma proporção - na televisão, na universidade, na política, nos sindicatos, nas academias de ciências? E qual a ética dos intelectuais diante dessa discriminação?

As ações afirmativas, a despeito dos questionamentos, rompem com a dimensão de macro-sujeito, conceito habermasiano, no qual prevalece a noção de povo como entidade coletiva unitária e soberana, capaz de apresentar problemas e resolvê-los em nome do bem comum. Ou seja, não há mais espaço para determinado tipo de movimento, que entende ter prerrogativa sobre a vida dos indivíduos, com discurso homogêneo, como se soubesse o que seria bom para todos.

Ao reivindicar as cotas, os movimentos negros promovem uma discussão acerca da necessidade da ação coletiva considerar a afirmação individual como uma luta política na sociedade, inserida na dimensão do discurso pluralista. O debate se dá na

esfera pública habermasiana, entendida como “[...] uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado”. (HABERMAS, 1997, p. 107). Apesar da busca pelo melhor argumento na ação comunicativa dos sujeitos afetados, os cotistas, as barreiras de resistência são enormes.

Qual o lugar da crítica na universidade do século XXI? Para SODRÉ (2009)⁸ a “[...] a resistência da classe média brasileira, de setores da classe média, inclusive da Universidade Federal do Rio de Janeiro, às cotas raciais é uma resistência à pluralidade, é uma resistência ao diálogo”. Um dos mecanismos de esvaziamento do discurso das cotas raciais é a própria negação da raça, que vemos cotidianamente na mídia. “O que está em jogo é menos o saber e a competência específica, mas a separação que o modo de produção capitalista faz na escala entre quem vai ter profissão superior e profissão inferior”. (SODRÉ, idem). E acrescenta: “É essa a verdadeira luta que se trava na escala capitalista. Ora, com as cotas, que é um aspecto da diversidade, talvez nós possamos substituir o discurso da colonização pelo discurso da colorização” (SODRÉ, idem).

A reflexão acima nos remete a outro intelectual brasileiro, Milton Santos, que chama a atenção para a importância de o país decidir que atitude tomar com relação ao seu negro. Diz ele:

A questão não é tratada eticamente. Faltam muitas coisas para ultrapassar o palavreiro retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política conseqüente. Ou os negros deverão esperar mais outro século para obter o direito a uma participação plena na vida nacional? Que outras reflexões podem ser feitas, quando se aproxima o aniversário da Abolição da Escravatura, uma dessas datas nas quais os negros brasileiros são autorizados a fazer, de forma pública, mas quase solitária, sua catarse anual? (SANTOS, 2007, p.2).

O teórico aborda a complexidade com que a questão do/a negro/a é tratada no Brasil, especialmente por uma elite branca dominante. Para Santos, o enfrentamento do problema torna-se uma situação escorregadia, sobretudo quando o fato social e moral é substituído por referências ao dicionário, ou seja, o debate gira em torno do que seja preconceito, discriminação, racismo, numa verdadeira batalha semântica, sendo o tempo

⁸ Palestra de Muniz Sodré no seminário “Comunicação e Ação Afirmativa: o papel da mídia no debate sobre igualdade racial”, realizado na ABI – Associação Brasileira de Imprensa, nos dias 14 e 15 de outubro de 2009.

politicamente jogado fora, como se, de fato, fugir da verdadeira questão das relações raciais seja o mais importante. O questionamento sobre o que é ser negro no Brasil hoje e a afirmação de que essa definição pode ser exatamente, um dos traços marcantes da problemática é assim explicada:

A hipocrisia permanente, resultado de uma ordem racial cuja definição é, desde a base, viciada. Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambigüidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições. Tais refrões cansativos tornam-se irritantes, sobretudo para os que nele se encontram como parte ativa, não apenas como testemunha. Há, sempre, o risco de cair na armadilha da emoção desbragada e não tratar do assunto de maneira adequada e sistêmica (SANTOS, 2007, p. 2).

A realidade brasileira demonstra o que é ser negro/a no país, sobretudo na visão do sujeito afetado. Um exemplo que ilustra bem a ambigüidade citada são as relações entre brancos e empregados subalternos, negros. Nessa situação, as relações tornam-se “amigáveis”, podendo haver, inclusive, doação de roupas usadas, sapatos, e outras quinquilharias sem importância, porém como indicativos de “solidariedade”.

Já a possibilidade de o/a negro/a conquistar o saber formal na academia e, conseqüentemente, competir, em pé de igualdade, no mercado de trabalho, ou na produção intelectual, faz reacender os debates – até então adormecidos. Aqueles/as, antes, identificados como amigos, “quase membros da família” viram outra coisa e são objetos de esforços cognitivos para (des) qualificar as reivindicações de cotas como inadequadas. Contudo, Marcelo Paixão (2008) acredita que as divergências políticas e conceituais podem ser resolvidas no cotidiano das lutas democráticas:

O tom severo nas denúncias do racismo e assimetrias raciais, assim como nas propostas para superação das históricas desigualdades, faz parte do jogo democrático. Enfim, como diriam autores clássicos da ciência política como Maquiavel, Rousseau e Tocqueville, a democracia é comumente barulhenta e ruidosa, certamente, sendo preferível as confusões típicas desse sistema do que a falsa paz do silêncio produzido pela resignação e o desalento. (PAIXÃO, 2008, p.18).

A temática sobre a representação do/a negro/a é tão rica que não basta falar de desigualdades; há outros aspectos que precisam ser colocados como dado de realidade. Considerando a sociedade contemporânea, destacamos a complexidade das relações, das subjetividades, dos mercados, agora globalizados, bem como da ação midiática. Na

década de 70, surge um novo sujeito: a emergência do/a pesquisador/a negro/a, que fala por si, e que trabalha na perspectiva de ocupar na academia o lugar a que tem direito, o de investigar a própria história e de recontá-la do ponto de vista do sujeito afetado, confrontar opiniões e propor novas relações, focadas na diversidade.

Outros atores sociais, considerados minorias e à margem da sociedade, também sinalizam com o desejo de assumir a própria voz. Isso rompe com o modelo tanto do intelectual engajado, como daquele tradicional, isolado na academia, em pesquisas teóricas, distantes da realidade.

[...] Ninguém mais quer delegar o poder da fala. Se pararmos e observarmos o que se passa na literatura, no teatro, no cinema e na música hoje em dia, isso fica claro. Se antes tínhamos escritores que escreviam tentando resgatar a linguagem do submundo da violência, dos morros, do tráfico... hoje são os próprios favelados ou presos que se põem a escrever suas histórias; [...] Ser intelectual hoje supõe a escuta da multiplicidade de vozes e culturas e estabelecer a interconexão entre mundos, espaços, pessoas que não interagem, trocam ou entram em contato. Mas precisa ir além, assumir riscos e voltar a tomar uma posição pública a partir de seu conhecimento e de seu saber acumulado. Não pode falar o discurso do outro, renegando o seu ou imiscuindo-se de emití-lo. (Sarlo, *apud* NERCOLINI, 2007, p. 5).

Na esfera midiática, no entanto, no lugar da polifonia dos sujeitos singulares, os espaços são preenchidos por notícias escolhidas, por fatos narrados que compõem, cada vez mais, a autorreferência do veículo. São acontecimentos espetaculares, repetidos à exaustão, também formando uma super exposição de imagens, como veremos abaixo, chamadas de excesso de memória.

1.7. MEMÓRIA E NARRATIVA

Falar de memória é antes de tudo compreender que há uma amplitude de debates sobre o tema, numa abordagem transdisciplinar, possibilitando diálogos plurais em diversas áreas do conhecimento (ciências sociais, biológicas e humanas). A memória, na sua complexidade, atravessa os séculos e provoca polêmica quanto ao entendimento (se biológico, social ou político). É tão antiga quanto à existência do ser humano.

Desde o início das civilizações, a fala compõe o elemento fundador da memória. Por meio de histórias contadas oralmente e transmitidas de geração em geração foram construídos valores, mitos e crenças. As histórias eram baseadas em fatos simples como a própria experiência de vida, as relações com os animais e a imaginação dos sujeitos.

Esse círculo de fala, lembrança, reconstituição e narração tem um lugar no passado e é responsável pela tradição, baseada nos saberes populares.

Com a escrita, a memória adquire outra configuração e é problematizada como pertencente a uma elite. Surge a construção de dois mundos distintos: dos letrados e dos iletrados, dos que sabem definir códigos daqueles que não sabem. E isso vai definir o futuro dos saberes, hoje conhecido por educação. Afinal, “[...] é da dialética do mestre e do discípulo que dependem os exercícios de memória inscritos num programa de educação, de paideia”. (RICOEUR, 2007, p.74).

A memória, portanto, atravessa o início da civilização, constrói a história da humanidade, funciona para o bem e para o mal, dependendo dos “usos e abusos” (TODOROV, 1995; RICOEUR, 1996) que se faz dela, é problematizada também na contemporaneidade e reivindicada como âncora para a construção da identidade coletiva de determinados grupos sociais. Vários teóricos trabalham com essa temática em estudos complementares ou perspectivas diferentes.

Da memória como acumulação de lembranças, passando pela vinculação às relações sociais, à manipulação e ao consumo, o termo na contemporaneidade se configura em espetáculo e se torna objeto da sociedade de consumo. Trata-se de uma cultura e de uma política da memória (Huyssen, 2004) justificadas pelos excessos: de eventos, de fotografias, de homenagens, de programas, de museus, etc. A internet e as múltiplas narrativas inserem a mídia nesse contexto, bem como a televisão com seus *big brothers* e novelas (das oito, das sete, das seis, vale a pena ver de novo, exibidas diariamente – isso, para citar apenas a maior rede brasileira, a *TV Globo*). O jornal impresso também não foge dessa cultura, considerando seus múltiplos cadernos e suplementos veiculados principalmente nos finais de semana.

Na perspectiva halbwachiana, só há memória a partir das relações sociais, das relações de troca. Para o autor (2006), a memória é sempre social. No entanto, que tipo de relação social a mídia estabelece e com quem? Quem é o sujeito da ação e a quem interessa? Quando um fato é apresentado, por exemplo, as cotas raciais, que lembranças traz? A mídia ressignifica a memória e de que forma?

Para responder a essas questões, as reflexões de Halbwachs (2006) podem nos ajudar. O autor afirma que a memória não existe isoladamente, uma vez que para lembrar é preciso que isso aconteça a partir de algum acontecimento, alguma coisa. Ora,

a proposta de cotas raciais nas universidades públicas do país gerou um acontecimento, nos remeteu a alguma coisa, no entanto, esse fato tem sido veiculado nos meios de comunicação muito mais como um espetáculo do que propriamente como uma relação social de troca.

Halbwachs (idem) pensa a memória como algo a ser compartilhado, negociado, de modo a trazer estabilidade. Considerando essa premissa, o tratamento dado às cotas pela mídia nega a teoria halbwachiana. A discussão midiática acerca das cotas, desde que foram propostas e começaram a ser implantadas⁹, traz um “olhar enviesado” e leva ao campo do estereótipo, do discurso passional e da especulação (palavra de origem latina, cujo verbo *speculari* significa espiar, esquadrinhar/pesquisar. No entanto, é entendida aqui no sentido moderno de caricatura, e não no sentido filosófico de pensamento criador).

A repercussão midiática, desde o início, foi tão intensa que até mesmo o uso político das cotas, na ocasião, teve menor visibilidade do que a questão em si. Embora as ações afirmativas representassem reivindicação antiga no Movimento Negro, fossem resultado de reuniões, encontros regionais e nacionais, na UERJ, se deu por decreto.

Em 2002, as cotas foram criadas pela Lei Estadual 3.708, de 2001, e regulamentadas pelo Decreto n.º 30.766/2002¹⁰, do então governador Antony Garotinho, candidato às eleições presidenciais de 2002. O ato de criação das cotas aconteceu justo no momento de mobilização do Movimento Negro, na esfera política, tendo como resultado o compromisso do Brasil de adotar medidas positivas, a fim de

⁹ Primeiras propostas: 1999 e 2000 - O PL 73/1999, de autoria da deputada Nice Lobão – PFL/MA, propõe reserva de 50% de vagas nas universidades públicas federais para estudantes negros e indígenas, oriundos de escolas públicas e o PL 3.198/2000 – Estatuto da Igualdade Racial – de autoria do senador Paulo Paim/RS, garante o acesso dos negros aos cargos públicos, promove igualdade racial no mercado de trabalho e usufruto nos serviços públicos de saúde e moradia, entre outros.

2002 - O sistema de cotas na Uerj foi criado nesta data, com a reserva de 50% para estudantes de escolas públicas. No mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio aprovou lei que estipulava 40% das vagas das universidades do Estado para alunos negros. Em 2003, a Uerj propôs mudanças e a reserva de cotas passou a ser 20% para estudantes das escolas públicas, 20% para alunos negros e 5% para portadores de deficiência física e minorias étnicas. Os candidatos só concorriam por uma das modalidades e tinham que comprovar carência financeira. Para o vestibular de 2006, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj estabeleceu nota mínima de 20 pontos em 100 pontos tanto para cotistas como não cotistas.

¹⁰ Ver íntegra do Decreto 30.766, de 4 de março de 2002, no site: <http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=281>. Acesso em 19.08.2010.

minorar o racismo no país, durante Conferência Internacional da ONU, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

Considerando o exposto, esse é um caso típico de filtro de memória praticado pela mídia. A repercussão das cotas na época e o argumento de ausência de debate com a sociedade foram maiores do que o ato político em si, descaracterizando a discussão anterior dos sujeitos afetados, negando-os, invisibilizando-os. Desse modo, a memória midiática pode ser lida como alguma coisa que se dá na esfera da luta política, do mesmo modo como Pollak (1989/3) entende: como uma dinâmica atravessada por campos de relações de forças, de disputa de poder.

O autor (idem) apresenta dois segmentos da memória: oficial e subterrânea. Trabalha com a oralidade, cujo objetivo é dar voz a quem não tem acesso aos processos formais da sociedade, bem como dar materialidade às suas memórias. A idéia de memória subterrânea é uma estratégia de trabalhar as lutas individuais e coletivas, enquanto espera o momento histórico adequado para fazer emergir suas reivindicações. Nesse aspecto, podemos afirmar que as cotas dialogam com o segundo segmento (o da memória subterrânea), uma vez que antes de emergirem foram construídas, articuladas, historicamente, pela luta do Movimento Negro Brasileiro¹¹, apesar desse fato não ser considerado pela mídia.

1.8. COMUNICAÇÃO SIMBÓLICA DO SILÊNCIO

Como pensar o negro na perspectiva da memória? Antes da República, ou no período seguinte recente, havia, no Brasil, importantes intelectuais negros, a exemplo de Machado de Assis, José do Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama, Manuel Querino,

¹¹ Organizações de resistência negra existiram no Brasil desde o período da escravidão, com fugas, insurreições e formação de quilombos. Na Bahia, em 1798, deu-se a Revolta dos Alfaiates, inspirada nos ideais de liberdade da Revolução Francesa, e 1835 a Revolta dos Malês contra a escravidão e a imposição da religião católica. Com a Abolição, surgiram várias lutas de afirmação da liberdade e da difusão dos direitos, como a Imprensa Negra paulista com o jornal Menelick, de 1915; a Frente Negra Brasileira, nos anos 30, de caráter nacional; o Teatro Experimental do Negro, de 1944, no Rio de Janeiro; o Jornal Alvorada, em Pelotas; a Associação Cultural do Negro, em 1954, em São Paulo; o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, em 1975, no Rio de Janeiro; o Movimento Negro Unificado em 1978, em São Paulo; e a inclusão do debate da discriminação racial em partidos políticos como o PT e organizações sindicais como a CUT, CGT, FS, que resultou em fóruns de debates em nível nacional. A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi o marco histórico, que culminou com o Brasil assumindo a existência do racismo no país e a anunciando, publicamente, promessa de medidas de combate. Ver: MOURA (1989), NASCIMENTO (1982).

Theodoro Sampaio, só para citar alguns. Eram escritores, jornalistas, poetas, engenheiros, advogados, professores e ainda havia empresários negros, alguns, donos de jornais¹². Isso sem contar a grande atuação nas áreas da música e das artes plásticas.

Não é de hoje que se tem a impressão de que, durante a escravidão no Brasil, havia um número razoavelmente grande de negros que se destacavam nas mais diversas atividades profissionais, intelectuais, artísticas e científicas, para além daquelas em que a força transformou o seqüestro de milhões de homens e mulheres, durante quase quatro séculos, em mercadorias de um comércio internacional que instituiu o trabalho escravo. (SANTOS, 2008, p. 36).

Mais de um século já se passou após a Abolição, no entanto, falta à sociedade brasileira vontade política, ou coragem, para enfrentar a questão das relações interracialis com seriedade, respeito e inteligência. A mídia, na perspectiva halbwachiana, ao escolher e orientar a pauta cotidiana, na qual o/a negro/a tem um lugar (quase sempre identificado como bandido ou suspeito), contribui para apagar a imagem do mesmo como “sujeito singular”.

Considerando a teoria marxista, o sujeito potencial de luta é resultado da contradição entre capital e trabalho e representa o proletariado. Do interior desse mecanismo, surge uma nova classe chamada de classe social, formada por sujeito histórico, que, por sua vez, segundo a teoria, representa a luta pela emancipação da humanidade diante da exploração do capitalismo. Quer seja como “sujeito singular”, na perspectiva arendtiana das subjetividades humanas, ou sujeito histórico, no sentido marxista das potencialidades de luta, o/a negro/a não é reconhecido pela sociedade.

Historicamente, observa-se um ‘apagamento’ da população negra na mídia impressa, na televisão e em outros gêneros midiáticos. Na tevê, a comunicação simbólica do silêncio em torno do negro é perversa. São exemplos desde programas infantis – nos quais as crianças negras não têm referência, porque os espelhos refletem crianças loiras, de pele branca e olhos claros – a jornais e novelas que trazem como padrão a família branca e de classe média alta, com raras exceções. Este é o sintoma do cenário da imagem, e como enfatiza SODRÉ (2006, p. 158) “[...] esse mundo

¹² Ferreira de Araujo era dono da Gazeta de Notícias; Ferreira de Menezes, dono da Gazeta da Tarde; José do Patrocínio, dono dos jornais Gazeta da Tarde e A Cidade do Rio; Apulco de Castro, dono de O Corsário; Alcindo Guanabara, fundador do jornal Novidades (1887/1892); Francisco Correia Vasques, ator e dramaturgo; B. Lopes, poeta; Monteiro Lopes, advogado e político; Sales Torres Homem foi jornalista, advogado, diplomata, escritor, médico e político; Vicente de Souza, médico, jornalista fundador dos jornais A Democracia (1890) e A União Federal (1890/1891). Ver Alves (2009).

imaginário é tão forte que você praticamente só existe socialmente hoje se estiver nesse espelho da televisão, nesse espelho de reconhecimento social”. Para o autor, assim como para Debord (2006), a pessoa só existe socialmente quando é imagem.

E o espelho do qual Sodré (2006) se refere, “não é uma simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais”. SODRÉ (2002, p. 23).

O conceito para essa nova forma de vida está localizado na teoria do “Bios midiático” (Sodré, 2002), citado anteriormente. Nesse cenário, movimentos sociais como a luta pela implementação de ações afirmativas se diluem e perdem para o mercado e as relações de poder. Na dimensão das relações midiáticas,

[...] a invisibilidade dos representantes da matriz africana na sociedade brasileira em todo o século vinte foi denunciada e combatida pelos movimentos negros como uma das formas mais perversas de racismo. Entretanto, tornou-se uma estratégia política para mostrar o lugar do negro na sociedade brasileira no pós-abolição. Falar dessa presença e do seu lugar social ainda hoje provoca incômodo entre nós. (SANTOS, 2008, p. 36).

No entanto, é da luta dos sujeitos afetados que podem surgir novas possibilidades, como aponta Pollak (1989). “Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil”. (POLLAK, 1989, p. 9).

As ações afirmativas são um exemplo de organização e de luta política pelos próprios sujeitos, mas, socialmente, são apresentadas com certa ambigüidade. Desse modo, mesmo antes de amplamente praticadas, são hierarquizadas midiaticamente.

Ao destacar a questão da hierarquização das memórias, há que se considerar a existência de memórias dominantes e memórias dominadas. Dentro de um mesmo grupo, opera-se, pois, o processo de visibilização de determinadas memórias, em detrimento de outras que são silenciadas, a que não se permite organizar sentidos. (BARBOSA, 2007, p. 50).

No Brasil República, guardadas as exceções, a mídia oferece à população negra a comunicação simbólica do silêncio. Como exemplo de visibilidade de uns em detrimento de outros, em um mesmo grupo, destacam-se criminosos, pobres, favelados, marginais, noticiados cotidianamente e naturalmente. Ademais, o discurso da democracia racial, sugerido desde *Casa Grande e Senzala*, abafou as reações contrárias

à prática de racismo no Brasil e, mesmo após o reconhecimento do mito, a questão das relações raciais ainda é tratada timidamente pela sociedade como um todo.

No próximo capítulo discorreremos sobre a luta do Movimento Negro para validação das ações afirmativas, o reconhecimento oficial do racismo no Brasil e as primeiras promessas governamentais de reparação positiva para a população negra. Apresentamos, principalmente, um esboço da literatura sobre o tema, focando nas produções acadêmicas, como dissertações e teses e seus principais argumentos.

CAPÍTULO 2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1. BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Feitas as considerações teóricas, apresentamos, agora, revisão de literatura sobre as ações afirmativas. Antes, situamos, rapidamente, a luta pelo reconhecimento da população negra ao direito de acesso aos campi das universidades brasileiras. Intensificadas na década de 1990, as ações afirmativas são resultado de lutas do movimento negro, com ações de denúncia de racismo nas relações sociais, reivindicação por educação e reconhecimento junto ao governo¹³. Entendidas como políticas públicas entraram, sistematicamente, para a agenda política e ganharam destaque na mídia no início dos anos 2000.

A repercussão em toda a sociedade se deu quando o governo brasileiro reconheceu, internacionalmente, a prática de racismo no país, ao assinar a Declaração e o Plano de Ação de Durban, durante conferência realizada naquela cidade, África do Sul (2001)¹⁴. No documento, foram feitas promessas de reparações por meio de medidas especiais ou positivas em favor das vítimas de racismo, da intolerância e da xenofobia, a fim de promover a igualdade e combater o racismo.

¹³ Em discurso de assinatura do Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial pela Valorização da População Negra (GTI – População Negra), no Palácio do Planalto, em 20 de novembro de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso admite que a diferença racial esteja relacionada às desigualdades sociais do país e anuncia a necessidade de combater a questão, politicamente, em interlocução com o movimento negro. Ver em: Moya, Thais. Dissertação de mestrado. *Ação afirmativa e raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação*. São Carlos: UFSCar, 2009.

¹⁴ Em 2001, de 31 de agosto a 8 de setembro, foi realizada em Durban, África do Sul, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Ao final do encontro, o Brasil firmou junto à Organização das Nações Unidas (ONU) uma série de compromissos internacionais. O Plano de Ação de Durban atribui ao Estado a responsabilidade de combate ao racismo e incentiva o desenvolvimento de ações positivas, ou ações afirmativas nacionais, com base em estatísticas, para promoção de igualdade racial. (Art. 107; 108 – Declaração; Art. 8-c – Plano de Ação), Fonte: http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf. Acesso: 29.07.2010

Desde então, o tema foi polarizado, sobretudo a partir de 2002, com a materialização da proposta de políticas públicas em cotas, que permitem o acesso de negros/as à universidade pública. As ações afirmativas conquistaram adeptos, mas também adversários ferrenhos, ambos saídos, inclusive, das cátedras acadêmicas. São muitos os argumentos, alguns baseados em fatos empíricos e históricos (desigualdade social na contemporaneidade, estatísticas oficiais - IBGE, IPEA, tráfico, escravidão, abolição, pós-abolição, descompromisso do governo com os recém libertos). Outros, são mais teóricos, buscam na ciência e no Direito os fundamentos de seus conceitos.

Para exemplificar os argumentos, historiadores (Prado Junior, 2008; Costa, 2007, Fausto, 2007) contam que, por mais de três séculos, o país comercializou negros do continente Africano, escravizados e submetidos à condições subumanas de trabalho. A chegada da família real, a abertura dos portos em 1808 e a intensificação da economia contribuíram para o aumento da transação ilegal. Mesmo com a oposição da Inglaterra e dos tratados pela supressão do tráfico¹⁵, assinados entre este país e o Brasil, o comércio de negros escravizados continuou normalmente, “[...] sendo considerável seu incremento depois de 1845”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.92). Além de serem retirados à força de seus países, muitos negros ainda eram de etnias diferentes, algumas rivais.

O objetivo era impor o servilismo e evitar reações. No entanto, a despeito da eficácia dos mecanismos repressivos para manter o cativeiro em funcionamento, os escravos resistiam de diferentes modos, como fugas, suicídios, crimes, formação de quilombos, levantes, insurreições. (Costa, 2007). A escravidão no Brasil data do início da colonização, é incrementada no Império e se mantém como um sistema político

¹⁵ Tratado de 1817 (assinado em 18 de julho): autoridades luso-brasileiras e inglesas assentam medidas conjuntas de repressão ao tráfico ilícito;

Tratado de 3 de novembro de 1826: marcou o prazo de três anos depois da troca de ratificações oficiais para a extinção completa do tráfico;

Em abril de 1945 – aplicação do “Ato de supressão do tráfico escravo”, conhecido no Brasil como *Bill Aberdeen* – sujeitava os navios brasileiros traficantes de escravos ao tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal do Vice-Almirantado dentro dos domínios britânicos;

Em 4 de setembro de 1850 – promulgada a chamada “Lei Eusébio de Queirós” que pôs fim, em cerca de dois anos, ao tráfico escravo.

A Inglaterra vivia em franca revolução industrial e seu interesse era obter mercados livres e consumidores de bens, o que impossível com o sistema de escravidão. Ver Prado Junior, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*, 2008.

sustentado pela força mercantil. Prado júnior (2008) observa que no final do primeiro século, o número de escravos representava 23% da população do país, chegando a 50%, pouco antes do fim do sistema colonial.

No que diz respeito à Abolição, um dos argumentos é que para os afrobrasileiros esta “[...] não teve nenhuma essencialidade porque não os libertou da libertação política, isto é, da condição de quem precisa continuamente desembaraçar-se de uma identidade reputada como subumana”. (SODRÉ, 2000, p. 161). Consumada a Abolição e, em seguida, implantada a República, não houve no país uma reorganização política capaz de absorver os negros livres no interior da sociedade. Como esclarece SODRÉ (2000, p. 250), “[...] aconteceu uma Abolição da Escravatura sem direito ao trabalho, sem reforma agrária e sem uma estrutura político-partidária que reorientasse os conflitos”. O resultado dessa política, acrescenta, é a continuidade dos modelos adotados desde a Colônia, “[...] reforçando a segregação, as barreiras sociais”. (SODRÉ, *idem*).

Os argumentos que apontam desigualdade social na contemporaneidade estão baseados em observações empíricas e em estatísticas. Alegam que a prática de racismo à brasileira se consubstancia como um forte oponente ao direito à igualdade, sobretudo por garantir a manutenção de um outro distante e desterritorializado (no sentido geográfico e político, de dominação econômica e simbólica). Essa prática carrega em si mesma a perversidade da invisibilidade, falta de clareza, e ao mesmo tempo uma disseminação oculta e silenciosa.

A análise encontra corroboração nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quando comparado o nível de escolaridade entre a população branca e negra (pretos e pardos, segundo definição do instituto). “A taxa líquida de escolaridade no ensino superior, entre 1995 e 2006, passou de 9,2% para 19,5% entre a população branca e, de 2% para 6,3% entre a população preta e parda”. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 84). Os autores (2008, *idem*) observam que, embora tenha havido um crescimento maior na taxa de pretos e pardos, em 2006, um em cada cinco jovens brancos, de faixa etária condizente com o ingresso no ensino superior, estava na universidade, enquanto 93,7% dos jovens pretos e pardos, de igual faixa etária, estavam fora da universidade.

Fonseca (2009) chama a atenção para a análise dos dados estatísticos que, contextualizados com outras questões, como renda familiar, vínculo empregatício,

condições de saúde e moradia revelam desvantagem da população negra em relação à população branca. O autor ressalta que as ações afirmativas não aumentarão os conflitos etnorraciais que, na realidade ocorrem por meio de discriminação e marginalização, desde o período colonial.

Alguns acham que o negro traz em si uma violência natural e por isso o temem; outros dizem que é preciso ‘proteger’ o negro da violência, e por isso as cotas não seriam adequadas. Em ambos os casos, o objetivo é um só: impedir que os negros brasileiros alcancem autonomia. (FONSECA, 2009, p. 116).

Na obra “Inclusão Étnica e Racial no Brasil”, o antropólogo José Jorge de Carvalho (2006) avança no debate mediante análise histórica das instituições de ensino e pesquisa no país. Com o intuito de corrigir as desigualdades e para além do acesso aos cursos de nível superior, o autor propõe a expansão das cotas, com inclusão de negros e indígenas em amplos “[...] espaços de saber e poder acadêmicos, na graduação, na pós-graduação, na docência superior e na carreira de pesquisa” (CARVALHO, 2006, p. 9).

Já os adversários das ações afirmativas, a despeito da vinculação argumentativa de caráter jurídico e político, da análise teórica e conceitual, muitos não apresentam avaliação de erros e acertos, embora apontem erros (irmãos gêmeos na UnB)¹⁶, e tratam o tema de forma maniqueísta e estereotipada (fixidez). Desse modo, as cotas, uma das modalidades das ações afirmativas, são demonizadas e, desde o início, têm ampla repercussão midiática de teor negativo, sobretudo nas falas dos antropólogos Peter Fry e Yvonne Maggie (2007)¹⁷. Os principais argumentos dos autores são de que as cotas, se implantadas, provocariam ódio racial no Brasil, conflitos, e dividiriam o país em duas raças, e ainda, seriam inconstitucionais.

Na mesma linha surgem o jornalista Ali Kamel (diretor da Central Globo de Jornalismo da *TV Globo* e colunista do jornal *O Globo*) e o geógrafo Demétrio Magnoli

¹⁶ Em 2007, na Universidade de Brasília, o caso dos gêmeos idênticos Alan e Alex Teixeira da Cunha ganhou repercussão nacional, quando a então comissão julgadora das cotas, que avaliava por fotos quem era negro ou não, considerou apenas um dos irmãos como negro. A UnB admitiu o erro e modificou o sistema de avaliação, introduzindo a entrevista. Ver: Portal da UnB. Notícias. <http://www.unb.br/noticias/busca/index2.php?token=317b9b70788161b168848845f0d42ebd&offset=1&page=17&l=>. Acesso em 21.11.2010

¹⁷ Peter Fry e Yvonne Maggie publicaram em 2007 o livro “Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo”, que reúne uma coletânea de artigos deles e de outros acadêmicos contra as ações afirmativas. São artigos que foram publicados em jornais ao longo dos anos.

(colunista de *O Globo* e *O Estado de São Paulo*). Em artigo, Magnoli nomeia de “arautos da doutrina racista” (*O Globo*, caderno op., 14 mai, 2008) aqueles que defendem as cotas. “Racistas de plantão” é outro termo utilizado pelo autor. No artigo intitulado “Monstros tristonhos” (*O Estado de São Paulo*, 14 mai, 2009), Magnoli ataca a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e o antropólogo Kabengele Munanga¹⁸ da USP, a quem chama de “ícone do projeto de racialização oficial do Brasil”.

Em novembro de 2009, o geógrafo escreveu o artigo “Matem os escravistas”¹⁹, um novo ataque, desta vez em reação ao artigo de Sodré (2009), intitulado “Ação Afirmativa: É necessária uma nova Abolição?”²⁰, e resultou em rede de discussão de internautas, pró e contra as cotas. Ambos os textos foram publicados no Observatório de Imprensa.

Para outros autores, no Brasil não há racismo. “Aqui, após a Abolição, nunca houve barreiras institucionais a negros ou a qualquer outra etnia”. (KAMEL, 2006, p. 20). As explicações se estendem, inclusive, para diferenças entre negros e não negros, apontadas em estatísticas sociais. “Gerações de pardos e pretos nasceram na pobreza e nela permaneceram por uma observação banal: quem nasce pobre tem mais alta probabilidade de vir a ser pobre. Não é o racismo que explica esta situação” (LESSA, 2007, p. 126).

Contudo, argumentam os que são favoráveis às ações afirmativas, no Brasil, que a pobreza não é só material, mas também imaterial. De acordo com PAIXÃO; CARVANO (2008, p. 18) “[...] a pobreza que atinge os negros é também política e de visibilidade de suas carências e demandas”. De acordo com os autores (idem), essa pobreza material se agrava com “[...] a persistência do preconceito, da discriminação

¹⁸ Ver MUNANGA, Kabengele. *Kabengele responde a Magnoli*. Disponível em: <http://www.afropress.com/colunistasLer.asp?id=633>. Acesso em 25.11.2010.

¹⁹ Ver MAGNOLI. Demétrio. *Ações Afirmativas: matem os escravistas*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=562JDB004>. Acesso em 18.11.2010.

²⁰ Ver SODRÉ, Muniz. *Ação Afirmativa: é necessária uma nova Abolição?* Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=561CID001>. Acesso em 18.11.2010.

racial e do racismo”. João Feres Júnior (2008) chama a atenção para a centralidade do debate em torno do tema: a questão do negro.

Desde o princípio, uma característica interessante e fundamental deste debate deve ser destacada. Apesar de haver diversos programas para candidatos de escolas públicas e muitos programas para minorias indígenas, a vasta maioria dos textos sobre ação afirmativa que aparecem na mídia concentra-se somente nos programas para negros. Mas por quê? (FERES JÚNIOR, 2008, p. 48).

Para além da pobreza material, o racismo está intimamente ligado ao que SODRÉ (2000, p. 258) chama de “mecanismo civilizatório (portanto, ocidental e cristão) de rejeição existencial, ou seja, consciente e subconsciente, da alteridade”. O autor narra o caso de uma jornalista e empresária negra que ao entrar em uma loja, na Iugoslávia, impactou a vendedora, provocando nesta o desejo de lhe tocar a pele e ao mesmo tempo o impulso de afastar o filho que se aproximava. O autor denuncia a persistência da “rejeição à alteridade simbolizada pela fenotipia escura, apesar da evidente situação de classe média abastada de empresária”. SODRÉ (2000, *idem*).

O episódio ratifica o/a negro/a como sujeito exótico, mas também possibilita refletir sobre o discurso vigente que difunde a questão racial como anacrônica fazendo crer que a demanda por cotas não tem sentido. O discurso dominante é de que há no Brasil uma única identidade. “Esta ‘certeza’ é fato exclusivo de ideologia do Estado ou de discursos elitários, tanto de acadêmicos como de jornalistas, quando se dispõem a denegar a diversidade cultural, na tentativa de aprisionar as singularidades num único lugar simbólico”. (SODRÉ, 2000, p.127).

O fato é que, apesar da tentativa discursiva de negação das diferenças, pelas elites nacionais, as ações afirmativas já são uma realidade em cerca de 70% das universidades públicas brasileiras²¹. Desse modo,

[...] quaisquer que sejam as políticas pensadas, elas vieram para questionar o sistema público de ensino, precário na sua base e elitizado no ensino superior; vieram, ainda, trazer a discussão sobre a desigualdade racial nas universidades públicas; e vieram também levantar questões novas que se apresentam, como o preconceito e o racismo, quando se começa a mudar a cor e a classe dos estudantes universitários do país. (PAIVA, A. R. 2010, pp. 17-18).

²¹ Ver: Paiva, A. Randolpho. *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*, 2010.

Sem dúvida, o tema suscita diferentes opiniões e, mesmo recente, há uma vasta literatura que trata de ações afirmativas, cotas, negros, discriminação racial, racismo, estatísticas sociais. No entanto, não é nossa premissa, neste capítulo, abranger toda a literatura, mas trazer a produção acadêmica sobre a questão, publicada em teses e dissertações. Também não é objetivo desse trabalho esgotar o assunto, o que significa que nem todas as abordagens serão contempladas. Vamos nos deter a abordagens relacionadas às ações afirmativas ou às cotas que estabeleçam algum diálogo com a mídia, impressa ou não.

2.2. AÇÕES AFIRMATIVAS, COTAS E MÍDIA: PORTAIS CAPES E IBICT

O primeiro passo da pesquisa foi mapear as teses e dissertações sobre ações afirmativas, cotas e mídia, publicadas nos portais da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do IbiCT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). O recorte temporal foi de 2003 a 2009, em ambas as bibliotecas virtuais. A busca se deu por meio de três grupos de palavras-chave: 1) *Ações Afirmativas e Cotas*; 2) *Ações Afirmativas, Cotas e Mídia*; 3) *Ações Afirmativas, Cotas e Imprensa*.

Considerando o grupo 1 (*Ações Afirmativas e Cotas*), em consulta ao site da Capes (2010), foram encontradas 86 publicações, sendo 76 dissertações (de 2003 a 2009) e 10 teses (de 2006 a 2009). O levantamento mostra que o tema ações afirmativas/cotas vem sendo investigado por diferentes áreas, dentre elas, Ciência Política, Direito, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Educação e Antropologia.

As abordagens são diversas, como a investigação de iniciativas parlamentares no Congresso Nacional acerca de ações afirmativas em prol da população negra (ESCOSTEGUY, E. V. Carlos, Dissertação, Ciência Política, UnB, 2003); exame dos fundamentos constitucionais para as ações afirmativas no serviço público por critério racial (SILVA, P. da Mauricio, Dissertação, Direito, PUC/PR, 2003); análise dos mecanismos geradores de desigualdades, das cotas como interesses políticos dos governos e não como solução das contradições (GLORIA, S. da Maria Cristiane, Dissertação, Serviço Social, UFRJ, 2006); investigação acerca do posicionamento dos cientistas sociais brasileiros contrários à implementação de cotas (SANTOS, S. dos Augusto, Tese, Sociologia, UnB, 2007); análise do modo como a política de

permanência tem sido trabalhada pela UFBA e que sentido material e imaterial tem (SANTOS, B. R. Dyane, Tese, Educação, UFBA, 2009) e outras.

No mesmo grupo (1 - *Ações Afirmativas e Cotas*), em consulta ao site do Ibict (2010), foram localizadas 53 publicações, entre dissertações e teses, algumas já vistas na biblioteca da Capes. As investigações traçam um panorama das ações afirmativas no Brasil, como o debate acerca da política de ações afirmativas e sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras, dentre elas, UERJ, UERGS, UFMA, UFBA, UnB, apresentado por diferentes autores (VALENTIM, F. D. Daniela, Dissertação, Educação, PUC/RJ, 2005; PEREIRA, M. Marilú, Dissertação, Educação, UFRGS, 2007; MACIEL, O. Regimeire, Dissertação, Sociologia, PUC/SP, 2009; e outros)

Apesar dos diversos olhares, que certamente enriqueceriam ainda mais a investigação, essas abordagens também não serão apresentadas. O que nos interessa são as teses e dissertações que trazem um diálogo entre cotas e mídia, objeto de nossa pesquisa. Esses trabalhos foram identificados nos grupos 2 (*Ações Afirmativas, Cotas e Mídia*) e 3 (*Ações Afirmativas, Cotas e Imprensa*) dos bancos de dados pesquisados. O resultado, quando comparado com o grupo 1 (*Ações Afirmativas e Cotas*), foi bem menor. Identificamos apenas sete trabalhos com esse perfil: cinco dissertações (três na base de dados da Capes e duas na base Ibict) e duas teses (uma na Capes e uma no Ibict). Uma dissertação estava duplicada nas duas bases. As áreas que trouxeram essa temática são as de Sociologia, Comunicação, Educação, Letras e Antropologia.

2.3. DISSERTAÇÕES

- a) Dissertação 1 – *Ação Afirmativa e Cotas: Um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002)*, de Ana Elisa De Carli dos Santos (Sociologia/UFSC, 2005)

A primeira dissertação a tratar do assunto, *Ação Afirmativa e Cotas: Um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002)* teve a orientação de Valter Roberto Silvério. O trabalho foi realizado em uma perspectiva sociológica na tentativa de compreender a crença relativa à idéia de raça constante nos programas de políticas públicas específicas, destinadas a certos grupos da população brasileira, de modo a evidenciar a existência de relações de desigualdade. SANTOS (2005, p.13) define a noção de raça “como uma das forças motivadoras subjacentes aos pensamentos e

comportamentos das pessoas, o que justifica como central no estudo do tema das relações étnico-raciais”.

O foco da pesquisa situa-se na cobertura jornalística e o modo como a temática das políticas públicas dirigidas à população negra é abordada pela mídia impressa, precisamente pelos jornais *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, bem como pelas revistas *Isto É* e *Veja*. A justificativa da pesquisadora pelo recorte temporal (1995 a 2002) é, no primeiro ano, a comemoração dos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares e o reconhecimento oficial das desigualdades com base na “raça; e, no último ano, o sentido dado à questão racial durante a Conferência de Durban”. A metodologia empregada é a análise de conteúdo e o enquadramento.

Ao analisar o modo como a mídia articula os debates acerca da questão racial no Brasil, particularmente, as ações afirmativas, a autora (2005) ressalta que o tema ultrapassa a cultura profissional da mídia no país, desvendando

[...] as tensões, divergências e impasses sobre um dos mais antigos dilemas brasileiros que é o problema da integração efetiva das populações não-brancas, em especial dos descendentes de africanos, vítimas de um sutil e poderoso processo de discriminação racial, racismo e subalternização social. (SANTOS, 2005, p.15).

A pesquisa, on-line, no jornal *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* levou em consideração as palavras-chave ou palavras-captura “ação afirmativa”, “afro descendente” e “cotas para negros”, a fim de identificar a frequência das notícias referentes às ações afirmativas, no período indicado (1995 a 2002). Foram localizadas 635 notícias, diretas ou indiretas. A veiculação do tema no jornal *Folha de São Paulo* representou 74,5% do volume total de publicações, enquanto o *Estado de São Paulo* ficou com 25,5% do volume total de notícias publicadas no período. Em análise comparativa entre os dois jornais, considerando a linha editorial, ambos apresentam valorização negativa de 75%. (Idem, 2005, pp. 21-22).

No caso das revistas *Isto É* e *Veja*, a busca pelo volume de notícias se deu por meio das palavras-chave “ações afirmativas” e “cotas para negros”, no período de 1996 a 2002. O total de notícias selecionadas no banco de dados das revistas foi de 52, sendo 35 veiculadas pela *Veja* e 17 pela *Isto É*. A pesquisa utilizou como critério de interpretação a análise de variáveis qualitativas e quantitativas, dentre elas variável de tempo (1995, 1996...2002); de editoria ou sessão jornalística (cotidiano, economia,

cultura, nacional, internacional, opinião, ciência e outras); valoração da notícia (negativo, positivo e neutro); produção do texto (articulista, colunista, jornalista e leitor); e estilo de texto (interpretativo, noticioso).

Considerando o procedimento metodológico da pesquisa, a análise tem como base conceitos da teoria do enquadramento apresentados pelos teóricos Martins (2004); Tuchman (1978); Becker (1993); e Porto (2002). De acordo com a pesquisadora (Santos, 2005), a definição da teoria é indicada por Martins (2005) ao citar a obra de Tuchman, para quem o enquadramento já começa no processo de construção da notícia. “[...] Considera-se que a notícia não é construída no vazio, e sim dentro de um contexto específico e por indivíduos sob a influência das organizações” (SANTOS, 2005, p.25).

No debate conceitual, a autora (2005) recorre a Porto (2002) para ressaltar dois tipos principais de enquadramento: noticioso e interpretativo. “Os enquadramentos noticiosos resultam de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, as quais resultam na ênfase seletiva de determinados aspectos de uma realidade”. (Porto, 2002, *apud* SANTOS, 2005, p. 27). No enquadramento interpretativo ocorre uma “avaliação particular de temas e/ou eventos políticos que inclui definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.” (Idem, 2005, p. 27).

Em suas análises, SANTOS (2002, p. 12) considera a mídia impressa como “uma importante esfera de abordagem sobre a temática da ação afirmativa”. Afirma que a cobertura da questão nos veículos analisados como *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, no período acima definido, fez-se de forma democrática, porque espelhou o estado de “desigualdade da população negra e de reivindicação política dos seus direitos”. No entanto, a pesquisadora (idem) afirma que quando partiu para uma análise mais apurada da cobertura percebeu que, paralelamente, houve “[...] um processo conflituoso de discussão no interior de cada jornal assinalado pelo viés crítico e desfavorável à temática, especialmente no que se refere a qualquer iniciativa de implementação sistemática de políticas específicas”. (SANTOS, 2002, p 140).

Com relação às revistas *Isto É* e *Veja*, a conclusão é que as mesmas aceitam as reivindicações como justas, mas acreditam haver formas melhores de ações afirmativas do que as cotas. No geral, tanto jornais como revistas apresentam uma visão conservadora da questão. Apesar da cobertura jornalística apresentar falhas com relação

às reivindicações da população negra na sociedade, a autora conclui que “está se articulando um processo de luta por reconhecimento recíproco da identidade e das demandas da população negra sob vias democráticas no conjunto da mídia impressa brasileira”. (SANTOS, 2002, p. 142).

- b) Dissertação 2 – *Ação afirmativa e raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação*, de Thais Santos Moya (Sociologia/UFSC, 2009)

A segunda dissertação, localizada no banco de dados do Ibict, tem autoria de Thais Santos Moya, e orientação de Valter Roberto Silvério. O tema é *Ação afirmativa e raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação*. A autora faz análise sociológica de como a mídia impressa (jornais e revistas) veiculou o debate nacional sobre as relações raciais brasileiras, tendo como foco as ações afirmativas e o critério de raça. O recorte temporal foi de 1995 a 2006, período referente aos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2006), ambos tidos como autores oficiais da temática antirracista. Moya (2009) recorreu à análise da teoria do enquadramento na tentativa de compreender quais são os argumentos contrários e favoráveis que orientam a discussão.

Os jornais analisados são *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, e as revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época*. Neles são analisadas reportagens, entrevistas, matérias de capa, artigos, editoriais e cartas de leitores. A metodologia aplicada é a teoria do enquadramento, uma das teorias da comunicação de massa, e o objetivo da pesquisa é aprofundar os conceitos sociológicos do debate em questão, abordados pelos veículos investigados. Apresenta as relações raciais no país desde o Brasil Colônia, a formação do Estado Nacional Brasileiro, marcado pelo processo de racialização, cujo resultado é a visibilização do negro como um outro, desprovido de prestígio cultural e social.

A pesquisadora (2009) trabalha o conceito de Agendamento ou *Agenda-Setting*. “Esse conceito sustenta a hipótese de que as pessoas pautam seus temas e conversas a partir do que a mídia publica”. (MOYA, 2009, p. 41). Situa o *Agenda-Setting* como originário de “[...] estudos norte-americanos acerca da comunicação, vinculados ao Funcionalismo, que estão preocupados em analisar as funções dos meios de

comunicação e os efeitos sobre o público”. (Colling, 2002, p.89, *apud* MOYA, 2009, p 41). Contudo, lembra (idem) que outros estudos afirmam que as pessoas não são tão facilmente persuadidas a mudarem de opinião, na medida em que há uma relação entre mídia e audiência.

São os chamados “efeitos limitados”, discutidos por Katz (1998), que apresenta três diferentes argumentos: 1 – o paradigma institucional (critica os efeitos limitados; a mídia dita os assuntos que devem ser pensados); 2 – o paradigma crítico (exclui os efeitos limitados, a mídia tem efeitos diretos, previsíveis e poderosos sobre o público); 3 – o paradigma tecnológico (efeito da mídia na organização social, poder de induzir como pensar e a que grupo pertencer). Apesar das posições antagônicas, *agenda-setting* como efeitos limitados e *agenda-setting* como efeitos poderosos, “[...] para Katz, as três linhas são competentes, e se complementam em busca de uma melhor conceituação para a idéia de efeito”. (MOYA, 2009, p. 42).

Considerando o poder da mídia de orientar a agenda pública, a autora (idem) também trabalha com o conceito de enquadramento (framing) de Goffman (1974), que ultrapassa o modo de determinar os assuntos em debate, para dizer “[...] também a maneira que se deve interpretar e pensar tais assuntos” (MOYA, 2009, p. 43). Cita teóricos como Scheufelle (1999), Entman (1993) e Porto (2004), estudiosos do enquadramento noticioso, focados no conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, no modo como selecionam, organizam e editam as notícias. Esse enquadramento, dizem os teóricos (Hackett, 1993; Hall, 1993) não são, necessariamente, um ato consciente dos jornalistas, mas o resultado de uma relação estruturada entre mídia e poder. Tal relação traz em si complexidade, pelo fato de não ser, como diz, Hall, uma ‘construção’ de notícias, nem uma retransmissão de ideologia do poder, mas faz parte de uma estrutura, de uma sociedade, na qual a mídia acaba por reproduzir os discursos instituídos, formais.

Desse modo, diz Moya (2009) que estudiosos do conceito de enquadramento mostram como movimentos sociais, que estão fora dessa estrutura de “fontes políticas e institucionais credenciadas” (Idem, p.45), são estereotipados pela mídia. Trouxe como exemplo investigação de Porto (2004), na qual apresenta o enquadramento jornalístico dado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Uma das pesquisas (Aldé, Lettman-Weltman, 2000) revela o tratamento dado aos sem-terra pelos telejornais da Globo como elementos violentos, perigosos, e que causam conflitos. A outra (Lima, 2001) afirma que o Jornal Nacional associou roubos ocorridos durante a seca do Nordeste de 1998 aos integrantes do MST e os vinculou à campanha do então candidato Lula, do PT, à presidência da República. Contudo, há contradições nos conteúdos midiáticos, o que torna as análises mais difíceis. Na tentativa de superação, Porto (2004) desenvolveu diferentes tipos de enquadramento, como os noticiosos e informativos.

Uma das problematizações apresentadas diz respeito à questão racial e se esta faz parte do agendamento. A autora (Moya, 2009) também investiga o tipo de enquadramento midiático das discussões sobre a temática. Cita Sodré (1999) na análise acerca da mídia, os discursos inter-raciais e suas relações com o poder que, para o autor (1999), na maioria das vezes “[...] são estruturadas por uma tradição intelectual elitista, que de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele”. (Sodré, 1999, p.244, *apud* MOYA, 2009, p.48). Acrescenta que a mídia torna-se o intelectual coletivo das elites, “[...] que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como público, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira”. (idem).

A fim de compreender as relações raciais ou racismo na mídia, Moya (2009) buscou em Silva e Rosenberg (2008) as análises acerca da temática, cujas conclusões apontam para a inexistência de um campo de estudo teórico estabelecido no país. A explicação é de que há falhas metodológicas e conceituais nos estudos, como ausência de produção contínua sobre um meio discursivo; há carência de dialética com outras pesquisas; falta aprofundamento do diálogo teórico-conceitual com os estudos sobre o tema; e ausência de análise acerca das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das mensagens.

O resultado dessas falhas, diz Moya (2009), é relatado por Silva e Rosenberg (2008) como sub-representação do negro na mídia, silenciamento midiático sobre a desigualdade racial, naturalização e universalização do branco como padrão social e modelo de humanidade e, ainda, estereotipia do negro pela mídia, ao associá-lo à criminalidade, à marginalidade, à sensualidade e à subalternidade.

A metodologia utilizada pela autora para análise do enquadramento midiático acerca das ações afirmativas segue a técnica desenvolvida por Scheufele (1999) de diferentes tipos de enquadramento (midiático – o que é publicado, emoldurado, produzido pela mídia – e o individual – o que é recebido pela audiência). Ele ainda separa o enquadramento por variáveis: dependente ou independente. Os estudos do enquadramento midiático que levam em conta a variável independente focam apenas no conteúdo produzido, enquanto as investigações do enquadramento dependente consideram, de maneira global, os vários fatores que contribuem para essa construção. Desse modo, ambos os enquadramentos dependentes – midiáticos ou individuais (audiência) –, podem ser influenciados por fatores externos como o econômico, ideológico, social, cultural, etc.

A autora (2009) optou pela perspectiva de enquadramentos midiáticos dependentes, ou seja, “[...] a análise dos enquadramentos aqui identificados foi realizada de maneira mais ampla, considerando outras variáveis que possam estabelecer uma relação de influência e/ou explicação”. (MOYA, 2009, p. 51). Recorreu também à análise de conteúdo e definiu dois conjuntos de categorias: quantitativo e qualitativo (este aborda o nível de enquadramento, se noticioso ou informativo).

As três revistas investigadas na pesquisa, “[...] separadas e conjuntamente, apresentaram, com mais incidência, enquadramento contrário. Com destaque para *Veja*, que 75,5% das suas publicações analisadas são desfavoráveis ao sistema de cotas para negros”. (MOYA, 2009, p. 77). Os jornais também apresentaram enquadramento contrário (56,5%) ao sistema de cotas. No entanto, levando em conta o enquadramento informativo, portanto interpretativo, esse percentual do *Estado* sobe para 72,9% e da *Folha* fica em 53,6%. (Idem, p.150). A autora conclui que a mídia defende “a permanência do ideário meritocrático, como único escopo possível para se pensar a sociedade brasileira”. (MOYA, 2009, p. 190).

- c) Dissertação 3 – *Mídia e Educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros(as)*, de Céres Marisa Silva dos Santos (Educação/Uneb, 2007)

A dissertação acima dialoga com o tema mídia e ação afirmativa no campo da educação e foi localizada no banco de dados da Capes. Sob a orientação da professora

Delcele Mascarenhas Queiroz, Santos (2007) trabalhou com análise do discurso, a fim de identificar o posicionamento da imprensa nacional acerca da adoção do sistema de cotas para negros/as nas universidades brasileiras. Seu interesse foi perceber o sentido dado à questão, se de esclarecimento à população ou de reprodução do racismo, independente das seções em que estavam os textos jornalísticos. O recorte temporal ficou limitado ao período de janeiro a dezembro de 2001, e os veículos analisados foram *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *A Tarde*.

A autora (2007) descreveu os referenciais teóricos e conceituais acerca dos diversos tipos de racismo como institucional, cordial, moderno, reconhecimento, além de raça e ações afirmativas. Na metodologia e fundamentação teórica, Santos (2007) dialoga com autores como Sodré (1999), para quem a elite ocupa posições de poder e de controle da mídia; Guimarães (2002), que defende raça como categoria necessária para mostrar que as discriminações e desigualdades impostas pela cor da pele são efeitos de raça, não de classe; Wedderburn (2007), que também aponta para a construção histórica do racismo, de modo a gerar hierarquização de acordo com características fenotípicas; e outros (Teun Van Dijk, 1997; John B. Thompson, 1990).

A autora (2007) apresenta um histórico das políticas de ações afirmativas desde o surgimento na Índia, no início dos anos 40 e cita Malásia e Estados Unidos. Este país, embora não tenha sido pioneiro na adoção da medida, foi o que mais repercutiu internacionalmente, devido à luta de Movimentos dos Direitos Civis. Reflete sobre as primeiras medidas no Brasil e observa que na “[...] UERJ, UNEB e UFBA, o primeiro Vestibular com cotas foi marcado por ações judiciais e descontentamento entre os que eram avessos à medida”. (SANTOS, 2007, p. 51).

Conclui a pesquisa afirmando que a hipótese de que a imprensa não havia cumprido com seu papel não se confirmou, e que a análise feita nos quatro jornais, no ano de 2001, em um universo de 370 textos sobre a temática, 155 foram neutros, portanto maioria. Contudo, questiona a neutralidade dos textos como subjetiva, considerando que havia presença majoritária de pessoas com falas institucionais, masculinas e brancas, e pouca representação de mulheres negras ligadas ao Movimento Negro Brasileiro. Por fim, no quesito editorial, aponta posição da maioria como contrária às cotas e Ações Afirmativas para negros/as.

- d) Dissertação 4 – *Pela persistência da diferença: Desvendando o discurso dos que querem nos transformar numa nação monocromática*, de Mariana Lima e Silva (Antropologia, Unb, 2007)

A dissertação da Mariana de Lima e Silva (2007) foi localizada nas duas bases de dados, da Capes e do Ibict, é da área de Antropologia da Universidade de Brasileira, e teve a orientação de Rita Laura Segato. O trabalho analisa criticamente a fala e o lugar de fala de dois autores contemporâneos que se manifestaram contrários as ações afirmativas para negros, Peter Fry e Ali Kamel, e a repercussão midiática do debate em torno do tema. Questiona a formação e a continuação da identidade nacional, primeiro baseada nos critérios ocidentais, em que os elementos da cultura negra representavam o atraso do Brasil, depois o redimensionamento de sentido que valoriza a miscigenação e o sincretismo como características nacionais. Observa essas questões como reafirmação de um discurso da elite, presente, inclusive, na contemporaneidade.

Silva (2007) afirma que os dois autores investigados, ambos com “[...] posições de destaque no mundo político, ao se posicionarem contra as ações afirmativas para negros, utilizaram artimanhas para desconstruir e descaracterizar o racismo no Brasil, e usaram estratégias de autorização retóricas de suas posições políticas”. (SILVA, 2007, p. 74). Ressalta, ainda, que os mesmos se valeram das posições sociais que ocupam para dar credibilidade às suas opiniões como se essas fossem fundamentadas nos conhecimentos que detém. “Ali Kamel se esquivava do direcionamento político de sua fala por trás de uma suposta imparcialidade jornalística, enquanto Peter Fry usa a antropologia para narrar a experiência de onde afirma ‘observar’ as relações raciais”. (Idem, 2007).

Tanto um autor como o outro, observa Silva (2007), recuperam em suas falas um discurso hegemônico de identidade nacional, fazendo crer na existência de um convívio racial harmonioso, e negam a existência de raças, bem como a de uma identidade negra marcada pelas assimetrias, hierarquizada em cores, tanto no passado como no presente. Silva (idem) ratifica o que foi dito no início desse capítulo sobre aqueles que, ao se colocarem contra as ações afirmativas, adotam um discurso agressivo, e conclui seu trabalho sugerindo avanço nas investigações de expressões utilizadas repetidamente nos

textos dos dois autores analisados, como ‘ódio racial’, ‘privilégios odiosos’, ‘rancor’, ‘racismo às avessas’, dentre outras.

A sugestão de estudo para se falar sobre as relações raciais no Brasil tem por base “[...] compreender um discurso tão explícito em suas terminologias e tão violento em seus ‘não-ditos’, ou seja, nos sentidos subjacentes”. (SILVA, 2007 p. 81). Por fim, o diálogo dessa dissertação com a mídia passa pelas repercussões midiáticas do discurso hegemônico, especialmente pelo fato de um dos autores analisados, Kamel, ser diretor da Central Globo de Jornalismo da *TV Globo* e colunista do jornal *O Globo*, portanto, está diretamente relacionado ao poder mercantil, informativo e simbólico.

- e) Dissertação 5 – *Entre Dissensos e consensos: Cientistas Sociais e a controvérsia pública das cotas raciais no Brasil*, de Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos (Sociologia e Antropologia/UFRJ, 2009)

A última dissertação encontrada ao cruzar os dados ações afirmativas e mídia no banco de dados da Capes, *Entre Dissensos e consensos: Cientistas Sociais e a controvérsia pública das cotas raciais no Brasil*, pertence a Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos. O trabalho é de 2009, do departamento de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ e teve a orientação de Bruno Sciberras de Carvalho e de Glaucia Kruse Villas Boas.

Campos (2009) investiga textos opinativos publicados na mídia impressa, considerando as posições dos cientistas sociais acerca da implantação do sistema de cotas para estudantes negros em universidades brasileiras. Analisa as dissensões para além das esferas acadêmicas, como as esferas públicas em geral. O objetivo da pesquisa, segundo o autor (idem, 2009), é ampliar a pluralidade de opiniões controversas e, ao mesmo tempo, identificar argumentos comuns em ambas as posições dos atores envolvidos. Ao pesquisar interpretações divergentes, Campos (2009) concluiu que as discordâncias identificadas não tiveram como base fundamentos ideológicos inconciliáveis, mas atuaram em objetivos e utopias comuns.

2.4. TESES

- a) Tese 1 – *Espectros da Mídia: Políticas Afirmativas ou Políticas da Piedade? O sofrimento do outro no contexto do “último homem”*, de Monique Franco (Comunicação/UFRJ, 2006). Banco de dados da Capes.

Monique Franco (2006), orientada por Paulo Vaz, problematiza a política de ação afirmativa por meio dos conceitos de tempo e de justiça expressos no debate a respeito das cotas. Seu trabalho é focado em reportagens, entrevistas e cartas de leitores, publicados em 2004 e 2005, nos principais jornais e revistas de circulação nacional. A autora (idem) estuda os impactos das cotas a partir da análise do discurso da mídia impressa e conceitua as cotas “[...] como sintoma de um processo histórico contemporâneo que parece incorporar culpa e sofrimento enquanto elementos de consumo e revelam os paradoxos postos ao *ser* em sua existência última.” (FRANCO, 2006, p. 8).

Sua investigação (2006) considera quatro dimensões: 1) Políticas de justiça, 2) Políticas da piedade, 3) Políticas do reconhecimento, e 4) Políticas do *ser*. A primeira dimensão traz um histórico acerca das ações afirmativas no mundo, desdobramento dessas políticas no Brasil e um mapa da cobertura jornalística. A segunda dimensão trabalha no sentido da emergência de culpa ancestral, dívida social e injustiça, levando à noção de reparação, bem como a expressão de vitimização de determinados segmentos como mulheres, negros, gays, deficientes. A terceira dimensão apresenta a performance do *ser* como exigência contemporânea. Nas três dimensões, Franco (2006) trabalha a temática como “espectros da mídia”.

Para justificar a sociedade da piedade e da moral ressentida, a autora (idem) argumenta que os miseráveis estão presentes na sociedade e que, portanto, não é necessário estatística para definir quem é pobre, negro, pardo, estrangeiro ou exilado, aceitáveis como “normais” ou dignos pela sociedade. “Os ‘esquecidos’ se fazem lembrar a cada esquina ou a cada assalto, e parecem atuar como que em pequenas doses de anestesia. Os ‘esquecidos’ se fazem lembrar na angústia do Ser vazio frente à multidão que se anuncia na TV”. (FRANCO, 2006, p. 266). O resultado, aponta (idem), é a incorporação do absurdo e o consumo do sofrimento do outro. “Essas doses

anestésicas retiram parte do medo, do choque, da depressão, mas têm como moeda de troca a culpa e a responsabilização impiedosa e constante”. (FRANCO, 2006, p. 266).

A autora (idem) se diz signatária do manifesto *Todos têm direitos iguais na República democrática*, que surgiu durante sua tese e que a fez sentir-se “menos solitária” e “menos racista”. O documento pede aos presidentes da Câmara e do Senado que rejeitem projetos de reserva de vagas em universidades brasileiras. Por fim, Franco (2006) reconhece a complexidade do tema, e afirma que outras pesquisas são necessárias para se tentar compreender os múltiplos pensamentos e posições acerca das ações afirmativas. Finaliza citando uma passagem do *Zarathustra*, de Nietzsche, em que este diz que “os homens não são iguais. E tampouco o devem tornar-se! [...]”. (Nietzsche, *apud* FRANCO, 2006, p. 272).

- b) Tese 2 – *A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma análise crítica dos discursos sobre relações raciais brasileiras em corpus de jornal impresso*, de Paulo Henrique Caetano (Letras/UFG, 2007). Tese localizada na base Ibict.

Caetano (2007), como antecipa o título, trabalha os discursos sobre relações raciais, por meio da análise do discurso. Adota o conceito de discurso definido por Fairclough (1992) como práticas e relações sociais, construção social da realidade e forma de conhecimento. “Isso possibilitou que se verificassem nas escolhas no domínio da coesão lexical do discurso mediado, a natureza ideológica da construção de significados”. (CAETANO, 2007, p. 7). O objetivo, ao recorrer à metodologia utilizada com base em Fairclough foi, segundo o autor, identificar “[...] tensões discursivas, assimetrias de poder, e tendências a mudanças discursivas para conceitos centrais das relações raciais no Brasil, como racismo, raça, cor da pele, étnico, preconceito, ação afirmativa, sistema de cotas e democracia racial”. (Idem, 2007).

O *corpus* de mídia impressa sobre a temática analisado teve como escolha momentos de grandes debates sobre as relações raciais no Brasil, como a comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995; a Conferência de Durban, em 2001; e o caso Grafite, em 2005, registro de racismo explícito no futebol brasileiro. A pesquisa localizou grande quantidade de texto no jornal *Folha de São Paulo*. No primeiro caso, o autor identificou “[...] uma tendência à comodificação do discurso,

tendo o principal marco daquele ano, o tricentenário de Zumbi, uma importância secundária em relação à publicação da Folha, o *Racismo Cordial*”. (CAETANO, 2007, p. 7).

A análise desses três momentos aponta para uma discursividade auto-referente da Folha, no primeiro caso; um teor de tecnologização, com destaque para a participação brasileira na Conferência de Durban, no segundo caso; e uma aproximação lexical da palavra *crime* em relação à palavra-chave *racismo*, no caso Grafite. O autor (2007), embora reconheça a limitação da pesquisa em um único jornal, a *Folha*, observa que esta mídia impressa “[...] constrói bases epistemológicas em seu domínio institucional, controla as escolhas lexicais de seus/as profissionais, cria significados internos, elege temas e busca o parecer de especialistas”. (CAETANO, 2007, p. 225).

O pesquisador (2007) acrescenta que essas práticas colocam em evidência “[...] a centralidade do discurso nas sociedades modernas e, conseqüentemente, alertam para a necessidade crescente de estudos autônomos da linguagem, como instrumento de cidadania numa ordem política, social e econômica internacionalizada”. (CAETANO, 2007, p. 225). Conclui chamando a atenção para a necessidade de se discutir valores que naturalizam objetividade e imparcialidade com interesses mercantis de instituições empresariais midiáticas de grande influência social.

ESTADO DA ARTE – COMPARAÇÃO

Para finalizar esse capítulo, verificamos que dos sete trabalhos analisados, duas dissertações adotam como metodologia a teoria do enquadramento, os demais recorrem a análise do discurso. Em todos os casos, há uma tentativa de compreender a demanda das ações afirmativas contextualizada com os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da sociedade brasileira. Da mesma forma, a mídia ocupa a centralidade das investigações, quer seja potencializando o discurso hegemônico, construído historicamente na sociedade brasileira para definir uma identidade nacional, quer seja, possibilitando a desconstrução desse conceito ou, ainda, deixando em aberto novas possibilidades.

Se todos os pesquisadores acreditam que as ações afirmativas desconcertaram o discurso da elite ao provocarem reações diversas, na maioria das vezes, contrárias a essa modalidade de política pública, uma das teses é discordante. A pesquisadora Monique

Franco, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, (2006) problematiza as cotas como algo carregado de culpa e sofrimento. Para a autora, esses sentimentos estariam associados ao consumo (ou sua ausência), gerando, portanto, como observa Franco (2006), a sociedade da piedade.

Como pode ser percebido ao longo dessa dissertação, nossa análise, embora se identifique com a maioria das pesquisas aqui descritas, traz mais uma preocupação, a de tentar compreender para além do discurso dual dos contrários ou favoráveis às cotas. Partimos do pressuposto de que as ações afirmativas deixaram de ser um espectro da mídia, assumindo um lugar real e despertando novas possibilidades, novos focos de investigação e novas leituras da sociedade.

CAPÍTULO 3. OPINIÃO PUBLICADA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS

3.1. DINÂMICA DA PESQUISA

Feito o recorte do tema, a fundamentação teórica e a revisão de literatura, o passo seguinte conduziu à pesquisa empírica. Durante seis meses, de maio a outubro, foi realizado na Biblioteca Nacional o levantamento de dados dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Dia*. O foco de interesse foram os editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores, publicados no Caderno de Opinião desses veículos. Já para o recorte temporal o estudo considerou o período de janeiro a dezembro de 2008.

A pesquisa foi possível graças à contribuição do bolsista João Gustavo Chá Chá, que participou de parte do mapeamento dos temas nos jornais. Na busca, levamos em conta palavras-chave como *ações afirmativas*, *cotas* e *reserva de vagas* para o ensino superior. Todas essas palavras estão imbricadas nas propostas de políticas públicas, em tramitação no Congresso Nacional no período investigado e dizem respeito à reparação da população em situação de desvantagem, como negros e indígenas, em diversos setores da sociedade.

Ações afirmativas são definidas, de acordo com relatório da ONU, como medidas que têm por objetivo

[...] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (Santos, 1999, *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 201).

O sistema de cotas “[...] é uma dentre outras modalidades de ação afirmativa, como o acréscimo de notas, de vagas ou de pontos”. (PAIVA, A, 2010, p. 7). Já a reserva de vagas também é considerada um tipo de ação afirmativa e consiste em destinar um determinado número de vagas para candidatos em situação de desigualdade como indígenas, negros, portadores de deficiência, mulheres. As diversas ações afirmativas não são destinadas apenas ao ensino superior, mas também podem ser aplicadas à empresas, de serviço público ou privado, ou a qualquer outra modalidade de ação, cujo envolvimento da população negra esteja ausente.

Tanto na sociedade, como nos estabelecimentos de ensino, o movimento pelas ações afirmativas exerce pressão por posicionamento diante do tema. “O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento”, afirma CARVALHO (2006, p. 13).

No caso desse estudo, a leitura crítica dos editoriais, colunas, artigos e cartas nos dará a dimensão do posicionamento da mídia impressa, representada pelos jornais acima citados. Contudo, diante da realidade em que cada vez mais universidades públicas adotam algum tipo de ação afirmativa²²,

[...] é chegado o momento em que não se trata mais de ser contra ou a favor dessas políticas, pois estão aí e vão surgindo de maneira sistemática, sob várias formas e a partir de diversas motivações, mas, sim, de analisar esse fenômeno com todas as suas implicações. (PAIVA, A. R., 2010, p. 7).

Considerando que em 2008 (recorte temporal desse estudo), se comemoram cinco anos de implantação de cotas na primeira universidade pública do Brasil, a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a escolha temporal se justifica pela busca de contextualização da pauta midiática. Outros acontecimentos importantes estão no calendário do ano, portanto na agenda de notícias, e podem ser motivadores de debates especiais com o tema das ações afirmativas.

Nesse ano, são registrados acontecimentos do porte das eleições municipais no Brasil e presidenciais nos Estados Unidos. Há, ainda, comemorações de eventos, como os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição Cidadã. O que essas datas têm em comum? Qual a relação entre a Constituição brasileira e as eleições americanas? E como a mídia impressa imprime sentido a esses acontecimentos? São questões que tentaremos responder ao longo da pesquisa.

A proposta é compreender como a mídia impressa lida com o tema *cotas raciais*, *cotas sociais* ou *ações afirmativas*, considerando a opinião do veículo (difundida em editoriais e colunas), dos colaboradores (expressa em artigos) e dos leitores (divulgada em cartas). O objetivo também é observar se o material publicado dialoga com as questões pertinentes e percebidas pelos negros, e como está contextualizado com os

²² No Brasil, 70% das universidades federais e estaduais adotam algum tipo de ação afirmativa. Ver: Paiva, A. Randolpho. *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*, 2010.

demais temas em pauta. E, ainda, tentar compreender como a mídia impressa constrói e reconstrói a pauta de opinião sobre “cotas” durante esse período. Trata-se de análise crítica para além da abordagem dualista *do contra* ou *a favor*, numa perspectiva do contexto histórico, social, político e cultural.

Para facilitar a análise dos dados faremos uso de tabelas, quando entendermos que estas ajudarão, de modo mais amplo, a visualizar o tema pesquisado. A geração das tabelas foi inspirada em pesquisa sobre a participação da mulher na política (Paiva, 2008) e, embora apresente os números absolutos sobre cotas, encontrados nos jornais acima descritos, a apresentação da análise não contempla, necessariamente, todo o conteúdo. O limite mínimo é de dez por cento do total.

3.2. COTAS NA OPINIÃO DA FOLHA

O Jornal *Folha de São Paulo* (a partir de agora *Folha*) data de 1960, e é resultado da fusão dos jornais *Folha da Noite* (1921); *Folha da Manhã* (1925); e *Folha da Tarde* (1949). Em 1976 foi criada a seção *Tendências e Debates*, do Caderno de Opinião e, segundo a *Folha Online* (2010), se baseou no “princípio da pluralidade”²³. Segundo a informação, o primeiro projeto editorial foi publicado em 1984, com o propósito de “defender um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno”. (idem, 2010). Em 1997 foi modificado, e o objetivo visava a “seleção criteriosa dos fatos, [...] abordagem aprofundada, crítica e pluralista [...]”. (idem, 2010).

A *Folha* é considerada o maior jornal do Brasil, com circulação diária (2008) de 311.287 exemplares²⁴. Desse modo, se justifica a escolha do veículo para análise do posicionamento editorial e aferição ou não da pluralidade de opinião acerca das ações afirmativas.

Durante doze meses, de janeiro a dezembro de 2008, o Caderno de Opinião, da *Folha*, publicou 728 editoriais, dos quais apenas quatro (0,55%) abordaram o tema cotas, ainda assim nem todos de forma direta. No mesmo período, nas 1.464 colunas,

²³ Ver *Folha Online*: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml>. Acesso em 9.12.2010.

²⁴ Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC). Ver: *Maiores Jornais do Brasil*. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 16.11.2010.

somente uma (0,06%) discutiu o assunto. Já dos 732 artigos, publicados na página *Tendências e Debates*, oito (1,09%) falaram de cotas/ações afirmativas/reserva de vagas. E no *Painel do Leitor*, das 3.339 cartas postadas nos doze meses, 17 (0,50%) abordaram cotas/ações afirmativas.

3.2.1. Editoriais e colunas

a) Editoriais

O primeiro editorial saiu dia 14 de maio com o título “As cotas no Supremo”, relatando “uma guerra de manifestos em Brasília” (*FOLHA*, p. A2, 14 mai. 2008). O texto se refere aos intelectuais contrários e favoráveis às cotas raciais nas universidades, cujos manifestos foram entregues ao Supremo. Também faz referência à pesquisa do Ibope com o Instituto Ethos “[...] mostrando que negros e pardos, que são quase metade da população, ocupam só 3,5% dos cargos de chefia nas maiores empresas do país” (*Idem*, 2008). O editorial assume uma postura ao afirmar que: “Grupos contrários às cotas argumentam, com razão, que esse tipo de política afronta o ideal republicano da igualdade de todos diante da lei”. (*Idem*, 2008).

O segundo editorial, do dia 18 de maio, não aborda diretamente o tema das ações afirmativas, mas apresenta uma análise acerca da composição populacional da sociedade brasileira:

[...] estimativas do Ipea apontam que, ainda em 2008, os brancos deixarão de ser maioria absoluta [...] Não apenas porque é menor sua taxa de fecundidade, mas também porque cresce o número das pessoas que, nas pesquisas do IBGE, declaram-se ‘pretas’ ou ‘pardas’, na terminologia adotada pela instituição. (*FOLHA*, p. A2, 18 mai. 2008).

Antes dessa abordagem, o editorial condena o processo de ‘europeização’ do país que responsabilizava mestiços e negros pelo atraso brasileiro, e que apostava no desaparecimento destes por um “gradual branqueamento da população” (*FOLHA*, p. A2, 18 mai. 2008). Essa visão é associada ao que chama de “fantasias e preconceitos” de uma época em que se acreditava que a população branca era maioria, a fim de “favorecer uma ‘identidade racial’” (*Idem*, 2008).

Não obstante, o mesmo editorial critica as estatísticas como “uma tentativa, politicamente orientada, de formular uma nova identidade nacional”. (*FOLHA*, p. A2, 18 mai. 2008). Diz que os dados que apontam a maioria negra são ações ideológicas, e

que “institutos oficiais, como o Ipea e o IBGE, deveriam abster-se de tomar partido nessa disputa”. (Idem, 2008). Para o editorial, “das fantasias racistas à militância da ‘negritude’, um mesmo risco permanece: o de se criar um país imaginariamente dividido pela cor, quando se trata, ainda, de construir uma sociedade mais unida, tolerante e igualitária” (Idem, 2008).

No dia 23 de novembro, o editorial, intitulado “Igualdade distante”, traz incisivas declarações de injustiça e de prática de discriminação e racismo no país, embora comece narrando a redução do preconceito racial na sociedade, mas também alertando que as raízes do preconceito são profundas e complexas. O texto apresenta dados da pesquisa *Datafolha*, publicada em caderno especial, como a queda no número dos que concordam com frases de cunho abertamente racistas, entre outros pontos.

[...] a presença do preconceito é inequívoca em nossa sociedade [...]. Do olhar desconfiado com que um negro é recebido numa loja à discriminação violenta que pode vitimá-lo em situações de abordagem policial, a prática do racismo se dá em nossa sociedade conforme um gradiente variado de intensidades e circunstâncias, que independe de formalização ideológica consciente para se manifestar. (*FOLHA*, p. A2, 23 nov. 2008).

Aponta ainda a injustiça que “se abate sobre os afrodescendentes, e sobre os negros em especial”, e ressalta que “a desigualdade racial persiste” e que “o tempo de negar o problema por meio de subterfúgios retóricos, felizmente, já passou” (Idem, 2008). Contraditoriamente, ao mesmo tempo que o editorial afirma a desigualdade racial, nega as políticas de cotas como ações reparadoras; rechaça o que chama de “afirmações artificiais de ‘negritude’ e divisões identitárias radicais numa sociedade que cada vez mais se vê como mestiça”. (Idem, 2008). Por fim, declara que “o caminho é a adoção de políticas universais em prol de uma verdadeira igualdade de oportunidades, que não discriminem ninguém pela cor que tenha – ou que deixe de ter”. (*FOLHA*, p.A2, 23 nov. 2008).

O 4º e último editorial do ano sobre cotas é de 25 de novembro e traz um título, por si só, estereotipado: “Cotas de imperfeição”. A *imperfeição* em destaque faz referência às cotas raciais, que o jornal se posiciona incisivamente contrário. O texto cobra do Senado responsabilidade pela correção do que chama “[...] distorções importantes que constam no projeto de lei 73/1999, sobre reserva de vagas em

universidades federais, aprovado na Câmara, votado às pressas no dia da Consciência Negra” (*FOLHA*, p. A2, 25 nov. 2008).

Outra crítica do editorial diz respeito ao percentual de 50% de reserva de vagas para alunos com histórico em escola pública, embora ressalte o critério social como “inteligente” por “favorecer os estudantes mais pobres da população”. (*FOLHA*, p. A2, 25 nov. 2008). Para o editorialista, o viés socioeconômico que destina metade das vagas reservadas a candidatos com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo seria mais um critério para “aumentar a proporção de negros e mulatos [...] nos bancos das faculdades federais”. (Idem, 2008).

b) Colunas

Uma única coluna, das 1.464 publicadas ao longo de 2008, aborda diretamente o tema das cotas. A publicação é de 24 de novembro, com o título “Dia dos morenos”, em referência ao *Dia da Consciência Negra* (20 de novembro). O texto, assinado por Fernando de Barros e Silva, começa explicando o título, atribuído à fala de uma criança de cinco anos, que em conversa com a mãe, explica o feriado da escola. “Ao chamar o Dia da Consciência Negra assim, a criança, na inocência do seu eufemismo involuntário, que provavelmente ouviu de alguém (inocente?), toca o nervo da questão racial no Brasil”, explica. (SILVA, *Folha*, p.A2, 24 nov. 2008).

O autor afirma que a transformação da “morte de Zumbi dos Palmares numa data ‘morena’ é um sintoma do nosso racismo cordial” (SILVA, *Folha*, p.A2, 24 nov. 2008), mas acrescenta que também “é uma forma de exaltar a mistura étnica da nossa formação, o caldeirão biológico e cultural em que borbulha nossa civilização mestiça”. (idem, 2008). Mas à frente, o colunista se refere à pesquisa *Datafolha*, publicada dia 23 de novembro (Caderno especial *Racismo*) como um trabalho que não deixa dúvida acerca da exclusão dos negros no Brasil. “Entre os 10% mais pobres do país, 68% são pretos e pardos”. (SILVA, *Folha*, p.A2, 24 nov. 2008).

Mesmo mostrando-se impactado pelos números, o autor condena as políticas públicas de ações afirmativas para ingresso de negros/as nas universidades públicas brasileiras como forma de redução das iniquidades. “O tema é complexo. Penso que políticas de inclusão com critérios de renda seriam socialmente mais eficazes e menos

traumáticos que as cotas raciais, vistas pela maioria como ‘necessárias’, mas ‘humilhantes’”. (SILVA, *Folha*, p.A2, 24 nov. 2008).

Se a maioria dos entrevistados (86%) apontou as cotas como necessárias, isso não recebeu a atenção devida, foi apenas tensionado com outro item da pesquisa indutiva que dizia: “Reservar cotas nas universidades para os negros é humilhante para eles”. (FOLHA, *Racismo*, p, E5, 23 nov. 2008). Essa resposta ficou em terceiro lugar (53%) na preferência da população. Em segundo lugar, com 62% de preferência, a frase dizia que “as cotas para negros nas universidades são fundamentais para ampliar o acesso de toda a população à educação”. (Idem, 2008). Esse item não foi citado pelo colunista que, considera as cotas sociais “mais eficazes e menos traumáticas que as cotas raciais”. (Idem, 2008). A declaração induz a uma pergunta, que a mídia impressa não responde: as cotas raciais são traumáticas para quem?

3.2.2. Artigos e cartas

a) Artigos

No painel *Tendências e Debates*, nem todos os artigos mapeados (oito, ou 1%, de um total de 732, no período de jan. a dez. 2008) abordam diretamente o tema das ações afirmativas e das cotas. Um deles apresenta argumentos que justificariam a política de cotas raciais, ao falar de desigualdade e injustiça social. O título, *Fazer a abolição de novo*, já sugere alguma medida de correção. “Só a partir dessa correção é que criaremos nós, os brasileiros de hoje, condições para que possa o Brasil ser útil à humanidade e a si mesmo”. (UNGER, *Folha*, p. A3, 13 mai. 2008).

Logo à frente, Mangabeira Unger acrescenta: “A desigualdade dos acessos aos meios da qualificação é tão radical que permite à discriminação – quase sempre evasiva e ambivalente entre nós – esconder-se atrás do disfarce do tratamento igual” (Idem, 2008). No entanto, aponta a desvinculação entre as lutas de raça e de classe como erro. Seu principal argumento é o risco de formação de uma classe média negra, deixando de fora a maioria, pobre e desqualificada.

Embora escrito antes e não trate, efetivamente, de ações afirmativas, o artigo *Racistas, não; apaixonados pelo Brasil*, do reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, José Vicente, dialoga com Unger (Folha, 2008). O autor coloca todos num contexto de classe e, ao mesmo tempo, faz distinção entre brancos e negros.

“Somos brasileiros negros de todas as classes, intransigentes na defesa da igualdade de oportunidades, da participação democrática e plural de todos na vida nacional”. (VICENTE, *Folha*, p. A3, 13 mar. 2008).

A declaração acima faz referência à luta do negro por um lugar de pertencimento diante da realidade brasileira de desigualdade. De acordo com Vicente (2008), independente da discriminação, se racial ou social, o fato é que o negro continua separado e desigual: “Buscar um novo caminho é imperativo. É nossa obrigação. É manifestação de paixão, de amor pelo Brasil”. (VICENTE, *Folha*, p. A3, 13 mar. 2008). Analisados juntos, percebemos que ambos os autores defendem a mesma coisa: o combate a desigualdade. O que os diferencia é o modo pelo qual essa luta deve se dar.

Intitulado *Berimbaus, boicote e avaliação*, o artigo do reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho denuncia estereótipos, como a alusão às cotas e, conseqüentemente, à inferioridade intelectual dos estudantes, diante da nota ruim da turma do curso de Medicina da UFBA, após avaliação pelo Enade. A atribuição, feita pelo coordenador do curso, é rechaçada pelo reitor da UFBA, que afasta totalmente essa possibilidade, ao observar que a turma reprovada entrou “[...] na universidade em 2001, portanto, “quatro anos antes do advento do programa de ações afirmativas”. (ALMEIDA FILHO, *Folha*, p. A3, 9 jun. 2008).

Em outro artigo, o reitor qualifica como “sucesso” a implantação do programa de ações afirmativas na UFBA, em 2004, e anuncia: “Avaliações demonstram que não houve decréscimo no nível dos alunos e na qualidade da formação”. (ALMEIDA FILHO, *Folha*, p. A3, 8 ago. 2008). Essa declaração derruba um dos argumentos, bastante recorrentes no início dos debates sobre a necessidade de implantação de políticas públicas para o ingresso de negros/as na universidade, de que as cotas colocariam em risco a excelência do ensino superior.

Mais uma questão positiva, dessa vez apontada por Boris Fausto, é a discussão sobre o preconceito racial no Brasil. Diz o historiador:

[...] seja qual for a opinião das pessoas sobre as ações afirmativas em favor de negros e índios, o certo é que o preconceito racial no Brasil passou a ser discutido em todas as suas dimensões como uma questão específica que não se confunde simplesmente com a desigualdade social. (FAUSTO, *Folha*, p. A3, 17 jun. 2008).

Uma dessas dimensões, para Fábio Konder Comparato (COMPARATO, *Folha*, p. A3, 8 jul. 2008), é a responsabilidade do Estado com relação ao seu negro e a integração deste à sociedade, enquanto sujeito livre e de direito. Em artigo intitulado *Um débito colossal*, o autor compara a abolição de 13 de maio de 1888 ao fim do regime militar. Em ambos os casos “vimos simplesmente a página”, alerta. (Idem, 2008). No caso da escravidão, ninguém (senhores nem descendentes) se responsabilizou pelos crimes praticados e suas conseqüências, durante quase quatro séculos.

O professor (COMPARATO, *Folha*, p. A3, 8 jul. 2008) cita dados percentuais que apontam o negro em desvantagem com relação ao branco em todas as esferas sociais e ressalta: “É vergonhoso que tenhamos esperado 120 anos para ensaiar a primeira medida de apoio oficial à população negra: a reserva de vagas para matrículas em estabelecimentos de ensino superior”. (Idem, 2008). Afirma que a medida cumpre um preceito constitucional, o artigo 3º da Constituição, que responsabiliza o Estado pelo bem estar de todos, sem preconceito de qualquer espécie.

A surpresa da investigação nesse item *artigos* fica por conta do conteúdo apresentado sobre a temática. Todos, se não explicitamente favoráveis às ações afirmativas, são, indubitavelmente, sensíveis à causa. Alguns, como é o caso de Comparato (2008), são incisivos ao responsabilizar o Estado pelo seu negro e a integração deste na sociedade, enquanto sujeito livre e cidadão de direito.

Não obstante, a despeito da conotação positiva, a maioria dos artigos não trouxe as ações afirmativas como tema principal, tratou de outros assuntos que levaram seus autores a referenciá-las. Outra surpresa foi a ausência de publicação de artigos, no ano de 2008, contrários à medida. Contudo, considerando o universo destinado ao debate, com 732 artigos no período, o registro de oito (pouco mais de 1%), mesmo simpáticos à medida, pode ser interpretado como a comunicação simbólica do silêncio, na qual a mídia impressa economiza no espelho do reconhecimento social (Sodré, 2006).

b) Cartas

Das 3.339 cartas ao longo do ano, apenas 17 abordaram o tema das ações afirmativas ou cotas. Isso representa 0,50% do total. Os debates veiculados no *Painel do Leitor* da *Folha*, de janeiro a dezembro de 2008, podem ser visualizados, quantitativamente, no quadro abaixo. Entre os leitores selecionados pela editoria do

Caderno, a fala acerca do *racismo* é a segunda maior após o assunto *ações afirmativas*, seguida de igual destaque para os temas *Abolição* e *negro na tevê*. A despeito do grande número de cartas, a opinião dos leitores acerca das cotas também guardou certo silêncio, como pode ser observado pelos números.

Quadro 1 – Cotas em debate: Cartas de Leitor da Folha

Temas	Assuntos diversos	Cotas / ações afirmativas	Abolição	Raça/racismo	Negro na TV
Janeiro	263	2	-	-	
Fevereiro	255	-	-	-	
Março	260	-	-	-	
Abril	261	-	-	1	
Maio	296	4	2	2	
Junho	270	1	-	-	2
Julho	324	1	-	1	
Agosto	282	-	-	-	
Setembro	273	-	-	-	
Outubro	293	2	-	-	
Novembro	261	7	-	2	
Dezembro	301	-	-	-	
Total	3.339	17	2	6	2

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, Ed. Nacional, ano de 2008

As duas primeiras cartas com o título *Cotas* foram publicadas dia 24 de janeiro de 2008. Ambas fazem referência à matéria publicada no Caderno Cotidiano, do dia anterior, sobre a então decisão da justiça de suspender o sistema de cotas na UFSC²⁵. Na primeira carta, o leitor afirma: “Não posso compactuar com tal decisão, que defende uma igualdade apenas formal, em que, na prática, uns são mais iguais que outros”. (FERNANDES, *Folha*, p. A3, 24 jan. 2008). A segunda replica: “Sábia decisão da

²⁵ Em 18 de janeiro de 2008, o juiz federal, Gustavo Dias de Barcellos, de Santa Catarina, suspendeu por liminar as cotas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com isso, os candidatos cotistas que tiraram notas inferiores aos demais candidatos ficariam impossibilitados de fazer matrícula. O Conselho Universitário da UFSC aprovou o programa de ações afirmativas em 10 de junho de 2007, com reserva de 30% das vagas, sendo 20% para alunos de escolas públicas e 10% para negros que estudaram em escolas públicas. Segundo o reitor, Lúcio José Botelho, menos de 1% dos alunos são negros. Na ocasião, a Universidade alegou autonomia para instituição do sistema de cotas e disse que iria recorrer.

Justiça Federal de Santa Catarina de suspender o sistema de cotas na UFSC. Tomara que seja mantida”. (PAES, *Idem*, 2008).

Assim como nos artigos, das 17 cartas, nem todas tratam especificamente do tema; algumas apenas citam as cotas no desenvolvimento dos argumentos. A maioria reforça a posição do jornal ao discutir desigualdade, racismo, raça, negro na tevê e cotas, porém com um viés de resistência à mudanças. “[...] Somente com um ensino público de qualidade é que a sina dos pobres (entre eles os negros, pardos, mulatos, cafuzos, mamelucos e brancos) poderá ser revertida”. (MUZZOLON, *Folha*, p. A3, 15 mai. 2008). Outro leitor afirma que “constitucionalizar uma política de cotas hoje seria grande equívoco da sociedade brasileira. [...] Há, sim, desigualdades históricas, que perduram, mas que precisam de ações que não invalidem o princípio básico de isonomia”. (MACHADO, *Folha*, p. A3, 16 mai. 2008).

Ainda segundo o diálogo entre leitores, a separação da população em categorias raciais deve ser combatida, porque “[...] mesmo com as melhores intenções, não apenas denota pensamentos e ações discriminatórios como dificulta a diminuição das desigualdades sociais, ao tentar tornar naturais classificações raciais inventadas há poucos séculos para oprimir”. (FUNARI, *Folha*, p.A3, 19. mai. 2008). As cotas, na opinião de outro leitor, representam a contribuição para desqualificar o ensino superior, na medida em que “[...] em vez de aumentar o número de vagas desse ensino qualificado, cobrando dos que podem pagar, caminhamos no sentido inverso, diminuimos as vagas destinadas aos melhores”. (MARTINS, *Folha*, p. A3, 23 nov. 2008).

Há, ainda, a defesa do mérito para se alcançar o ingresso no ensino superior, independente do tipo de pertencimento do candidato. O leitor acredita na universalização do ensino, critica a proposta de cotas, e responsabiliza o Estado pela “[...] função de preparar adequadamente os candidatos para o ingresso, para que se submetam ao exercício eficiente e eficaz da aprendizagem, da pesquisa e do estágio”. (DE PAULA, *Folha*, p.A3, 26 nov. 2008).

Contudo, há vozes dissonantes da linha editorial do jornal, como a que defende a política de ações afirmativas, considerada urgente para que “[...] talvez assim consigamos finalmente terminar o processo inacabado de abolição da escravidão”. (SANTOS, *Folha*, p.A3, 15 mai. 2008). Outro leitor critica a *Folha* e a postura pró

política universal, mesmo diante de um retrato de desigualdade em que vivem os afrodescendentes no Brasil, mostrados por pesquisa pelo próprio jornal, e diz que “os homens não são feitos para as leis, as leis que são feitas para o homem. Se esse for, e é, o único jeito de corrigir as desigualdades, tem-se que colocar o peso da lei a favor da promoção da igualdade racial, social e humana”. (SILVA, *Folha*, p.A3, 24 nov. 2008).

O leitor Delano Coimbra (*Folha*, p.A3, 25 nov. 2008) elogiou o caderno *Racismo* (*Folha*, 23/11/2008), mas também questionou sua conclusão de que as cotas seriam humilhantes para negros. Ele ressalta que ao impor 300 anos de escravidão, com graves conseqüências, “[...] qualquer sociedade normal deveria considerar humilhante para os brancos termos que implantar as chamadas ações afirmativas para ao menos tentarmos equilibrar [...] o estrago que nossos antepassados fizeram”. (COIMBRA, *Folha*, p.A3, 25 nov. 2008).

Mais uma carta registra elogio a iniciativa da *Folha* com relação ao caderno *Racismo*, mas diz que em editorial “[...] a opinião do jornal apenas coaduna com o senso comum ao repetir um discurso vazio sobre a adoção de ‘políticas universais em prol de uma verdadeira igualdade de oportunidade’”. (MACHADO FILHO, *Folha*, p. 3A, 26 nov. 2008). Para o leitor, a implantação de políticas afirmativas, como as cotas, é uma medida concreta de combate a desigualdade, embora reconheça que não seja a única, mas é uma forma de “[...] equalizar uma situação que já se inicia desigual”. (Idem, 2008).

Como pode ser observado, as cartas mostram uma tentativa de equilíbrio de opinião entre os que são contra e aqueles que são favoráveis às ações afirmativas. Em termos de conteúdo, também seguem a tendência dos editoriais, com propostas de universalização do ensino e posições antagônicas entre cotas sociais e raciais. Veremos, a seguir, o que pensam os editorialistas, articulistas e leitores de *O Globo* e de *O Dia* a respeito do assunto.

3.3. COTAS NA OPINIÃO DE *O GLOBO*

O Jornal *O Globo* foi selecionado para a pesquisa por se constituir um dos maiores e mais importantes veículos jornalísticos em âmbito nacional. Sua fundação, por Irineu Marinho, data de 29 de julho de 1925. Aos 20 anos, o filho mais velho do empresário, Roberto Marinho assume a direção da empresa e dá origem a maior rede de

televisão do país, de nome homônimo. A circulação diária de *O Globo* em 2008 foi de 281.407 exemplares, ficando atrás apenas do *Extra* (Infoglobo Comunicação S/A.), da mesma editora, com 287.382 exemplares; do *Super Notícia* (Sempre Editora S/A), com 303.087; e da *Folha de São Paulo* (Empresa Folha da Manhã) com 311.287 exemplares²⁶.

Assim como a *Folha*, *O Globo* se compromete com a pluralidade da informação, ao se assumir um jornal que “[...] tem um time de colunistas que reforçam a pluralidade e contribuem para que o leitor forme sua própria opinião, pois tem acesso ao que há de melhor em conteúdo”.²⁷ Veremos a seguir o posicionamento do veículo acerca das ações afirmativas no Brasil e o que pensam seus colunistas, colaboradores e leitores.

Quantitativamente, o jornal publicou, de janeiro a dezembro de 2008, 720 editoriais, dos quais 16 (2,2%) abordaram as ações afirmativas ou cotas. Este tema esteve presente em apenas dois (0,6%) artigos de colunistas, dos 323 publicados no período. Já dos 1.111 artigos de colaboradores, 20 (1,8%) falaram acerca do assunto, e das 8.368 cartas de leitores, 57 (0,68%) se referiram às cotas.

3.3.1. Editoriais e colunas

a) Editoriais

É comum nos editoriais de *O Globo* duas versões sobre o mesmo fato, a primeira com a opinião do jornal e a segunda intitulada “Outra opinião”. Assim, o veículo procedeu com o tema das ações afirmativas em duas únicas publicações, em janeiro de 2008. A primeira versão trouxe o título *Grave ameaça* e diz que a proposta de ações afirmativas tende a criar tensão em “[...] uma nação miscigenada em que não há espaço para choques de cunho racial”. (*O Globo*, p. 6, 6 jan. 2008). Justificou o título ao responsabilizar o governo por iniciativas que colocam em risco “[...] o convívio pacífico de várias raízes étnicas, um patrimônio especial hoje sob grave ameaça”. (Idem, 2008).

A segunda versão, *Pela reparação*, é do deputado federal Carlos Santana. O autor argumentou que os negros, assim como os judeus, também tiveram seu

²⁶ Ver dados no site : <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 28.12.2010.

²⁷ Ver site da editora: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx>. Acesso em 28.12.2010

holocausto, mas, ao contrário destes, que foram indenizados pelos bancos alemães que financiaram Hitler, não receberam nada. De acordo com o deputado, as “ações afirmativas, como a institucionalização de cotas, são decisivas para a integração nacional, prosperidade material e sobrevivência humana do nosso país”. (SANTANA, *O Globo*, p. 6, 6 jan. 2008).

Mais um editorial com modelo de opiniões divergentes data de 18 de maio, e é intitulado *Maniqueísmo*, em referência a debates sobre ações afirmativas. “A polêmica das cotas, na qual está em jogo o projeto de país que se quer – se aberto ou regido por normas capazes de dividir perigosamente a sociedade –, chegou ao Supremo Tribunal Federal [...]”. (*O Globo*, p. 6, 18 mai. 2008). Em seguida, o texto explica a crítica ao sistema de cotas, e diz que um dos objetivos é “[...] impedir que haja um *apartheid* contra o branco pobre, um dos mais prejudicados pela idéia”. (Idem, 2008).

A outra opinião, *Solução Temporária*, é do reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves. Segundo o autor, é importante a discussão sobre o tema, cujo cerne do debate está na decisão de criar vagas para negros na universidade. “Estamos incorporando soluções americanas para os brasileiros? Estabelecendo uma política de racismo às avessas no país? São questões relevantes, mas insuficientes para a análise criteriosa do debate”. (VIEIRALVES, *O Globo*, p. 6, 18 mai. 2008). Acrescenta que o Brasil nos “[...] quase quatro séculos de escravidão e, desde a instituição da República, não fez o ‘dever de casa’ republicano. Dever de promover a igualdade e inserir a população negra descendente de escravos na condição de cidadãos”. (Idem, 2008).

Com o título *Raiz da pobreza*, o editorial de 27 de julho atribui a militantes ou lobistas o prolongamento do debate sobre cotas e diz que esses grupos “[...] trabalham para inocular na sociedade brasileira conceitos racialistas de classificação de cidadãos”. (*O Globo*, p. 6, 27 jul. 2008). Diz, ainda, que “a ideologia racialista é importada da sociedade americana” (idem, 2008) e que a na realidade, o *apartheid* do Brasil é classista, gerando uma dívida histórica não “[...] com negros, índios, caboclos, cafuzos etc, mas com os marginalizados, deixados sem acesso a serviços públicos básicos de qualidade, entre eles a educação”. (Idem, 2008).

A outra opinião, do deputado federal Carlos Abicalil, reconhece o impasse e observa que “os que são a favor acham que o sistema de cotas incomoda forças poderosas no país. Os que são contra alegam que a reserva de vagas, em especial para

negros, alimenta o racismo”. (ABICALIL, *O Globo*, p. 6, 27 jul. 2008). Para o autor, o tema é importante e a experiência aponta resultados positivos. Ressalta que “os argumentos de inconstitucionalidade, de relaxamento das condições acadêmicas e de estímulo ao racismo foram sucessivamente rejeitados pelos fatos [...]”. (Idem, 2008). Desse modo, diz ele, “a promoção da igualdade é dever do poder público, e o acesso aos níveis superiores de educação é uma de suas ferramentas mais eficazes”. (Idem, 2008).

Outros argumentos atribuem o problema de desigualdades à deficiência de qualidade do ensino público. “Sem elevar seu padrão, pretos, brancos, indígenas, mulatos, cafuzos, todo aquele que não tiver renda para freqüentar escolas particulares não conseguirá uma estabilidade mínima, amanhã, no mercado de trabalho”. (*O GLOBO*, p. 6, 26 nov. 2008). O editorial do dia 26 de novembro não apresentou *outra opinião*. Já no editorial seguinte, o tom é mais dramático ao abordar as cotas como uma “política que discrimina o jovem branco”. (*O GLOBO*, p. 6, 15 dez. 2008). “Com esse *apartheid* às avessas, inocula-se o vírus do conflito racial nas escolas, e não é atacado o ponto mais frágil da educação brasileira: na qualidade”. (Idem, 2008).

No editorial do dia de 15 de dezembro, com o título *Insustentável*, o professor da FGV, Evandro Menezes de Carvalho chama de “detratores” os opositores do projeto de reserva de vagas nas universidades públicas, e afirma que as objeções não se sustentam. A primeira, que diz respeito ao mérito dos aprovados é falha, porque os alunos concorrem entre si e apenas os melhores conquistam à vaga. Além disso, o universitário tem que demonstrar competência acadêmica em condição de igualdade, independente da cor da pele ou da condição social. “A segunda objeção manifesta um violento preconceito: os alunos de escolas públicas não teriam condições de se tornar bons quadros para o país”. (CARVALHO, *O Globo*, p. 6, 15 dez. 2008). Para o autor, “essa percepção desconfia não só da capacidade desses alunos, mas também dos professores e da própria universidade de transformar positivamente a vida do estudante”. (Idem, 2008).

Diante de argumentos que atribuem à classe social as diferenças entre a população branca e a população negra, sugerindo que no Brasil não há racismo, mas uma identidade nacional e que as cotas são uma ameaça, Marcelo Paixão rebate:

[...] o fato de os brasileiros dos diversos grupos de cor ou raça e étnicos assumirem, de forma efetiva e inquestionável, a identidade brasileira, não impediu a incessante discriminação contra negros, indígenas e mestiços de

nítida tez africana e ameríndia. Suas aparências físicas e aportes culturais ancestrais foram e ainda são considerados menos desejáveis e mais primitivos que os do contingente de peles claras e ascendência européia. Portanto, na sociedade nacional, os brasileiros portadores de diferentes aparências físicas e origens étnicas, infelizmente, são submetidos a diferentes modos de inserção. (PAIXÃO, 2008, p.15).

b) Colunas

Das 323 colunas, duas versaram sobre cotas. A primeira, de Zuenir Ventura, traz o título *O negro de lá e os de cá*, em referência a Obama, o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos. Segundo a coluna, a vitória fez emergir vários temas, sendo a questão racial a de maior repercussão no Brasil, especialmente entre militantes. O autor observa que enquanto nos Estados Unidos a discussão é o ‘pós-racial’, “no Brasil [...], o que se discute é a política de ações afirmativas para diminuir as escandalosas desigualdades econômicas e sociais que atingem os negros há séculos”. (VENTURA, *O Globo*, p. 7, 12 nov. 2008). Afirma a complexidade do debate, “porque há negros que são contra políticas de cotas, e brancos, a favor” (Idem, 2008).

Embora ressalte que “nem a ‘democracia racial’, nem o ‘racismo cordial’ foram suficientes para eliminar a discriminação em relação aos afro-brasileiros” (VENTURA, *O Globo*, p. 7, 12 nov. 2008), questiona o que fazer como reparação, e admite que tem dúvidas. “Não sei se a solução é adotar cotas nas universidades – por que não combater as desigualdades em todos os níveis, a começar pelo ensino básico?”. (Idem, 2008). Questiona a escassez de ofertas de vagas no lugar das cotas que proporcionem o sonho dos negros brasileiros, “já não digo com a presidência da República, mas com um lugar nos partidos, na academia, no Estado – ‘de forma ativa, não subalterna’, como diz o jornalista Dojival Vieira, da agência Afropress”. (Idem, 2008).

A outra coluna intitulada *Insensatas complicações* faz referência ao projeto da lei de cotas aprovado na Câmara dos Deputados, em novembro de 2008. Em seu conteúdo, há uma reserva de 50% das vagas nas instituições de ensino superior para alunos egressos da escola pública e um percentual proporcional a população negra de cada estado, tendo como base dados do IBGE. Critica a herança da escravidão, “mal administrada desde o início. O trabalho escravo foi abolido com incompetência – para não dizer indiferença – extraordinária” (GARCIA, *O Globo*, p. 7, 25 nov. 2008). O autor acrescenta: “De uma hora para outra, os escravos foram simultaneamente

libertados e abandonados. Analfabetos e sem teto, ou bens de qualquer natureza, a quase totalidade da população negra do país saiu das senzalas para a miséria absoluta”. (Idem, 2008).

Diz, ainda, que somente “dois séculos depois” é que o Estado e parte da sociedade começaram a pensar formas de compensação. “Não para a enorme maioria, mas, pelo menos, para aqueles que vencem as barreiras do atraso e chegam às portas da universidade. E começou a guerra das quotas, ainda longe do fim”. O autor se refere ao que chama de “mais recente batalha”, como a aprovação pela Câmara do substitutivo que cria quotas nas universidades e escolas técnicas da União. (GARCIA, *O Globo*, p. 7, 25 nov. 2008).

3.3.2. Artigos e cartas

a) Artigos

O caderno de Opinião de *O Globo* traz 1.111 artigos de colaboradores, fixos e eventuais, dos quais 20, ou 1,8%, falam sobre cotas. O tema é disputado, principalmente entre o diretor da Central Globo de Jornalismo da TV Globo, Ali Kamel, autor de sete artigos, e o geógrafo Demétrio Magnoli, autor de seis, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Cotas em debate: Artigos de colaboradores de *O Globo*

Artigo 2008	Div.*	Cota	Autor	Título	Principais argumentos
Jan.	99	1	Ali Kamel	Obama	<ul style="list-style-type: none"> - Cita frase de Obama em discurso, quando esse diz não existir uma América negra, nem branca, nem hispânica, nem asiática, mas sim os Estados Unidos da América, - Diz que Obama fez uma defesa “quase protocolar das ações afirmativas”, mas que também cobrou das minorias a responsabilidade de acabar com a distância entre negros e brancos, e que as estratégias para reduzir a pobreza precisam passar pelo trabalho, não pelo assistencialismo, - Faz um paralelo com o Brasil, afirmando que a nação miscigenada e mais tolerante copia políticas

					que os americanos descartam como um remédio eficaz.
Fev.	83	3	Ali Kamel	Civilização	<p>- Afirma que as eleições de Barack Obama representam “um passo adiante no processo civilizatório” dos Estados Unidos e do mundo, mostrando que a cor e a raça não representam nada para a humanidade,</p> <p>- Lembra o slogan de Jesse Jackson, pré-candidato em 1984: “nossa hora chegou. As mãos que antes colheram algodão, agora vão colher um presidente”, em contraposição ao slogan de Obama que diz: “somos um só povo, e nossa hora para mudar chegou”,</p> <p>- Sugere ao Brasil manter esse mesmo sonho.</p>
			Demétrio Magnoli	Matilde, Fale-nos sobre o Quênia	<p>- Começa o texto falando de “racialistas” que decidiram não existir brasileiros, mas comunidades expatriadas, coabitando em um amplo país,</p> <p>- Dá os passos da ação desses sujeitos, que primeiro decidiram classificar a população em brancos e negros, e depois renomear os negros de ‘afro-descendente’, sugerindo serem os demais ‘euro-descendentes’,</p> <p>- Chama a Universidade de Brasília de “núcleo da política de raças”, que criou o Centro de Convivência Negra, uma sugestão de segregação racial no campus,</p> <p>- Fala que os estudantes “se exibem cheios de medalhas acadêmicas, como especialistas em etnias” e “exibem a África como um berço único, uma comunidade ancestral, a pátria de uma raça”. Diz, ainda, que os racialistas do Quênia e os daqui rejeitam os conceitos de nação e cidadania, e que preferem adotar linhas divisórias entre etnias e defender políticas de ações afirmativas com base em classificações étnicas.</p>

			Carlos Alberto Medeiros ²⁸	No fio da navalha	<ul style="list-style-type: none"> - Relata indicadores acerca do progresso da população afro-americana, após quatro décadas de implementação de políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos, - Segundo dados dos <i>U.S. Census Bureau</i>, entre 1967 a 2000, a renda dos afro-americanos cresceu 250%; o percentual de negros abaixo da linha de pobreza caiu de 55,1% em 1959 para 30,9% no ano 2000; o percentual de alunos negros com idades entre 18 e 24 anos nas instituições de ensino subiu de 20,4% para 29,8% entre 1975 e 1997. O percentual de estudantes com mais de 25 que completaram o terceiro grau foi de 4,5 em 1970 para 14,7% em 1998, - Lembra que Obama, quando senador, defendeu as ações afirmativas, “como quando condenou o governo Bush por ‘tentar fechar as portas da educação superior aos afro-americanos e outras minorias’; e enquanto candidato propõe investir na educação infantil para garantir a qualificação dos futuros candidatos ao ensino superior, minimizando a ação afirmativa como ferramenta para se atingir a igualdade racial, - Observa que esse é o desejo de todos, os de lá e os de cá.
Mar.	86	1	Cristovam Buarque	Bandeiras Incompletas	<ul style="list-style-type: none"> - Lembra que após 120 anos de abolição, a elite brasileira continua branca; o povo negro se mantém pobre, bem como um preconceito racial que não é explícito contra a cor, “mas sim contra a posição social que vem da fortuna, que decorre da falta de formação profissional, que deriva da falta de uma política de igualdade na educação de base”, - Afirma que a luta dos movimentos negros pelo direito às cotas para ingresso na universidade é imitação dos Estados Unidos, mas que é uma forma

²⁸ Doutorando em Ciências Políticas na Uerj

					<p>de aumentar o número de profissionais negros, de modo que a quebrar o preconceito racial pela ascensão social,</p> <p>- Diz que a luta pela ação afirmativa provoca forte resistência, com queixas de possibilidade de queda da qualidade do ensino superior, “como se a classificação no vestibular definisse a competência do profissional”,</p> <p>- Lembra que para se beneficiar das cotas, “o jovem negro precisa passar no ensino médio, fazer um cursinho e passar no vestibular”, e que o aluno das cotas não é menos qualificado por causa de décimos na nota do vestibular, no entanto, esses décimos deixam para trás alguém mais classificado,</p> <p>- Afirma que opositores e defensores se unem em um ponto: “não se preocupam com os que ficarão para trás por causa da falta de acesso a boas escolas” e que “o movimento é para os que terminam o ensino médio, não pela abolição do analfabetismo no país, nem para que todos os brasileiros terminem o ensino médio com qualidade.</p>
Abr.	87	1	Demétrio Magnoli	A revolução interrompida	<p>- Lembra do sonho de Luther King de que só seria possível chegar à terra prometida como um povo e diz que “o ‘povo’ de King não eram os negros, mas a nação americana inteira”.</p> <p>- Observa que a luta de King trazia uma visão pós-racial, “expressa na esperança de que ‘meus quatro filhos viverão um dia numa nação na qual não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter’”,</p> <p>- Acusa os ‘arautos do multiculturalismo’ de terem interrompido a revolução, por meio da crença nas raças e nas políticas de preferências raciais,</p> <p>- Afirma que “a novidade de Obama está na descoberta da mestiçagem como antídoto contra o multiculturalismo”.</p>

Mai.	91	2	Demétrio Magnoli	A história que contamos às crianças	<ul style="list-style-type: none"> - Discute a iminente votação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 73/99, que institui cotas nas universidades federais. Afirma que a chamada Lei das cotas se mostra como medida de inclusão social, mas que não tem nada a ver com isso, - A explicação é que se esse fosse o desejo, bastaria dobrar o número de vagas nas universidades públicas e as cotas seriam limitadas a estudantes de escolas públicas, como forma de compensação pela qualidade ruim do ensino médio oficial, - Diz que o projeto de cotas veio para “dinamitar o mito de origem do qual emana a identidade brasileira”, - O mito seria a miscigenação, nascida no Império e reforçada por Freyre. Acusa o Estado de ideológico na condução da “troca do mito do encontro pelo desencontro”, - Acusa também o IPEA de forçar estatísticas que cada vez mais aumentam o número de pardos e reduzem o número de brancos. “Na mídia, órgãos oficiais seqüestram a palavra dos cidadãos e propagam uma versão mentirosa que significa exatamente o oposto”.
			Ali Kamel	Cotas	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta pesquisa da UERJ, que diz que “no vestibular de 2007 foram oferecidas 1.048 vagas para negros, mas apenas 673 estudantes se inscreveram. Desses, 439 passaram”. Diz que no anterior aconteceu a mesma coisa, e chega a conclusão de que a ausência de negros na universidade não tem como causa o racismo, - Ressalta a miscigenação do país e diz que há menos candidatos negros inscritos no vestibular da UERJ do que candidatos oriundos de escolas públicas, o que seria mais seguro, já que estes não terão que passar por “tribunal racial”. - Chama a atenção para a necessidade de um ensino público de qualidade e apresenta dados de carência

					<p>de biblioteca, laboratórios de ciências e informática, sala de vídeo e computadores na maior parte das escolas de ensino fundamental do Brasil, além de falta de preparo e baixa remuneração de professores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diz que esse quadro barra alunos pobres das portas da universidade, - Diz que os racialistas não querem ver essa realidade e forçam a transformação de uma sociedade miscigenada em “nação racialmente dividida a fórceps entre negros e brancos”. Que não é o racismo, mas sim a pobreza o responsável pela falta de acesso de negros às universidades.
Jun.	84	2	Demétrio Magnoli	O dia do amor	<ul style="list-style-type: none"> - Conta a história de amor entre Richard Loving e Mildred Jeter, ele branco e ela negra, para falar das leis dos Estados Unidos e que o dia 12 de junho, <i>Loving Day</i>, ficou conhecido pelo fim da segregação legal de raças, quando a Corte Suprema dos Estados Unidos deu ganho de causa aos Loving, oriundos da Virgínia, onde era proibida a união interracial. - A história é para dizer que no Brasil, o governo, por meio das estatísticas, adota a regra da gota de sangue única, ao agrupar pretos e pardos na categoria ‘negros’, - Diz, também, que os Estados Unidos, com Obama, avançam na direção da desinvenção das raças, enquanto “por aqui, a meta é desinventar o Brasil, para consagrar as raças”.
			Ali Kamel	Tribunais ‘raciais’	<ul style="list-style-type: none"> - Acusa as Universidades de Brasília e Estadual do Mato Grosso do Sul de adotar tribunais raciais para julgar, pela aparência, quem é negro ou pardo e quem não é, - Questiona o edital da UnB que diz que o aluno deve decidir se é pardo ou negro. “É um total absurdo. [...] O aluno pode se olhar no espelho e se ver da cor que quiser, é um direito dele”, - Questiona, também, o método para saber quem é negro ou pardo. “Em pleno século XXI, dá um nó

					na alma verificar que ainda existem pessoas que dividem a Humanidade em ‘raças’”.
Jul.	92	1	Rosana Heringer	É preciso fazer escolhas	<p>- Ressalta a Conferência das Américas em Brasília para revisão do Plano de Ação de Durban e um balanço dos cumprimentos das metas de combate ao racismo, discriminação, xenofobia e formas correlatas de intolerância. Diz que os governos foram tímidos com relação às medidas,</p> <p>- Observa que no Brasil, uma dessas medidas, a política de cotas em instituições de ensino, tem sido objeto de intenso debate.</p> <p>- Afirma que o programa de ações afirmativas já apresenta resultados, mas que é preciso enfrentar as dificuldades educacionais dos estudantes negros, de modo que o país consiga alcançar o desenvolvimento social e econômico esperado,</p> <p>- Diz que a despeito do Brasil continuar sendo um país desigual, que não poupa aqueles que tem menos recursos e poder, “sonha em construir uma nação que não faça distinção entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros”,</p> <p>- Ressalta a necessidade de o país fazer escolhas para promover grupos que foram historicamente menos favorecidos. “Sem essas medidas, o Brasil continuará simplesmente reproduzindo suas desigualdades, e, ai sim, caminharemos em direção ao fracasso”.</p>
Ago.	97	1	Ronaldo Mota ²⁹	Contra o racismo	<p>- Reconhece os bons argumentos, ainda que opostos, das discussões acerca das políticas afirmativas na educação, no entanto, por vezes, “escondem paixões, preconceitos e, no limite, ignorância, especialmente quando as justificativas são assentadas em supostas bases científicas”,</p> <p>- Diz que as políticas afirmativas em curso, quer cotas ou bônus, de corte social ou racial,</p>

²⁹ Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

					<p>apresentam bons ou razoáveis resultados,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Afirma que estudantes ingressos por meio desse sistema “têm demonstrado, como regra, rendimentos acadêmicos iguais ou melhores, quando comparados com seus próprios colegas de turma”, - Esclarece que o sucesso das ações afirmativas está no talento intelectual de jovens socialmente desfavorecidos, de várias cores e origens. “São pessoas com competência, criatividade, vocação e vontade de estudar que nos acostumamos, através de filtros predominantemente econômicos, a excluir”.
Set.	100	0	-	-	-
Out.	112	1	Demétrio Magnoli	A manchete errada	<ul style="list-style-type: none"> - Sugere que a manchete sobre a vitória do primeiro presidente negro dos EUA não é verossímil. A justificativa é que Obama não será um ‘presidente negro’ e nem tampouco o primeiro, por que esse título já foi atribuído a Clinton, - Diz que Obama declara-se mestiço, e que, enquanto os Estados Unidos se libertaram da regra da gota de sangue única que dividia os americanos em ‘raças puras’, esse ideal é “perseguido no Brasil no século XXI pelos nossos fanáticos da raça”.
Nov.	87	4	Ali Kamel	Barack Obama	<ul style="list-style-type: none"> - Retoma o debate de Magnoli no artigo “A manchete errada”, por considerar que vale a pena, devido à ênfase do movimento dos racialistas, - Diz que a escritora Tony Morrison, Nobel de Literatura, atribuiu o título de primeiro presidente negro a Clinton justificando que ele tinha quase todos os clichês de negritude, como ser fruto da pobreza, criado sem pai, proletário, saxofonista, etc, - Ressalta que, pela primeira vez, um candidato com visão pós-racial aparece em um país ainda marcado pelo racismo, e que isso representa um passo adiante na construção de um mundo mais civilizado,

					<p>- Afirma que no Brasil, os racialistas produzem estatísticas ‘enviesadas’, “apostando na divisão dos brasileiros em negros e brancos, logo nós, uma nação até há pouco orgulhosamente mestiça”.</p>
			Elio Gaspari	Um sacerdote africano do século XIX	<p>- Fala do livro do professor João José Reis, “Domingos Sodré – Um sacerdote africano”, acerca da revolta dos escravos malês, em 1835. Diz que o livro conta a história da vida e da prisão de Sodré, um sacerdote do candomblé, que vivia em Salvador e que foi acusado de feitiçaria e receptação de objetos roubados,</p> <p>- Ressalta que enquanto a vida dos barões aparece em discursos e em festas, “a vida dos escravos sobrevive nos inquéritos policiais, nos arquivos eclesiásticos e, em alguns casos, nos inventários”.</p> <p>- Diz que “a grandeza do trabalho está na reconstrução da vida e da cultura dos negros de Salvador”,</p> <p>- Observa que o trabalho de Reis ensina o Brasil do século XXI a olhar para o século XIX, cujo preconceito e violência da escravidão não eram tudo. “Havia ainda restrições à propriedade e ao trabalho, bem como um sistema tributário concebido para escorchar os negros livres”,</p> <p>- Se reporta à divulgação de uma tese de doutorado da professora Andréia Clapp Salvador, da PUC-Rio, que traz “uma comovente descrição das alegrias e vicissitudes dos alunos que entraram naquela universidade com o benefício de uma política afirmativa. [...] Tomara que a história dos negros da PUC não demore mais de um século para ser contada em livro”.</p>
			Ali Kamel	Mudança de tom	<p>- Coloca que dentre os diversos efeitos positivos da eleição de Obama, “para mim, o maior de todos foi fazer os racialistas brasileiros refletirem sobre o que propõem para a sociedade brasileira”,</p> <p>- Diz que após as eleições não houve recuo, mas que ele percebe nas entrevistas que leu uma certa</p>

				<p>cautela, como que uma tentativa de justificação, de explicação, de afastamento de possíveis mal-entendidos,</p> <p>- Ressalta que isso representa “um avanço e tanto, num país em que os racialistas se achavam os donos de todas as virtudes e faziam recair sobre nós um mar de acusações infundadas, nós que queremos ver os homens ignorando-lhes a cor: diziam que queríamos a manutenção do <i>status quo</i>, que éramos contrários à promoção dos negros, contrários a políticas afirmativas porque gostaríamos de manter privilégios coisas horríveis assim”,</p> <p>- Fala da visão pós-racial de Obama e da crença deste “no sonho de Martin Luther King de que todos nós sejamos julgados pelo nosso caráter e não pela nossa cor”.</p> <p>- Afirma que no Brasil desde a República, nunca houve segregação entre brancos e negros e que “o caminho para superar as desigualdades são políticas de corte social, que tenham como objetivo a melhora da vida dos pobres sem levar em conta a cor de ninguém”.</p>
		Demétrio Magnoli	Carta aberta ao Grande Chefe Branco	<p>- Se reporta ao deputado Paulo Renato de Souza (PSDB-SP) para falar da aprovação da lei de cotas nas universidades pela Câmara, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e cobrar dele a responsabilidade pelo resultado, pela renúncia à posição contrária de inclusão de raça,</p> <p>- Se refere à norma como sendo “a primeira lei racial na história da República” e diz que “a aprovação se deu sem o voto dos deputados, por meio de conluio entre líderes”,</p> <p>- Diz que ficou surpreso com a colaboração do deputado e com os argumentos usados por este de que “o projeto não é ruim, pois estabelece cotas raciais proporcionais à composição ‘racial’ da população de cada unidade federativa, de modo que, [...] nos estados com predomínio demográfico</p>

					<p>de brancos, eles terão chances maiores de ingressar nas universidades”. Sendo assim, diz o autor, “se entendi, você negociou e aprovou o projeto, pois não viu nele desvantagem para a ‘raça branca’. Posso, então, intitulá-lo Grande Chefe Branco?”,</p> <p>- Conceitua o racismo como “doutrina baseada numa dupla crença: 1) Raças existem, se não na Natureza, ao menos na História; 2) ‘A História do mundo não é a história de indivíduos, mas de grupos, não a de nações, mas a de raças.’”,</p> <p>- Diz que para a segunda crença racista foi empregada uma citação de Du Bois (1868-1963), o pai fundador da doutrina: “A raça negra, como todas as raças, será salva por seus homens excepcionais...”.</p> <p>- Sustenta que a lógica da política de cotas está ligada à teoria de Bois, e que a proposta não tem interesse na redução das desigualdades sociais.</p>
Dez.	93	3	Ali Kamel	Aos senadores	<p>- Destaca três correntes de pensamento em torno do debate sobre cotas: a primeira atribui ao racismo a desigualdade entre negros e brancos, e propõe cotas raciais; a segunda não nega o racismo, mas acredita que a responsável pela desigualdade é a pobreza, portanto, defende cotas sociais; e a terceira também crê na desigualdade provocada pela pobreza, e defende políticas sociais voltadas para melhoria dos pobres em geral, com investimento na educação básica, mas não admite cotas,</p> <p>- Questiona o projeto de cotas aprovado na Câmara, nomeando-o de “salada confusa, um emaranhado de conceitos que só revela pouca reflexão sobre o tema”,</p> <p>- Explica a nomeação afirmando que o projeto não satisfaz nenhuma das três correntes de pensamento sobre cotas,</p> <p>- Se coloca adepto da segunda corrente, mas sugere a redação do projeto: “Art. 1. As Universidades federais reservarão em cada vestibular para cursos</p>

				de graduação, por curso e turno, 15% de suas vagas para estudantes com renda per capita de um salário e meio. Parágrafo único: Na distribuição dessas vagas não será tolerada discriminação por cor, gênero, credo religioso ou posição política”.
			Maria Lúcia Rodrigues Müller ³⁰	<p>Cadê a elite negra na Educação?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Observa análises acerca da vitória de Obama, que apontam a luta pelos direitos civis nos EUA, e as ações afirmativas, “que contribuíram para criar uma elite negra e tornaram possível a eleição de um presidente negro”; - Questiona se seria necessário, no Brasil, lutar por reservas de vagas nas universidades, caso houvesse um grande número de negros/as na classe média ou classe média alta, - Derruba o argumento daqueles que atribuem as desigualdades dos negros em relação aos brancos à herança da escravidão, a um tempo histórico relativamente recente (13 de maio de 1888), no qual a população negra não teve tempo de recuperar o atraso. - Diz que naquele ano, 95% da população negra era livre. Além disso, “outro mito é de que os negros só muito recentemente chegaram às escolas, razão pela qual a maioria das pessoas de cor se encontraria nos patamares mais inferiores da vida nacional”; - Cita o livro “A cor da Escola: Imagens da Primeira República”, que prova por meio de fotografias a existência, no início do século XX, de “professores negros no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, vários deles nas funções de diretores e vice-diretores”; - Observa que a distinção entre raças, após a abolição, como não podia ser legal, foi reinventada e “passou a ser construída em termos simbólicos [...] a convicção de que negros eram inferiores e

³⁰ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenadora do Núcleo de Estudos em Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

				<p>que o branqueamento da população brasileira era algo desejável freqüentou o debate das elites de forma intensa”,</p> <p>- Lembra que as reformas educacionais, no final de 1930, desejavam um perfil europeu, branco e de olhos azuis, o que representou o fim das moças negras nas fotos normalistas.</p>
			<p>Cristovam Buarque</p> <p>Solução definitiva</p>	<p>- Diz que o Brasil, em um passado recente, era dividido por debates de idéias, e hoje apresenta debate ideológico. Que ao invés de discutir economia fechada ou aberta, privatização ou estatização, democracia ou autoritarismo, socialismo ou capitalismo, “se limita a cotas e bolsas”,</p> <p>- Apresenta a dualidade em que uns negam o apoio de bolsas e cotas aos pobres e aos negros, e outros acreditam que “bolsas e cotas são suficientes para resolver o problema da pobreza e do preconceito”,</p> <p>- Afirma que aqueles que são contra as cotas não se incomodam com a exclusão de negros na elite brasileira, “e temem que vagas da universidade sejam ocupadas por jovens negros com alguns décimos a menos nas notas do vestibular”, e os que são a favor lutam pela reserva de vagas, “mas não para que todos terminem o ensino médio em escolas de qualidade; reservam lugares na universidade, mas também mantêm a falta de concorrência por causa das multidões excluídas pelo analfabetismo e pela evasão escolar”,</p> <p>- Admite a necessidade de bolsas e cotas como paliativos,</p> <p>- Diz que “bolsas e cotas são migalhas necessárias, jogadas de um lado para o outro, mas levam a uma revolução que abre a porta por onde os excluídos atravessam, para a modernidade, vivam plenamente sem necessidade de bolsas ou cotas. Essa porta é a escola igual para todos, capaz de quebrar privilégios e levar o Brasil a um salto civilizatório”,</p>

					- Acusa opositores e defensores de cotas e bolsas de lutarem para manter privilégios, ao invés de buscarem solução para acabar com a necessidade delas.
Total	1.111	20			

Fonte: Jornal O Globo, Caderno de Opinião, Ed. Nacional, ano de 2008

* Div. São os diversos temas publicados ao longo do ano – janeiro a dezembro / 2008

Dos 20 artigos, treze disputam as posições mais radicais contra as propostas de políticas públicas, quer as já adotadas no âmbito das universidades, quer as que ainda são debatidas ou votadas no Congresso. Como já dito acima, Kamel e Magnoli são autores da maioria dos artigos (sete e seis, respectivamente). Eles trazem como argumentos comuns a ausência de qualidade no ensino de base e alegam que as diferenças no Brasil entre negros e não negros são classistas. Ambos fazem referência às eleições americanas para dizer que enquanto nos Estados Unidos há uma rejeição à política de ações afirmativas, no Brasil, a luta é pela adoção da medida. Também se reportam a Obama como exemplo de civilização para o mundo, diante de uma postura pós-racial e que a eleição de um homem negro revela que a cor da pele não representa nada para a humanidade.

Dentre outros argumentos, há os que apontam as ações afirmativas como formação de guetos no Brasil, sugerindo a Universidade de Brasília como o “Núcleo da Política da Raça”. (Magnoli, 2008). Esse mesmo autor chama o Estado de ideológico, acusa instituições oficiais (IPEA) de mentirosas por forçar estatísticas que incluem maioria negra no país e diz que o projeto de cotas veio para derrubar o mito de origem, ou a formação do Brasil baseada no branco, negro e indígena, cujo resultado é a miscigenação. Kamel (2008) reforça esse argumento, alegando que as ações afirmativas conduzem o Brasil de uma sociedade miscigenada para uma nação racializada.

Os outros sete artigos estão divididos entre os que são favoráveis às políticas públicas de ações afirmativas e posições neutras ou críticas com relação à medida. Sobre a eleição de Obama, o principal argumento é que este, indiretamente, foi beneficiado pela política de cotas nos Estados Unidos, que formou uma classe média negra e crítica naquele país, da qual saiu o presidente. Um dos questionamentos é que se

o Brasil tivesse uma elite negra, classe média e média alta, não seria necessário nenhum movimento de ação afirmativa.

Um dos argumentos que chama a atenção refere-se à responsabilização da República pelo atual estado da população negra, ao afirmar que no início do século XX havia uma classe média negra no país, revelada por pesquisa, em que as escolas tinham professores negros, alguns em cargos de direção. (Müller, Maria Lucia, 2008). Diz, ainda, que no final dos anos 1930, as reformas educacionais se renderam à construção simbólica do ideal de branqueamento da população brasileira ao exigir um perfil de professor europeu, de olhos e peles claras, afastando as professoras negras dos quadros das escolas.

b) Cartas

Durante o ano de 2008, o jornal *O Globo* publicou 8.368 cartas de leitores no Caderno de Opinião, sendo que o tema *cotas* ou *ações afirmativas* esteve presente em 57 delas, o que representa 0,68% do total. Os meses de maior repercussão do assunto são simbólicos, como maio (Abolição) com 10 cartas, e novembro (Dia da Consciência Negra), com 17, apesar de os debates sobre cotas não abordarem especificamente essas temáticas. Já em julho, não foi publicada nenhuma opinião a respeito das cotas, e em agosto, apenas uma carta abordou o assunto.

Algumas cartas apresentam propostas, como cobrar de alunos ricos o ingresso nas universidades de qualidade para financiar o ensino público; fazer sorteio para definir quem entra na universidade, sob a alegação de que contemplaria mais pobres e negros por serem maioria; e instituir cotas para deputados e senadores. Há certo tom de agressividade, principalmente nas cartas contrárias as cotas e, como já dito no *Capítulo 3* dessa pesquisa, muitas recorrem à palavra *racialista* em alusão à ideologia de raça, de segregação.

O leitor Evandro de Souza Santana (*O Globo*, p.6, 2 mai. 2008) chama de “parasitas” aqueles que estão à frente do movimento sindical e diz que as conquistas não foram para os trabalhadores, mas para eles próprios. “Os negros, que sempre lutaram por igualdade, vivem pleiteando desigualdade, querendo terras alheias rotuladas de quilombolas e acham justo que candidatos sejam desclassificados nos vestibulares com

notas oito e nove, enquanto o negro entra com nota seis”. (SANTANA, *O Globo*, p. 6, 2 mai. 2008).

Outro leitor chama a política de cotas de “demagogia eleitoreira”, ao invés de luta pela igualdade. “No país da incoerência e da demagogia, os pobres são somente os afro-descendentes. Quanto mais se cria cotas para negros em universidades e empresas, mais se diminui o acesso dos brancos que têm dificuldade”. (BARBEIRO, *O Globo*, p.6, 28 ago. 2008). Seguindo o tom do *não diálogo*, o leitor Ricardo Teles Lins afirma ser “inaceitável passar de ano numa escola pública sem saber ler e escrever” e prevê que “cotas em universidades para alunos carentes sem preparo educacional resultarão em péssimos profissionais. Temos um país de analfabetos, iguais à maioria dos políticos”. (LINS, *O Globo*, p.6, 9 set. 2008).

Já na carta intitulada *Retratos do Brasil*, o leitor ironiza a proposta de políticas públicas e diz não compreender “o porquê da preocupação com os milhões de analfabetos entre 7 e 14 anos nas escolas”. (ARNALD, *O Globo*, p. 6. 25 set. 2008). Explica: “Uma parte deles entrará para a faculdade pelo sistema de cotas. Outra parte, com um pouco de sorte, conseguirá vaga em algum sindicato, tendo assim boa chance de depois se tornar político”. O leitor fala, ainda, de ingresso no MST como garantia de futuro e se refere ao *bolsa família* como presente para os demais. Outro leitor dispara: “Até quando teremos que aguentar cotas para negros (afro-descendentes)? Basta!”. (BORGES, *O Globo*, p. 6, 6 nov. 2008). E mais um complementa: “Chega de cotas para isso, cotas para aquilo, entradas e saídas pelas portas dos fundos, subidas e descidas pelos elevadores de serviço...” (CARVALHOSA FILHO, *O Globo*, p. 6, 6 nov. 2008).

Dentre as cartas com propostas, a do leitor Marcelo Sampaio Dias Maciel, ressalta o investimento em educação como a solução para que brancos e negros pobres possam competir, em pé de igualdade e mérito, com alunos ricos das escolas particulares. “Outra sugestão é que alunos ricos que ingressarem no ensino superior público paguem o valor compatível com a qualidade da escola. Este dinheiro deve financiar o ensino público. Aí sim, teremos uma correção das distorções”. (MACIEL, *O Globo*, p. 6, 21 nov. 2008).

Na linha dos que propõem a melhoria do ensino fundamental e médio, o leitor Marcelo Nicola diz que é fácil, sem custo, sem meta e sem esforço definir 50% das vagas nas universidades públicas para alunos de escolas públicas. “Uma medida como

essa é de fácil implantação [...] Investir num ensino público de qualidade, nivelar as escolas pelo ensino das ilhas de excelência como os CAPs e a rede Pedro II seriam medidas inteligentes e sérias demais para se esperar de nossa classe política”. (NICOLA, *O Globo*, p.6, 29 mai. 2008).

A favor das cotas, o leitor Nei Lopes reforça a urgência da necessidade de adoção de ações compensatórias no Brasil, de modo a reparar “o enorme fosso que persiste, impedindo-nos, os negros (pretos e mestiços) de uma participação nas instâncias do poder e nos resultados da economia nacional, proporcional à nossa presença numérica e como consumidores”. (LOPES, *O Globo*, 11 fev. 2008).

E para combater argumentos sobre a ameaça de queda na qualidade da educação nas universidades, provocada pelo ingresso de cotistas, como alunos menos preparados, o leitor afirma que o mérito acadêmico não se alterou com o ingresso desses alunos. “[...] Pequenos grupos que almejavam o curso superior têm superado suas deficiências com estudos adicionais, de acordo com suas necessidades. [...] e as notas de avaliações de estudantes dessa universidade (UERJ) continuam as mesmas”. (DIAS, *O Globo*, p. 6, 18 dez. 2008).

Como pode ser observado, a maioria das cartas se coloca contra a proposta de políticas públicas de ações afirmativas. Em números absolutos, 48 dizem não às cotas e nove são favoráveis à medida, ainda assim, algumas parecem ambíguas. Muitas seguem a linha de pensamento dos editoriais e artigos de colaboradores, alegando, dentre outras coisas, que as cotas aumentarão o racismo no Brasil. Um dos argumentos recorrentes é a necessidade de melhoria do ensino fundamental e médio.

3.4. COTAS NA OPINIÃO DE *O DIA*

A escolha pelo Jornal *O Dia* se deu para marcar a diferença entre os outros dois jornais acima citados (*Folha de São Paulo* e *O Globo*), ambos de caráter nacional e de maiores circulação no Brasil (primeiro e quarto lugares, respectivamente). Sua tiragem diária no ano da pesquisa (2008) foi de 105.084 exemplares e, na relação entre os demais jornais, situa-se abaixo dos dez maiores do país³¹. *O Dia* é um jornal do Rio de

³¹ *O Dia* já esteve entre os 10 maiores jornais do país, em anos anteriores. Ver dados no site : <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 28.12.2010.

Janeiro, e se caracteriza como popular. Foi fundado em 5 de junho de 1951, pelo então deputado Chagas Freitas, depois governador dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Tinha “forte apelo sensacionalista” até ser comprado pelo jornalista Ary Carvalho, em 1983, e dar início a um processo de transformação.

Primeiro, o jornal modificou o conteúdo na tentativa de conquistar uma nova classe social, e depois se informatizou. Em 1998 criou um grupo de comunicação, formado pelo Jornal *O Dia*, *Rádio FM O Dia*, *TV O Dia*, *Meia Hora* (Tablóide popular) e internet. Diz o site oficial do veículo, no *menu evolução*: “nosso objetivo é ressaltar a qualificação do *Dia* ao longo dos anos, firmando-se como um jornal de credibilidade e cada vez mais independente³². O grupo conta com a aliança e “a participação de grandes empresas nacionais e multinacionais: Brahma, Banco do Brasil, Pollar, Bradesco, Gillette, Unibanco, Xerox, Canon, Ford, GM, Fiat, Volkswagen, Varig, TVA, NET, Unisys, IBM entre outros”. (Idem, 2011).

Diante desse perfil, as cotas também não tiveram grande repercussão nos conteúdos do Caderno de Opinião do Jornal. Durante o ano de 2008, *O Dia* publicou 366 editoriais, dos quais quatro (1,1%) abordaram as ações afirmativas ou cotas. Dos 732 artigos, 11 (1,5%) falaram sobre a questão, e das 3.972 cartas, somente nove (0,2%) debateram o assunto.

3.4.1. Editoriais e colunas

a) Editoriais

Os quatro editoriais de *O Dia* trazem em comum a defesa da melhoria do ensino público de base, sob a alegação de que “somente a qualificação das escolas, desde o pré-escolar, poderá permitir a todos que nascem em famílias mais pobres competir de verdade pelas vagas na universidade e no mercado de trabalho”. (*O Dia*, p. 8, 13 abr. 2008). Outro editorial alerta que o problema principal “[...] é a deficiência do Ensino Elementar oferecido às populações pobres pelo poder público. É nela que está a raiz da disputa desigual entre os jovens de baixa renda e os da classe média e da alta, via vestibular ou ENEM, por uma vaga na universidade”. (*O Dia*, p. 8, 7 set. 2008).

³² Ver dados no site: http://www.odiacomercial.com.br/Grupo/jornal_historia.html. Acesso em 14.01.2011.

O terceiro editorial sustenta: “melhorar o ensino público, desde a base, é a única forma de democratizar de verdade o acesso à universidade”. (*O Dia*, p. 8, 21 nov. 2008). Seguindo a mesma postura, e com o título “A educação vai muito mal”, o quarto editorial diz que “[...] a cota aparece como paliativo, capaz de controlar uma febre, mas não de curar os males da educação. A cura só será conseguida quando o poder público assumir a sua responsabilidade [...]”. (*O Dia*, p. 8, 22 nov. 2008).

Outro ponto em comum é a posição do jornal na crença de que as ações afirmativas são necessárias, mas também são paliativas. O primeiro editorial fala acerca das avaliações dos cotistas formados nas universidades estaduais do Rio e diz que os resultados “são bons exemplos, principalmente daqueles que aproveitaram a oportunidade, concluíram seus cursos e já estão no mercado de trabalho”. (*O Dia*, p. 8, 13 abr. 2008). Reconhece que as cotas são “uma realidade e um sonho que muitos deles, de famílias pobres, não poderiam experimentar se não fossem beneficiados pela reserva de vagas”. (Idem, 2008).

No segundo editorial sobre o tema, o autor afirma: “As políticas compensatórias, como cotas e bolsas auxílio, têm sua função para reduzir injustiças”. (*O Dia*, p. 8, 7 set. 2008). Logo em seguida, ressalta que a medida não deve “se perenizar e nem virar modelo”. (Idem, 2008). Mais um editorial observa que “as cotas são necessárias porque o poder público se omite da obrigação de oferecer a todos os brasileiros, seja de que classe ou etnia for, educação de qualidade”. (*O Dia*, p. 8, 21 nov. 2008).

3.4.2. Artigos e cartas

a) Artigos

Ao todo foram publicados 732 artigos no Caderno de Opinião de *O Dia*, dos quais 11 (1,5%) debateram o tema cotas ou ações afirmativas. A maioria se coloca contra a medida. Uns alegam que as cotas aumentariam o racismo, dividiriam o país, mas também há quem defenda as cotas como uma possibilidade de mudança na mentalidade vigente, há séculos no Brasil, de que a universidade não é para todos.

No artigo intitulado “Políticas Afirmativas”, o presidente da Associação de Ensino Superior do Rio, Magno Maranhão, afirma que não é a educação ou a falta dela a causa da segregação racial, mas admite que por meio desta seja possível combatê-la. “A universalização do ensino fundamental e médio, seguida por salto de qualidade da

rede pública é condição indispensável para vencermos essa luta. O objetivo não é beneficiar negros e descendentes, porém serão eles os mais beneficiados”. (MARANHÃO, *O Dia*, p. 9, 11 fev. 2008).

Cristovam Buarque também defende a universalização do ensino como uma forma de promoção da autonomia. Para o autor (2008), que não nega a desigualdade entre negros e brancos no acesso à universidade, as cotas até são justificadas, “[...] mas é preciso reconhecer que esse é mais um jeitinho, tão ao gosto do Brasil”. (BUARQUE, *O Dia*, p. 6, 25 abr. 2008).

A professora da UERJ, Andréa Soares, lembra que há pouco tempo, só entrava na faculdade quem tinha dinheiro para investir em cursos preparatórios caros ou para pagar altas mensalidades das faculdades particulares. “O acesso ao ensino superior não fazia parte de sua realidade. Ao filho do operário cabia seguir os passos do pai ao exercer atividade que não exige nível superior. Sem escolha, sua cota de participação na sociedade, já estava definida”. (SOARES, *O Dia*, p. 6, 25 abr. 2008).

No mesmo artigo, Soares (2008) diz que o sistema de cotas não é ideal, mas é uma iniciativa e que já mudou a visão de acesso. “Pior é não fazer nada. Orgulho-me de lecionar em uma universidade que é pública e etnicamente colorida, com a cara do Brasil”. (SOARES, *O Dia*, p. 6, 25 abr. 2008). A autora complementa, apostando no futuro. “Chegará o dia em que não precisaremos mais de cotas porque haverá ensino de qualidade graças a profissionais gabaritados e políticos compromissados com a sociedade. Quem sabe, alguns deles serão ex-cotistas?” (Idem, 2008).

O presidente do MST, João Pedro Stedille, também concorda que as cotas não resolvem, mas podem contribuir para mudar a mentalidade, “[...] para conscientizar as massas de seus direitos”. (STEDILLE, *O Dia*, p. 8, 6 mai. 2008). Observa que “uma democracia se mede pela desigualdade de oportunidades e direitos que todos os seus membros têm sobre questões fundamentais da vida”. (Idem, 2008). Complementa, afirmando que “todos, independentemente de renda, cor, etnia, religião, idade ou opção sexual, deveriam ter as mesmas oportunidades de educação, de trabalho, de renda, de moradia digna, de lazer, de cultura, de terra!” (STEDILLE, *O Dia*, p. 8, 6 mai. 2008).

Já o colaborador do Instituto Millenium, Alexandre Magno, tem outra opinião e afirma que “o Brasil não é um país racista. Não existem aqui movimentos como a *Ku-Klux-Klan* americana, nem se fazem publicações racistas nem qualquer tipo de

manifestação individual ou coletiva, nesse sentido”. (MAGNO, *O Dia*, p. 6, 14 mai. 2008). Para o autor, o que se vê no Brasil e se mostra ao mundo é “uma profunda integração racial e na vida familiar e profissional”. (Idem, 2008). Acrescenta que as cotas raciais e o Estatuto da Igualdade Racial “[...] são a paulatina transformação do Brasil em um país racista. Primeiramente em termos institucionais, com a obrigatoriedade da discriminação racial. Posteriormente [...], cada ‘negro’ seria um incapaz, que precisa ser amparado”. (MAGNO, *O Dia*, p. 6, 14 mai. 2008).

O diretor de teatro e cineasta, Moacir Góes, vai mais longe e pergunta o que dizer aos filhos “se a insustentável proposta de lei de cotas for aprovada, que terão de se dizer brancos, que pertencem a uma raça diferente de alguns de seus colegas, que se dirão pretos, pardos, amarelos ou sei lá?” (GÓES, *O Dia*, p. 6, 29 mai. 2008). Ele mesmo responde, afirmando que não se deve ensinar isso as crianças. “Isso é um crime que pode ser cometido e que nos levará ao ódio, a incompreensão, ao racismo e a incivilidade”. (Idem, 2008). No ano (mai, ago e dez), o autor escreve três artigos, todos com o mesmo viés, de cotas como crime, incentivo ao racismo, etc.

Cotas como estimuladoras de racismo e ensino de qualidade como berço do talento fazem parte do pensamento do jornalista José Silveira. Para ele, “quando se diz que [o Brasil] é um lugar de miscigenação, diz-se uma verdade, mas quando se diz que não há preconceito de cor, diz-se meia verdade”. (SILVEIRA, *O Dia*, p. 8, 16 nov. 2008). Ainda assim, na opinião do autor, “o preconceito é social. Os negros estão confinados em lugares com os piores serviços de educação – o que lhes dificulta a escolaridade – e onde os serviços de saúde conseguem ser piores que os disponíveis a brancos pobres”. (Idem, 2008).

b) Cartas

Quadro 3 – Comparação do discurso sobre cotas em cartas

Jan. a dez./ 2008	Assuntos diversos	Cotas / Ações afirmativas	%
Folha de São Paulo	3.339	17	0,50
O Globo	8.368	57	0,68
O Dia	3.972	9	0,22

Fonte: Cadernos de Opinião da *Folha*, do *Globo* e do *Dia*, no ano de 2008

Assim como a *Folha* e *O Globo*, o *Dia* também economizou a opinião dos leitores sobre as ações afirmativas, com a publicação de um pequeno número de cartas. Nos três jornais, o debate, individualmente, não chegou a 1% do total dos temas apresentados e, comparativamente, o *Dia* foi o que menos ofereceu espaço para a manifestação dos leitores.

As duas primeiras cartas sobre a temática são de abril. A primeira afirma que “as cotas nas universidades servem apenas para reforçar a discriminação e a desigualdade racial enrustida na sociedade”. (PEDROZA, *O Dia*, p. 6, 11 abr. 2008). A segunda carta reforça opinião do senador Cristovam Buarque acerca das cotas como “apenas um jeitinho para tentar esconder o escândalo que virou o ensino público e para servir de cala-boca aos pobres que não podem pagar uma escola de verdade”. (DA SILVA, *O Dia*, p. 6, 28 abr. 2008).

A terceira carta sobre cotas só é publicada em outubro e chama a atenção por ser, entre os três jornais, a única considerada, em jornalismo, *matéria de serviço*. Esse tipo de matéria se caracteriza por “um componente pedagógico, geralmente direcionado ao consumo ou ao comportamento público [...]”. (TEMER, 2007, p. 68). Com o título “Cotistas da Uerj ainda esperam bolsas”, a carta reclama que não foram liberados, até esta data, recursos para o pagamento da bolsa de R\$ 250 aos alunos cotistas da Uerj. (RIBEIRO, *O Dia*, p. 10, 2 out. 2008).

Outro leitor diz que as cotas na universidade não resolvem o problema da educação no país. “Os pobres não entram nas universidades públicas porque o nível do ensino público na base é medíocre! É nisso que o governo deveria investir em vez de tapar o sol com a peneira”. (MARQUES, *O Dia*, p. 6, 26 nov. 2008).

Das duas últimas cartas, embora ambas sejam favoráveis à medida, uma é incoerente já no título: “Cotas em exagero podem prejudicar”. O leitor começa afirmando que “a política de cotas é louvável e justa até que se restabeleça o equilíbrio racial e social no país”. (BALTZ, *O Dia*, p. 6, 25 dez. 2008). Em seguida, observa que as cotas foram estendidas também a alunos de escolas públicas e faz um alerta: “Elas podem ser muito perigosas, criando a ilusão nos jovens de que o Estado será eternamente provedor”. (Idem, 2008).

Na carta anterior, o leitor sugere expandir a medida para os cargos públicos, lembrando que “nas universidades públicas (as melhores), a cota já existe. E no cenário

político, como será que os políticos reagiriam?”. Propõe que as cotas raciais sejam adotadas na política brasileira, com reserva para as próximas eleições de 50% das vagas. (ARAÚJO, *O Dia*, p. 8, 20 dez. 2008).

3.5. ANÁLISE COMPARADA ENTRE OS JORNAIS *FOLHA*, *O GLOBO* e *O DIA*

Concluimos esse capítulo com uma análise comparada entre os três jornais em evidência, de modo a nos fornecer um olhar sobre a narrativa jornalística acerca das ações afirmativas e do sistema de cotas. Observando o quadro abaixo, identificamos certa disparidade no discurso (ou na ausência deste) publicado no caderno de opinião dos três jornais. Nos editoriais (opinião propriamente dita dos jornais), a *Folha* aborda as cotas em apenas 0,55% do total. Isso representa quatro vezes menos espaço que o *Globo* (2,22%) e duas vezes menos que o *Dia* (1,09%).

Nos artigos, a *Folha* também oferece menos espaço (1,09%) que os outros dois jornais, como *O Globo* (1,80%) e *O Dia* (1,50%) que, entre si, tiveram uma diferença pequena. Já nas cartas, há certa similaridade nos espaços oferecidos pelo *Globo* (0,68%) e pela *Folha* (0,50%). Nesse item, o *Dia* (0,22%) dedica menos espaço ao assunto que os outros jornais. E nas colunas, há uma discrepância de espaço destinado às cotas entre a *Folha* (0,06%) e *O Globo* (0,61%). A diferença entre os dois jornais é de dez vezes menos espaço para a *Folha*. No *Dia* não há coluna no Caderno de Opinião.

Quadro 4 – comparação do discurso de cotas em editoriais, colunas, artigos e cartas

Cadernos de Opinião	Editoriais			Colunas			Artigos			Cartas		
	Div.*	Cota	%	Div.	Cota	%	Div.	Cota	%	Div.	Cota	%
Folha	728	4	0,55	1.464	1	0,06	732	8	1,09	3.339	17	0,50
O Globo	720	16	2,22	323	2	0,61	1.111	20	1,80	8.368	57	0,68
O Dia	366	4	1,09	-	-	-	732	11	1,5	3.972	9	0,22

Fonte: Cadernos de Opinião da *Folha*, do *Globo* e do *Dia*, no ano de 2008

* Div. São os diversos temas publicados ao longo do ano – janeiro a dezembro

Nos três jornais, além das disparidades de espaço, há também uma diferença de linguagem, mas que converge para o mesmo conteúdo: o não às cotas raciais e certa

tolerância, no caso de inevitabilidade, às cotas sociais. O destaque é para a agressividade do *Globo*, particularmente expressa nos artigos de colaboradores. Já a surpresa fica por conta dos artigos da *Folha* que, como dito acima, tem maioria favorável às ações afirmativas ou, senão, pelo menos sensível à causa. Nos outros dois jornais analisados, os autores, ao negar as ações afirmativas, apresentam o discurso da miscigenação como um impeditivo de identificação de quem é, ou não, negro no Brasil.

Trata-se de uma narrativa jornalística atravessada pelo que José Jorge de Carvalho (2006) chama de *racismo*. “Temos que definir o racismo brasileiro não pela adesão a um credo de superioridade racial, mas pelo efeito continuado dos discursos que celebraram a mestiçagem e silenciaram a afirmação da condição de negro no Brasil”. (CARVALHO, 2006, p. 102).

Na opinião da maior parte dos autores que escreve no Caderno de Opinião dos três jornais, a grande questão da desigualdade no país não é racial, mas social, e que, portanto, deve ser resolvida com medidas universalistas, como a melhoria da qualidade do ensino público de base. Segundo Fonseca (2009) há uma diferença importante no conteúdo das políticas públicas para o Brasil, tanto as universalistas como as focadas, e explica: “[...] as políticas focadas são oriundas das reivindicações da sociedade civil organizada, ao passo que as universalistas são concebidas em laboratórios, salas de aula, departamentos e programas de pós-graduação”. (FONSECA, 2009, p. 130). Em sua análise, o autor (2009) afirma que o poder no Brasil está vinculado à universidade e alerta:

Os debates em torno das cotas vêm denunciando esse aspecto perigoso mas vivo de nossa sociedade, na medida em que mostram o nosso pluralismo e denunciam uma democracia de desiguais, mesmo em instituições que se travestem de neutralidade e de distanciamento social. Além disso, tais debates têm demonstrado que há no país um movimento branco importante, atuante e plural reivindicando cotas *sociais*, desvinculadas, portanto, dos quesitos cor e raça. (FONSECA, 2009, p. 113).

O discurso da mídia impressa ratifica a declaração acima, principalmente no que diz respeito ao movimento que defende cotas sociais como alternativas à reivindicação das cotas raciais. Esse discurso, presente nos três jornais, com exceção dos artigos da *Folha*, revela uma postura de isolamento do debate racial. Também é encontrado nas cartas dos leitores, caracterizadas pela continuidade ou pela reprodução do pensamento negativo acerca das cotas, publicado nos cadernos de opinião da *Folha*, do *Globo* e do *Dia*.

CAPÍTULO 4. CONCLUSÃO

A análise comparativa, finalizada no capítulo anterior, da posição dos jornais *Folha*, *O Globo* e *O Dia* acerca das ações afirmativas no Brasil, antecipa a conclusão desse trabalho, e mostra como a mídia, na contemporaneidade, usa mal seu potencial de promover um debate público consistente, de caráter democrático. Esse fenômeno é explicado por Sodré, como o *quarto bios*, apresentado no primeiro capítulo dessa pesquisa, cuja essencialidade é comprometida com a tecnologia, de caráter informacional e mercadológico.

Assim, as ações afirmativas, tema de relevância em todas as esferas públicas, social, cultural e política, se disseminam de modo contrário na *doxa* (opinião) dos jornais. Da dimensão libertadora para a comunidade negra, em primeiro lugar, se estendendo às relações locais, nacionais e internacionais, porque entendidas como educação/formação, as ações afirmativas, na mídia, adquirem um teor inverso: são demonizadas, porque dividem, porque racham, porque oprimem, e o não dito, porque mexem com os interesses dominantes.

No debate apresentado pela *Folha*, o jornal tem posição ambígua. Ao mesmo tempo que admite a injustiça contra negros, defende a adoção de políticas universais, chega a admitir ações afirmativas como reparadoras, desde que sejam cotas sociais, e se coloca claramente contrário às cotas raciais. Já os artigos, poucos tratam do assunto, embora não tenham sido registradas posições contrárias à medida. Essa é a surpresa: dos artigos que tratam do tema, a maioria se coloca favorável às ações afirmativas, ou sensíveis a elas, embora nem todos tragam as cotas como assunto principal. Nas cartas, há uma tentativa de equilíbrio entre os que são contrários e os que são favoráveis.

Em um dos editoriais, o autor, ao mesmo tempo que reconhece e condena a ideologia do branqueamento e da falsa maioria branca dominante, nega ações positivas que valorizem a cultura negra e ainda acusa institutos oficiais de praticarem ações ideológicas. Na opinião do jornal, o projeto de cotas traz critérios raciais repletos de “problemas insolúveis”. Com exceção dos artigos da *Folha*, que são claros na defesa das ações afirmativas, o conteúdo do caderno de opinião dos três jornais é confuso: uns reconhecem que a população negra teve problemas desde o pós-abolição, que vive uma injustiça social, outros não vêem dificuldades relacionadas à cor da pele, uns concordam

com ações reparadoras que garantam direitos iguais, outros não aceitam qualquer tipo de ação nesse sentido. Todos, porém, são unânimes em um ponto: reclamam da falta de qualidade no ensino público e questionam por que não lutar para recuperar a boa escola? Há outros pontos de convergência: intolerância às cotas raciais e resignação com as cotas sociais desde que indispensáveis.

Considerando o projeto editorial, sobretudo da *Folha* e do *Globo*, apontamos mais uma contradição dos jornais, na medida em que estes se assumem como veículos comprometidos com o aprofundamento das questões, postura crítica e pluralista dos fatos. Ora, tendo em vista a história do Brasil, que, por mais de três séculos, escravizou milhares de seres humanos, em diáspora, e os submeteu à condições inumanas de vida, considerando, ainda, que passados mais de 120 da abolição da escravatura, nenhuma medida política foi tomada para garantir direitos e cidadania a esses sujeitos, e diante da postura dos jornais, fica claro que não há compromisso público de nenhuma parte.

Os discursos mais confundem que efetivamente trazem alguma contribuição analítica. Nos textos dos colunistas, por exemplo, a linguagem é ambígua, porque, ao mesmo tempo em que parece falar de consciência racial, opõe-se às cotas, apresenta o ensino universal como alternativa, fala da escravidão como a barbárie, mas também oculta uma classe média negra que havia no século XIX, com o destaque de muitos intelectuais negros, dentre eles políticos, jornalistas, escritores e empresários. A narrativa midiática, desse modo, parece emoldurar-se em um medo inconsciente do despir-se das amarras e encarar uma realidade que, por si só, não é boa, nem má.

O *Globo* se destaca no modo como constrói o discurso sobre cotas, considerando a opinião do jornal (editoriais) e a dos atores sociais convidados (expressa em artigos e cartas). Com poucas exceções, a maioria nega as políticas públicas, de modo veemente, como se as ações afirmativas representassem um risco eminente para a sociedade. Há narrativas do tipo “a polêmica das cotas, na qual está em jogo o projeto de país que se quer – se aberto ou regido por normas capazes de dividir perigosamente a sociedade –, chegou ao Supremo Tribunal Federal [...]”. (O Globo, 2008). Ou, ainda, é preciso “impedir que haja um *apartheid* contra o branco pobre”. (Idem, 2008). E mais: que lobistas e militantes querem inserir na sociedade o conceito racista de classificação de pessoas.

O *Dia*, se comparado ao *Globo*, traz como diferença discursiva a linguagem, mais leve, menos agressiva, embora não menos significativa, que os outros dois jornais, quanto à abordagem das ações afirmativas. Na maioria das publicações no caderno de opinião do jornal, a melhoria do ensino de base é a questão principal a ser enfrentada pela sociedade. Os atores sociais reconhecem a necessidade das ações afirmativas como um modo de corrigir injustiças, no entanto, o caráter do debate é social, não racial.

O fato é que, na opinião dos três jornais, independentemente da linguagem, há uma clara tendência discursiva de mudança de foco do debate. Em todo o conteúdo, a questão da qualidade do ensino público de base surge como se esta pudesse substituir a reivindicação pela implantação de ação afirmativa no país. O discurso tenta fazer parecer que uma luta exclui a outra, quando o debate é sobre a realidade histórica da população negra na sociedade brasileira e a questão das diferenças de oportunidades. E esse enfrentamento da causa da população negra, os atores midiáticos, quer jornalistas, quer convidados da mídia, não sustentam.

No agendamento de qualquer veículo de comunicação, o calendário é um instrumento de colaboração das pautas cotidianas. A partir desse suporte de memória, são definidos os mais diversos tipos de abordagens, que vão de um simples registro à elaboração de matérias especiais. Diante de um quadro de datas de eventos, programas, projetos e similares, os temas são atravessados por outros temas afins, de modo a possibilitar a construção de uma matéria consistente, com suporte, fundamento, avaliações, comparações ou o que mais essas datas e eventos permitirem.

A ausência de contextualização das ações afirmativas com comemorações de datas importantes marcadas em 2008, como os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os 20 anos da Constituição Cidadã e os cinco anos de implantação das cotas na primeira universidade pública do país, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nos causou estranhamento. A falta de permeabilidade entre esses temas revela escolha de orientação de pauta, principalmente em editoriais e colunas. Nos artigos do *Globo*, a eleição de Obama, outra data importante, foi bastante explorada, principalmente para contestar o discurso das cotas no Brasil, comparado ao discurso pós-racial, atribuído ao presidente americano.

Ao optar pela ausência de vínculo com o calendário e valorizar outros assuntos, o jornal está hierarquizando os temas na proposta de debate público. Essa

hierarquização busca legitimar a fala e criar um espaço de referência. “A memória é seleção, é resultado de escolha entre todas as informações recebidas, em nome de certos critérios; e esses critérios, quer tenham sido conscientes ou não, servirão também, ao que tudo indica, a orientar a utilização que nós faremos do passado³³.” (TODOROV, 1995, p. 16).

A identificação do negro pela mídia é estereotipada, ao debater as ações afirmativas no Brasil e o sistema de cotas como as “cotas da discórdia”, da “divisão do país em raças”, etc. O discurso é uma construção de lugar simbólico para o negro, embora não suficiente para apagar a tensão coletiva, que é tanto midiática como do interior da sociedade. Considerando as cotas raciais, a mídia trabalha com o desejo de verdade, imposto pela negação, pelo esquecimento, pelo silêncio. Também imprime estereótipos a partir da “ideologia do colonialismo”, que permanece nos comportamentos, visões de mundo, discursos midiáticos, e que separam o ideário de cultura brasileira em níveis hierárquicos de legitimidade. (GABBAY, 2009, pp. 60-64).

Isso não significa que se possa negar a importância da mídia na elaboração e proposição da agenda social, da condução e sustentação de determinados assuntos em voga na sociedade, da quebra de fronteiras. No entanto, temas que não tenham apelo sustentável, quer seja pelo espetáculo, pelo grotesco, pelo caráter emocional, não se sustentam, porque “a moral da mídia contemporânea é apenas mercadológica”. (SODRÉ, 2002, p. 65). Nesse contexto, acrescenta, “a mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatórios”. (SODRÉ, *idem*). A agenda social adquire uma dimensão utilitarista, comprometida com o liberalismo comercial, tornando-se insensível a causas coletivas desprovidas de atrativos midiáticos.

Além disso, os meios de comunicação representam importante instrumento de poder e trabalham para legitimar o pensamento dominante, pelo consenso, nas esferas públicas e privadas. A mídia constrói sua própria realidade, com informações

³³ Trad.: [...] *la mémoire est sélection, il a bien fallu choisir parmi toutes les informations reçues, au nom de certains critères; et ces critères, qu'ils aient été ou non conscients, serviront aussi, selon toute vraisemblance, à orienter l'utilisation que nous ferons du passé.* Ver Todorov, 1995.

elaboradas socialmente, que envolvem tanto intelectuais orgânicos dos meios, como instituições privadas e públicas, além de outros sujeitos do interior da sociedade. Desse modo, se estabelece uma disputa hegemônica pelo poder da informação e da formação de opinião pública. Contudo, assim como domina, a mídia também é um instrumento de construção de novos discursos, de novas relações, de resistência e luta contra-hegemônica. Os diversos movimentos sociais tensionam os meios com propostas de pautas contendo demandas cotidianas próprias, ou cobrando posição do *establishment*.

Podemos afirmar que as Ações Afirmativas, inseridas em um cenário de jogos políticos e simbólicos, são lutas que emergem das tensões sociais e assumem o lugar da representação a partir das mediações culturais. E dessa polifonia bakhtiniana, as cotas surgiram e estão aí repletas de vozes atravessadas por muitas outras vozes, impressas e orais, prontas para assumir o lugar a que têm direito no cenário educacional, midiático e político e mudar o teor de voz monolítica nos diversos espaços. Desse modo, compreendemos as cotas não como um discurso dual ou maniqueísta, veiculado pela mídia, mas como uma tensão política, capaz de desafiar a ordem vigente pela alteridade, pela auto-representação.

A despeito desse potencial e da diversidade, e considerando 2008 como o ano analisado, os números revelaram que a mídia trabalha pouco com o tema das ações afirmativas, em comparação com outros assuntos. Além do pequeno espaço dedicado à opinião sobre as políticas públicas voltadas aos jovens negros, o teor, na maioria das publicações, como já dito, foi de caráter negativo. Quem deu maior atenção em termos de quantidade, tanto nos editoriais, como colunas, artigos e cartas foi o *Globo*, seguido de *O Dia* (editoriais e artigos) e, por último, a *Folha*.

No período de janeiro a dezembro de 2008, o *Globo* publicou 720 editoriais, dos quais 16 (2,22%) falaram sobre ações afirmativas; o *Dia*, de 366 publicações, quatro (1,09%) abordaram o tema; e a *Folha*, de 728 editorias apenas quatro (0,55%) versaram sobre o assunto. O mesmo ocorreu com os artigos, sendo que o *Globo*, de 1.111, publicou 20 (1,80%) sobre o tema; o *Dia* de um total de 732 artigos, 11 (1,5%) abordaram a questão; e a *Folha* que também publicou 728 artigos, somente oito (1,09%) se referiram à ações afirmativas. A publicação das cartas seguiu a mesma tendência, com o *Globo* à frente. Neste jornal, de um total de 8.368, 57 (0,68%) foram sobre ações afirmativas. Na *Folha*, das 3.339 cartas, 17 (0,50%) falaram sobre o assunto; Já o *Dia*,

das 3.972 cartas, somente nove (0,22%) abordaram o tema. Apenas o *Globo* e a *Folha* trouxeram colunas com temas diversos e um quase silêncio sobre as ações afirmativas. No primeiro jornal, das 323 colunas, duas (0,61%) debateram a questão; enquanto na *Folha*, das 1.464 colunas, apenas uma (0,06%) falou sobre o tema.

A realidade da mídia é construída de escolhas e de silêncios, e, no caso analisado, vimos que a economia de debate no caderno de opinião dos três jornais (*Folha*, *O Globo* e *O Dia*) acerca das ações afirmativas marca uma fronteira entre o silenciamento e a aceitação das cotas. Para tanto, o teor discursivo passa de um ponto a outro: diz não a legitimidade das cotas raciais e chama a atenção para a necessidade de melhoria na qualidade do ensino público de base. Ora, essa questão, primeiro, não está em pauta, e segundo, a melhoria de todo o sistema de ensino de base do país não é negada por nenhum ator social, de qualquer cor ou etnia. Essa fronteira discursiva na questão das ações afirmativas pela mídia impressa diz respeito às cotas sociais em substituição às raciais.

No entanto, se o recorte racial desaparece como propõem os discursos da mídia impressa, o resultado pode ser um esvaziamento político da luta dos negros por direitos iguais de oportunidades, e as cotas viram outra coisa. Esse cenário classista tem sido o fundamento do argumento midiático analisado e, como já dito, o sistema é admitido desde que seja pela identificação social, tendo como justificativa que a maioria dos negros se beneficiaria por estar nas escalas mais baixas da pirâmide social. Empiricamente, portanto, há um conflito discursivo, uma rejeição a “hetero-identificação” (BRUBAKER, 2001) de classe e uma luta pela validação de pertencimento.

Na esfera política, historicamente, há por parte dos sujeitos afetados, uma forte tentativa de validar a auto-identificação de pertencimento racial (conceito construído socialmente). Como a hetero-identificação midiática é de classe social, estabelece-se aí um conflito entre as duas falas; e embora ambas coexistam na esfera pública, a imagem social do negro na sociedade é o espelho da desigualdade. Compreendemos que a dicotomia entre classe e raça serve como pano de fundo para esconder uma verdadeira exclusão social, que marca secularmente a história do negro no país, e “o que continua

em jogo [...] é a distância entre discursos e práticas das relações raciais no Brasil, tal como Florestan e Bastide colocavam nos idos anos 1950”. GUIMARÃES (2010)³⁴.

Mesmo sob certa tensão, as fronteiras discursivas e simbólicas são construídas pela mídia e mediadas pelos processos cotidianos de coexistência entre diferentes grupos sociais e a luta pelo combate ao racismo. No entanto, observamos que o silêncio ou a negação do negro do Brasil é a maior ameaça ao endurecimento das fronteiras, uma vez que ambos desqualificam e naturalizam o diferente.

De qualquer modo, a proposição de políticas públicas, feita pelo governo, vem provocando um deslocamento dos modelos hegemônicos e rompendo com o silêncio. As ações afirmativas, das quais o sistema de cotas faz parte, chegaram como um novo fator de tensão e confrontam conceitos até então congelados no conjunto da sociedade, como o mito da democracia racial, o racismo e a miscigenação. Independentemente das posições políticas e ideológicas em torno da temática, o debate é importante porque retira o tema do anonimato e envolve toda a sociedade. O que causa tensão é a maneira como a mídia impressa aborda o assunto, de forma estereotipada e maniqueísta, por meio de um discurso persuasivo.

Desse modo, entendemos que uma forma de quebrar o discurso dual é vivenciar a realidade das cotas nos campi, com todas as suas potencialidades, reforçando o debate com a prática. As cotas chegaram para mexer com as certezas, e uma delas é a falta de sustentação em medidas universais, que têm contribuído para o silenciamento do outro, do diferente do eu e criado uma temporalidade histórica do negro, do não sujeito, ou do protagonista de uma ação moral inadequada socialmente.

Observamos que quando o assunto é *cotas raciais*, quer seja no jornal, na televisão ou na roda de amigos, a reação é de estranhamento, incômodo ou provocação. No entanto, acreditamos que é dessa tensão entre o lugar “permitido” na mídia e o lugar de cidadão “no mundo da vida”, representado pelas cotas, com direito ao saber e, conseqüentemente, ao poder, que algo novo pode surgir. (Poder entendido como liberdade. Foucault, 2007). Desse modo, as cotas são uma estratégia de luta e de enfrentamento, a fim de alcançar e desvendar fronteiras.

³⁴ Ver GUIMARÃES, Antonio. Democracia Racial. Disponível in: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>. Acesso em 07.01.2010

No discurso da mídia impressa, o sentido dado às ações afirmativas é deslocado da realidade e apresentado de forma solta, reduzido a contrários e favoráveis, ou, ainda, carregado de negatividade, ou de culpa. A narrativa dominante é a do desacordo, de modo a esconder ou ignorar as razões da reivindicação da medida, baseadas em um longo período da história brasileira. Além disso, a mídia impressa nega um presente de discriminação da população negra em todas as esferas sociais, e apaga o futuro, numa clara ameaça de manter o Brasil como um país atrasado em termos de direitos sociais, humanos, políticos e civis, de fato. O discurso midiático dos jornais analisados pratica o que Sodré chama de “cegueira cognitiva”.

No entanto, considerando que as cotas estão atravessadas pela ação dos sujeitos afetados, de um lado, pelo discurso midiático afinado com a quarta esfera Sodré – Aristóteles, do outro, e, ainda, pela realidade histórica, vislumbramos uma possibilidade de mudança social, a partir do resultado de iniciativas institucionais. Desse modo, a “ação comunicativa” (Habermas, 1997) dos próprios sujeitos afetados traz um potencial crítico inovador, capaz de interferir nas decisões públicas e deliberações de instituições autônomas na sociedade, como as universidades públicas que, a despeito da reação midiática, vêm adotando modelos híbridos de ação afirmativa, seja por meio de cota social, cota racial, bônus, aumento de vagas ou a mistura dessas medidas. São iniciativas, inicialmente isoladas, e agora cada vez mais presentes, das universidades do país, que sensíveis à causa, assumem a responsabilidade social de colorir os campi, até então elitistas e hegemonicamente brancos.

Essa prática é o que Sodré chama de lógica da aproximação e da ocupação de espaço. As cotas, por meio da educação, são pensadas como uma possibilidade real de mobilidade social de grupos até então subalternizados, uma oportunidade de autoria de novas ideias contra-hegemônicas, socializantes e capazes de interferir nos modelos vigentes. As ações afirmativas ampliam as chances de outras vozes se comunicarem e de novos discursos serem produzidos, ou seja, trazem um grande potencial libertador em todas as esferas sociais, do saber e do poder.

Mas esse olhar, como já visto, não é o mesmo da mídia impressa que tem um lugar de fala legitimado e revestido de aparência de verdade pelo discurso jornalístico imparcial (técnicas de objetividade). No entanto, “a ideia de jornalismo como verdade é não mais que uma produção ilusória ou imagem mítica construída pelo discurso que não

tem total amparo na evidência” (LOPES, 2009, p. 251). De fato, desde que as cotas foram implantadas, não há evidência de conflitos, não houve manifestação pública contrária à medida, como passeata, protesto, seminários. Pelo contrário, muitos encontros foram e continuam sendo realizados, por grupos pró-ações afirmativas, com o fim de debater a questão. Esses encontros, pelo menos a maioria, são silenciados pela mídia.

Considerando que uma verdade não carece de argumento, a tentativa de convencer a sociedade do malefício da adoção das cotas é uma estratégia discursiva adotada para seduzir, convencer e explorar uma prática narrativa de verossimilhança. Diante do exposto, nossa hipótese de que há uma retórica do dissenso em torno das cotas no discurso midiático se confirma e responde a questão principal acerca de como os atores sociais (jornalistas e não-jornalistas) participam da construção discursiva das cotas pela mídia. Compreendemos, também, que a mídia pratica a comunicação simbólica do silêncio, na qual invisibiliza o negro, e silencia as condições de possibilidades de mudança. Desse modo, o discurso da mídia impressa, analisado, oscila entre espaços vazios e a retórica do desacordo.

Por fim, concluímos que a pesquisa cumpriu o objetivo inicial de tentar compreender como a mídia impressa constrói o discurso das cotas e por que o tema gera tensão. Para além da dualidade (contrários e favoráveis), percebemos as cotas como uma questão política. Não é nossa pretensão esgotar o assunto, que tem amplas dimensões propícias a novas investigações, tampouco desejamos a construção de uma nova verdade, no entanto, a despeito do silêncio midiático, as cotas são uma realidade e podem representar o contra-discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política: Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991.

ANJ. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 16.11.2010.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio – a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

ARAÚJO, Emannel (Org.). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.

AVANZA, Martina et LAFERTÉ, Gilles. *Dépasser La “Construction des identités”? Identification, image sociale, appartenance*. Point Critique.

BALTHIN, Mikhail (Volochnikov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2010.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2007.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; RS: Zouk, 2008.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.

_____. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: Ortiz, Renato (org.) - BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais. no. 39. São Paulo: Ática, 1983.

BRUBAKER, Rogers. *Au-delà de l'Identité*. Actes de la recherche en sciences sociales, 2001/3. Disponible à d'adresse: http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_139&ID_ARTICLE=ARSS_139_006. Acesso em 10/12/2010.

CAETANO, Paulo Henrique. Tese de doutorado. *A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma análise crítica dos discursos sobre relações raciais brasileiras em corpus de jornal impresso*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CAMPOS, Luiz Augusto de Souza Carneiro de. Dissertação de mestrado. *Entre Dissensos e consensos: Cientistas Sociais e a controvérsia pública das cotas raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CAPES. Banco de dados. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 20.04.2010.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAVALCANTI, José Carlos. *Gosto não se discute?* (3). Disponível em: <http://www.creativante.com.br/download/Gosto3.pdf>. Acesso em 07/01/2010.

COLOMBO, Fausto. *Arquivos imperfeitos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

COSTA, E. Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

COUTINHO, C. Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil – ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COUTINHO, Granja Eduardo. *Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca. 1889/1930*. In _____. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994.

D'ADESKY, Jacques. *Anti-racismo, liberdade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Daudt Desig, 2006.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. Disponível em: http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf. Acesso em 13.07.2010.

EDITORIAL CAUSA OPERÁRIA ONLINE. *Negros - desigualdades entre negros e brancos acabariam em 30 anos.*: Disponível em: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=6268. Acesso em 13.07.2010.

FAUSTO NETO, Antônio. “Ver” para “mandar olhar...”. In *Ícone / Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. – Vol. 3 nº 5* (jul.2004). Editora Contraluz, 2004.

_____. *Será que ele é? Onde estamos? A Midiatização de um "Discurso proibido"*. In *Ícone / Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco*. – Vol. 2 n° 9 (jul.2004). Editora Contraluz, 2004.

_____. *Ombudman: A interrupção de uma fala transversal*. In: Trabalho apresentado na NP Semiótica, do Intercom – VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. (Nov. 2008).

FERES JÚNIOR, J. *Ação Afirmativa: Política pública e opinião*. In: *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v.3, n. 8, p.38-77, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio. O minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FOLHA ONLINE. *História da Folha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml>. Acesso em: 09.12.2010.

FONSECA, Dagoberto José. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2007.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCO, Monique. Tese de doutorado. *Espectros na mídia: políticas afirmativas ou políticas da piedade? O sofrimento do outro no contexto do "último homem"*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FREIRE FILHO, João. *Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias*. ECO-PÓS, v7, n.2, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2009.

FRY, P. ; MAGGIE, Y. ; MAIO, M. C. ; MONTEIRO, S. ; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GABBAY, Marcelo. *A Cultura Marajoara: Um estudo sociocultural sobre a relação mídia-poder e a formação de narrativas hegemônicas*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GAROTINHO, Anthony. *Decreto lei 30.766 que reserva 40% das vagas para negros e pardos na Uerj*. Disponível em : <http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=281>. Acesso em 19.08.2010.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 (1932) – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Democracia racial*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>. Acesso em 7/01/2010

GUIMARÃES, Ulisses; BENEVIDES, Mauro e outros. *Constituição Brasileira*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20.08.2010.

HABERMAS, J. *O Papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública Política*. In: _____ *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2004.

IBICT. Banco de dados. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>. Acesso em 20.04.2010.

INFOGLOBO. <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx>. Acesso em 28.12.2010.

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais – 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JODELET, D. *Folie et représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

_____. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LESSA, Carlos. *O Brasil não é bicolor*. In: FRY, P. ; MAGGIE, Y. ; MAIO, M. C. ; MONTEIRO, S. ; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Mariana. Dissertação de mestrado. *Pela persistência da diferença: desvendando o discurso daqueles que querem nos transformar em uma nação monocromática*. Brasília: UnB, 2007.

LIMEIRA, José Carlos. *Negro Homem, Negra Poesia*. Disponível in: <http://www.overmundo.com.br/overblog/negro-homem-negra-poesia-jose-carlos-limeira>. Acesso em: 08.02.2011.

LOPES, Fernanda Lima. *Retórica jornalística: discurso do poder e poder do discurso*. In: LOPES, Fernanda Lima, SACRAMENTO, Igor. (Orgs.). *Retórica e Mídia*. Florianópolis: Insular, 2009.

LORENZI-CIOLDI, Fabio. *Les représentations des groupes dominants et dominés*. – Saint-Martin-d'Hères (Isère): PUG, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *Ações Afirmativas: matem os escravistas*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=562JDB004>. Acesso em 18.11.2010.

MARTINS, Zilda. *Cotas na perspectiva midiática da memória: quando o presente esquece o futuro*. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul: RS, 2010.

_____. *Cotas raciais: Luta pela alto-representação na esfera pública*. In: VI Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador: BA, 2010

_____. *Comunicação crítica aplicada: Experiência de integração educativa na diversidade x solidão do professor transmissor de conhecimento*. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: PR, 2009.

MARX, K. E ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: História e debates no Brasil*. In: Cadernos de Pesquisa, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em 19.01.2011

MOYA, Thais Santos. Dissertação de mestrado. *Ação afirmativa e raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação*. São Carlos: UFSCar, 2009.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em 21/12/2009.

NASCIMENTO, Abdias (org.). *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NERCOLINI, MARILDO José. *Nem carteiro, nem profeta: que caminhos são possíveis para o intelectual hoje?* Disponível em: http://www.pacc.ufrj.br/literatura/polemica_beatriz_sarlo.php. Acesso em 17/12/2007.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história – os lugares de memória*. Trad. Les lieux de mémoire. Paris, Gallimard, vol. I (La République), 1984.

PAIVA, Raquel. *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

_____. (Org.). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.

PAIVA, Raquel, BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. Rio de Janeiro: Ed. Paulus, 2009.

PAIVA, A. Randolpho. *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2010.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Org.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007 – 2008*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

PIACENTINI, Ébano. *Entenda o Maio de 68 francês*. Disponível em: Folha de São Paulo, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396741.shtml>. Acesso em 11/08/2010.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n° 10, 1992.

_____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n.3, 1989.

PORTAL DA UNB. Notícias. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/busca/index2.php?token=317b9b70788161b168848845f0d42ebd&offset=1&page=17&l=>. Acesso em 21.11.2010

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e Memória*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RICOEUR, Paul. *O esquecimento*. In A memória, a história e o esquecimento, Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

_____. *A memória exercitada: Uso e Abuso*. In: Tempo e Narrativa. São Paulo: Papius, 1996.

ROCHA, Carolina, COSTA, Marina Morena. *Desempenho de cotista é igual ou superior ao dos demais estudantes, apontam pesquisas*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/perspectivas2010/2009/12/24/desempenho+de+cotista+e+igual+ou+superior+ao+dos+demais+estudantes+apontam+pesquisas+9249749.html>. Acesso em 10/01/2010.

SANTOS, Ana Elisa De Carli dos. Dissertação de mestrado. *Ação Afirmativa e Cotas: Um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002)*. São Carlos: UFSCar, 2005.

SANTOS, Céres Maria Silva dos. Dissertação de mestrado. *Mídia e educação: o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as*. Salvador: Uneb, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Os intelectuais*. In: _____ *Épuras do Social – Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. Rio de Janeiro: Global, 2004.

SANTOS, Luiz Carlos dos. *Theodoro Fernandes Sampaio*. In: *O Sábio negro entre os brancos – Theodoro Sampaio*. Livro de Exposição. Projeto de Emanuel Araujo, Museu Afro Brasil, São Paulo: 2008.

SANTOS, Milton. *Ser negro no Brasil hoje*. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:aO2WYcU3CAQJ:www.antroposmoderno.com/word/sernegro.doc+O+preconceito+Milton+Santos&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 07/01/2010.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho. Uma teoria de comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

_____. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: D&P, 2005.

_____. *Existe Consciência Ética na Imprensa?* In: PAIVA, Raquel. *Ética, Cidadania e Imprensa*, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. *O jogo contra-hegemônico do diverso*. In: COUTINHO, Granja Eduardo (org.). *Comunicação e Contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

_____. *A Televisão é a boca do mercado, é sua fala, a fala da moeda*. In: CAPUTO, Stela Guedes. *Sobre entrevistas – Teoria, práticas e experiências*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

_____. *Sobre Imprensa Negra*. Disponível em: http://leccufrj.files.wordpress.com/2008/10/sodre-muniz_sobre-a-imprensa-negra.pdf. Acesso em 04.07.2010.

_____. *Ação Afirmativa: é necessária uma nova Abolição?* Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=561CID001>. Acesso em 18.11.2010.

TEMER, Ana Carolina. *Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias*. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciência da Comunicação, São Paulo, 2007. In: www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/viewFile/280/273. Acesso: 19.01.2011.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

Jornais:

Folha de São Paulo, Ed. Nacional, Jan-dez, 2008.

O Globo, Ed. Nacional, jan-dez, 2008.

O Dia, jan-dez, 2008.